

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARTA SUSANY MOURA CARVALHO

**EDUCAÇÃO PIAUIENSE NAS FONTES LITERÁRIAS: do professor leigo ao
professor normalista (1910 a 1930)**

TERESINA (PI), 2018

MARTA SUSANY MOURA CARVALHO

EDUCAÇÃO PIAUIENSE NAS FONTES LITERÁRIAS: do professor leigo ao professor normalista (1910 a 1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro.

TERESINA (PI), 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

C331e Carvalho, Marta Susany Moura.
Educação piauiense nas fontes literárias : do
professor leigo ao professor normalista (1910 a 1930) /
Marta Susany Moura Carvalho. – 2018.
118 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Piauí, Teresina, 2018.
“Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Amparo Borges
Ferro”.

1. História da Educação. 2. Memória. 3. Literatura.
4. Normalistas. 5. Professor Leigo. I. Título.

CDD 370.9

MARTA SUSANY MOURA CARVALHO

EDUCAÇÃO PIAUIENSE NAS FONTES LITERÁRIAS: do professor leigo ao professor normalista (1910 A 1930)

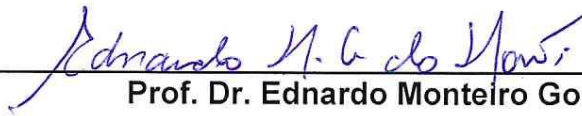
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro.

Aprovada em: 23 / 02 / 18

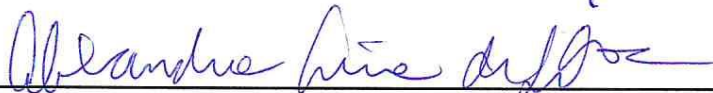
BANCA EXAMINADORA



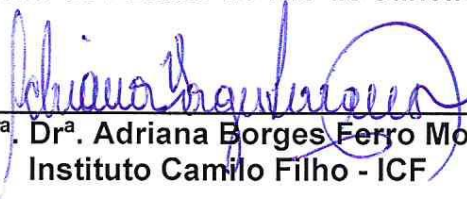
Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro
Universidade Federal do Piauí - UFPI



Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
Universidade Federal do Piauí - UFPI



Prof^a. Dr^a. Alexandra Lima da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ



Prof^a. Dr^a. Adriana Borges Ferro Moura
Instituto Camilo Filho - ICF

O professor, se não modela realmente, valoriza a vida humana, concorrendo para aperfeiçoar-lhe e crescer-lhe o conteúdo e orientar-lhe o destino. Ao mister oferece tudo o de que dispõe: o trabalho, a alma, o gênio. Adquire a faculdade de desdobrar-se, transfundir-se e ressurgir nos ensinamentos que transmite e vem a identificar, depois, através das origens, em novas florações. Por ampliação compreensível desse fenômeno de transferência, surgem não raro, as afinidades sentimentais e a identidade de propósitos, como causa de uma atitude comum diante dos fatos. (GONÇALVES, p.120, 1980).

Dedico este trabalho à minha família que sempre esteve presente, nesses anos de estudo, me apoiando e motivando em especial aos meus pais, Alberto e Zélia, pelo aconchego, amor, carinho e auxílio nos momentos de dificuldade. À mãe Suzy, por ter sido meu amparo, minha amiga e companheira quando mais precisei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que ilumina meus dias, mesmos aqueles marcados pelas cinzas da dor e da dúvida, pois sua luz é meu guia e não me deixou esquecer por onde devia seguir. A Ele entrego todos meus projetos e sonhos, porque Ele é o Pai, e a Ele pertence a minha vida, Dele vem minha força e determinação.

A minha família, por todo apoio e compreensão. Tentei não ser tão ausente, mas as obrigações próprias de quem trilha pelo caminho da Pesquisa, não me permitiram ficar tão próxima deles quanto gostaria. Mas com certeza o amor dos meus familiares, em especial dos meus pais, Alberto e Zélia, dos irmãos, Samuel, Samara e Assis, dos sobrinhos amados, Vinícius, Maria Vitória, Vitor e Benício, da mãe Suzy, das maninhas Samilly e Rosemary, foi essencial nessa jornada.

Ao meu namorado, que teve paciência de me ouvir nos momentos de angústia, e sempre estava a postos para me ajudar no que eu precisasse, suas palavras de consolo e motivação foram muito importantes para mim.

Sou grata a minha orientadora e eterna professora, Maria do Amparo Borges Ferro, que desde a graduação é, e continua sendo minha inspiração. Espero seguir seus passos, principalmente no seu jeito de ensinar aos alunos, com humanidade, sabedoria, alegria. Percebe-se claramente o amor que tem pelo que faz.

Aos professores do Curso de Pós Graduação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, pelo comprometimento e dedicação ao ensino. Cada mestre foi uma peça chave na construção do meu conhecimento profissional, nesses dois anos de estudo, todos serão lembrados com carinho, muito obrigada!

Aos colegas da 26ª turma do Mestrado em Educação, que foram minha família durante esses anos, foi muito bom compartilhar conhecimentos, alegrias e dúvidas com eles. Destaco aqui a importância de ter duas irmãs de Pesquisa, Camila e Enayde, que sempre estiveram ao meu lado, considero esse trio uma verdadeira tríade de apoio mútuo, e tenho certeza que posso contar elas.

Aos meus amigos e amigas do Núcleo de História e Memória da Educação - NEHME, que são mais que amigos, são anjos de Deus, todos tiveram sua contribuição para realização desse sonho, fomos unidos para sempre pelo embrião da pesquisa em História da Educação. Obrigada especial, para minhas amigas de todas as horas, Amada, Amanda e Solange, sempre me ajudando e aconselhando.

RESUMO

A temática desta dissertação concentra-se em torno das práticas educativas dos professores leigos e normalistas do Estado do Piauí. O objetivo geral é analisar como os professores leigos e normalistas do Piauí desenvolviam suas práticas educativas, no período compreendido entre as décadas de 1910 a 1930, tomando a literatura como fonte de pesquisa. No que se refere à periodização, considera-se como recorte inicial o retorno do funcionamento da Escola Normal e a sua oficialização no ano de 1910, com a promulgação da Lei de nº 548 de 30 de março de 1910, no governo de Antonino Freire e como recorte final, a década de 1930, período de consolidação dos grupos escolares como uma nova organização do ensino primário no Estado. Este trabalho é de cunho historiográfico, e o seu corpus documental é composto por biografias e autobiografias. O estudo está embasado na orientação da Nova História Cultural, seguindo as orientações teóricas de autores como Burke (1992) e Le Goff (1990); além das teorias de memória de Félix (1998), Halbwachs (1990) e Souza (2000), por fim, buscou-se fundamentação teórica sobre as pesquisas envolvendo o campo da literatura, em autores como Dosse (2009), Lopes (2004), Lopes (2006), Souza (2012), Ferro (2010), Galvão e Lopes (2010), Queiroz (2015), entre outros. As obras literárias analisadas que serviram de fontes para essa pesquisa foram: autobiografias “Impressões e perspectivas (1980)”, de Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves e “Trechos do meu caminho (1976)”, de Leônidas de Castro Mello; biografia do “Professor Felismino Freitas: educação como missão e vocação (2009)”, produzida pelos seus familiares Maria Leonilia de Freitas, Francisco Newton Freitas e Francisco Antonio Freitas de Freitas; biografia de Francisco Moura, intitulada “Fortuna crítica (2008)”, escrita por José Maria de A. Ramos; a biografia de “Miguel Guarani: mestre e violeiro (2005)”, escrita por seu filho, Francisco Miguel de Moura; biografia “O. G. Rêgo de Carvalho – Fortuna crítica (2007)”, elaborada por Kenard Krueel; biografia de “Nilo Campelo de Matos (A história de um homem de bem), (199-?)”, produzida por José Bezerra Anchieta; autobiografia “O menino quase perdido (2009)”, de Francisco Miguel de Moura; a entrevista transformada no livro “Conversas com M. Paulo Nunes (2012)”, organizada por Teresinha Queiroz. Para construção do trabalho foi utilizado ainda o sentido de categorização presente na metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1994). Com esse estudo verificou-se que os professores leigos e normalistas foram figuras importantes na história do ensino primário piauiense. Percebeu-se ainda que os professores leigos exerciam sua prática com base na sua experiência, enquanto os professores normalistas utilizavam como referência os ensinamentos adquiridos na sua formação na Escola Normal. Os resultados deste trabalho vêm somar para o enriquecimento da historiografia educacional do Piauí e servir de fonte de pesquisa para outros autores que se dediquem ao estudo dessa mesma temática.

Palavras-chave: História da Educação. Memória. Literatura. Normalistas. Professor Leigo.

ABSTRACT

The topic of this dissertation is centered on the educational practices of the lay and school teachers of the state of Piauí. The main goal is to analyze how the lay and school teachers of Piauí developed their educational practices in the period between the 1910s and 1930s, taking literature as a source of research. As regards the timeline, it is considered as an initial cutout the return to Escola Normal functioning and its officialisation in 1910, with the enactment of Law No. 548 of March 30th, 1910, under the government of Antonino Freire and as a final cutout, the 1930s, period of consolidation of school groups as a new organization of primary education in the state. This work is historiographical, and its documentary corpus is composed by biographies and autobiographies. The study is based on the orientation of the New Cultural History, following the theoretical orientations of authors like Burke (1992) and Le Goff (1990); in addition to the memory theories of Felix (1998), Halbwachs (1990) and Souza (2000), and finally, it was sought theoretical basis on research involving literature in such authors as Dosse (2009), Lopes (2004), Lopes (2006), Souza (2012), Ferro (2010), Galvão and Lopes (2010), Queiroz (2015), among others. The literary works analyzed that served as sources for this research were: autobiographies "Impressions and Perspectives (1980)", by Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves and "Excerpts from My Path (1976)", by Leônidas de Castro Mello; biography of "Professor Felismino Freitas: education as mission and vocation (2009)", produced by his relatives Maria Leonilia de Freitas, Francisco Newton Freitas and Francisco Antonio Freitas de Freitas; biography of Francisco Moura, entitled "Critical Fortune (2008)", written by José Maria de A. Ramos; the biography of "Miguel Guarani: master and violist (2005)", written by his son, Francisco Miguel de Moura; biography "O. G. Rêgo de Carvalho - Critical Fortune (2007)", elaborated by KenardKruel; biography of "Nilo Campelo de Matos (The Story of a Good Man), (199-?)", produced by José Bezerra Anchieta; autobiography "The almost lost boy (2009)", of Francisco Miguel de Moura; the interview turned into the book "Conversations with M. Paulo Nunes (2012)", by Teresinha Queiroz. In order to construct the work, it was also used the meaning of categorization present in the content analysis methodology of Bardin (1994). With this study it was verified that the Lay and school teachers were important keys in the history of the primary education piauiense. It was also noticed that the lay professors carried out their practice based on their experience, while the school teachers used as reference the lessons acquired in their formation in the Normal School. The results of this work add to the enrichment of the educational historiography of Piauí and serve as a source of research for other authors who dedicate themselves to the study of this same topic.

Keywords: History of Education. Memory. Literature. Schoolteachers. Lay teacher

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Categorias elencadas.....	32
Quadro 2– Relação das fontes pesquisadas.....	32
Quadro 3-Comparativo das obras (auto) biográficas.....	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Ribeiro Gonçalves.....	51
Figura 2-Leônidas Mello.....	53
Figura 3- Professor Felismino Freitas	55
Figura 4-Miguel Borges de Moura (Miguel Guarani)	57
Figura 5- Francisco Miguel de Moura.....	59
Figura 6-O. G Rêgo de Carvalho.....	61
Figura 8- M. Paulo Nunes.....	63
Figura 7- Nilo Campelo de Matos.....	65
Figura 9– Capa do livro “Impressões e perspectivas”	67
Figura 10– Capa do livro “Trechos do meu caminho”	70
Figura 11– Capa do livro “Professor Felismino Freitas: educação como missão e vocação”	77
Figura 12- Capa do livro “Miguel Guarani: mestre e violeiro”	80
Figura 13– Capa do livro “Fortuna Crítica”	84
Figura 14- Capa do livro “O menino quase perdido”	86
Figura 15– Capa do livro “O.G Rêgo de Carvalho-Fortuna crítica”	90
Figura 16– Capa do livro “A história de um homem de bem”	92
Figura 17 – Capa do livro “Conversas com M. Paulo Nunes”.....	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E LITERATURA: CONSTRUÇÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA DA PESQUISA	18
2.1 Relação entre história, memória, literatura.....	18
2.2 Uso de biografias e autobiografias no âmbito da história da educação	27
2.3 Percurso metodológico	30
3 UM “MERGULHO” NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ	35
3.1 Síntese histórica da educação primária piauiense	35
3.2 Atuação do professor leigo na educação primária	39
3.3 A Escola Normal como um marco na formação dos professores primários piauienses.....	44
4 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO PIAUÍ ATRAVÉS DAS OBRAS (AUTO) BIOGRÁFICAS.....	50
4.1 Relação do biógrafo e a vida dos sujeitos das narrativas.....	50
4.1.1 Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves (1895-1982)	51
4.1.2 Leônidas de Castro Mello (1897- 1981)	53
4.1.3 Felismino Freitas Weser (1895 – 1984)	55
4.1.4 Miguel Borges de Moura: “Miguel Guarani” (1910-1971)	57
4.1.5 Francisco Miguel de Moura (1933).....	59
4.1.6 O. G. Rêgo de Carvalho (1930-2013).....	61
4.1.7 M. Paulo Nunes.....	63
4.1.8 Nilo Campelo de Matos	65
4.2 Narrativas (auto) biográficas um olhar sobre a educação primária piauiense	66
4.2.1 Impressões e perspectivas – (Autobiografia de Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves)	66
4.2.2 Trechos do Meu Caminho – (Autobiografia de Leônidas de Castro Melo)	69
4.2.3 Professor Felismino Freitas: Educação como Missão e Vocação – (Biografia de Felismino Freitas Weser).....	76
4.2.4 Miguel Guarani: Mestre e Violeiro – (Biografia de Miguel Borges de Moura) ...	79
4.2.5 Fortuna Crítica – (Biografia); O Menino Quase Perdido – (Autobiografia) - de Francisco Miguel de Moura	84

4.2.6.O. G. Rêgo de Carvalho – Fortuna Crítica – (Biografia de O. G. Rêgo de Carvalho).....	89
4.2.7 A História de um Homem de Bem– (Biografia de Nilo Campelo de Matos).....	91
4.2.8 Conversas com M. Paulo Nunes – (Biografia de M. Paulo Nunes)	94
4.3 Intercalando categorias e temáticas das memórias.....	97
4.3.1 As práticas educativas e pedagógicas nas obras literárias	98
4.3.2 Funcionamento e estrutura das escolas.....	100
4.3.3 Perfil dos professores.....	101
4.3.4 Relação professor- aluno	102
4.3.5 Relação aluno-aluno	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICE.....	115
APÊNDICE A- QUADRO COMPARATIVO DAS CATEGORIAS ENCONTRADAS NAS OBRAS (AUTO) BIOGRÁFICAS	116

1 INTRODUÇÃO

O estudo na área de História da Educação tem apresentado um grande crescimento nos últimos anos. Diversos grupos de pesquisa surgem nas universidades com o intuito de buscar e divulgar informações que ofereçam condições de reflexão sobre a educação em um dado período histórico. Esses estudos ajudam a compreender a educação a partir de múltiplos olhares que permitem confrontar os achados, através dos recursos da historiografia corrente. Dessa forma, a história é vista a partir de vestígios dos fatos passados e produz também possibilidades de reflexão sobre o futuro.

Com o intuito de agregar mais conhecimentos sobre a história da educação no Piauí, vem sendo realizadas pesquisas e discussões utilizando fontes literárias em sua amplitude de gêneros, incluindo obras biográficas e autobiográficas que contêm informações sobre as práticas educativas do ensino em diversos níveis, inclusive no ensino primário, foco de interesse desse trabalho.

Dentre as produções acadêmicas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – PPGED/UFPI destaca-se a dissertação de mestrado intitulada, “História e memória do cotidiano escolar: lembranças literárias de escola (1867-1920)”, de Maria Solange da Rocha Silva, apresentado em 2015, que estuda a história e a memória da educação piauiense a partir da análise de obras literárias, e a tese “Entre o giz e a viola: práticas educativas do mestre-escola Miguel Guarani, no Vale do Guaribas/PI (1938-1971)”, de Cristiane Feitosa Pinheiro, defendida no ano de 2016, cujo gênero das obras analisadas é conceituado pela autora como “bioautobiográfico”, trata da vida de Miguel Borges de Moura, que se cruza com a vida do seu filho e autor das obras, Francisco Miguel de Moura, poeta piauiense. Tais obras analisadas na tese, também se constituem em fontes de pesquisa para a construção do presente estudo.

A literatura (auto) biográfica é um importante instrumento utilizado na pesquisa histórica para a reconstituição de uma época. Dosse (2009) caracteriza a biografia como híbrida, pois durante a tentativa de reproduzir um vivido real passado, a mesma utiliza tanto a dimensão histórica como a dimensão ficcional. Dessa forma a biografia se apresenta como um gênero de natureza mista, uma vez que não é possível restituir a vida real em sua totalidade, devido às lacunas de documentos e lapsos temporais. O uso da literatura biográfica e autobiográfica como fonte de

pesquisa, contribuiu para a reunião de dados sobre a história da educação primária do Piauí, possibilitando o processo investigativo.

A Nova História, e especialmente a Nova História Cultural tem influenciado os pesquisadores para que investiguem temas antes considerados pouco importantes para a História da Educação. Portanto, esse campo de pesquisa passou a apresentar diversas abordagens e objetos. Nesta perspectiva, outras fontes foram se incorporando, ampliando as reflexões históricas encontradas, incluindo outras áreas do saber, como as fontes literárias. Portanto, a literatura encaixa-se no rol de alternativas para o estudo do fenômeno educacional. Entre os autores que tratam da nova história citam-se nesta pesquisa, Le Goff (1990) e Burke (1992), e sobre a nova história cultural Burke (2008) e Chartier (2010).

O alargamento das fontes permitiu o estudo de aspectos culturais, sociais e econômicos que passaram a ser de interesse do pesquisador, e podem ser encontrados em fontes como biografias, imagens, estatísticas, etc. Neste sentido, vem sendo configurada a nova tendência, do uso da literatura biográfica na pesquisa em História da Educação, nos estudos nacionais e internacionais.

Dessa maneira, as articulações entre História e Literatura (auto) biográficas, são importantes quando se pretende analisar a vida cotidiana, do ponto de vista educacional ou não. Dentro da obra literária é possível que se descubram tanto os aspectos da subjetividade do autor, quando se trata de uma realidade por ele vivida, quanto das relações existentes na sociedade. Dessa forma, essas fontes podem trazer informações sobre as práticas educativas.

Fazendo um delineamento da pesquisa com biografias constituídas de reminiscências sobre o sujeito, escritas por outrem, e autobiografias literárias, registros de vida feitos pelo próprio autor em determinado período, é possível afirmar a existência de uma variedade de dados e situações sobre as práticas educativas a partir das memórias dos autores, oferecendo, para além dos documentos oficiais, o conhecimento de alguns aspectos da realidade da época. Apresentando um inestimável valor para a pesquisa historiográfica sobre a escolarização piauiense.

A escolha da temática surgiu a partir de um estudo anterior realizado no Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Piauí, sob orientação da profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro, o qual investigava a expansão do ensino primário do Piauí dos anos 1930-1960, a partir de fontes alternativas, como revistas e almanaques. Ainda na mesma linha de pesquisa,

durante a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC foi pensado juntamente com a orientadora, Amparo Ferro, o uso das fontes literárias, para realizar a pesquisa sobre o cotidiano escolar primário da década de 1930. Nesse momento foram estudadas narrativas de literaturas biográficas e autobiográficas, as quais foram retomadas e suas análises aprofundadas nesta dissertação.

Findado esse percurso acadêmico na graduação, o resultado monográfico foi publicado em artigo do livro, organizado pelo Núcleo de Educação, História e Memória do PPGED/UFPI, núcleo de pesquisa do qual esta autora é membro integrante. Essa participação no livro serviu como motivação para continuar a pesquisa em educação a partir das fontes literárias e lançar o projeto na pós-graduação, acarretando a produção deste trabalho.

A relevância científica do tema se dá pelo uso de fontes biográficas e autobiográficas que trazem informações sobre os tempos de escola dos sujeitos e apresentam nas obras as lembranças de seus professores e a forma como eles conduziam suas aulas. Destaca-se que nas fontes (auto) biográficas não há espaço para o controle do Estado sobre os ditos, uma vez que se trata de dados que foram rememorados nas narrativas.

Alguns professores rememorados eram leigos, mas também encontrou-se referência a professores formados pela Escola Normal, portanto, com formação específica para atuar nas escolas primárias. Isso despertou o interesse em investigar se havia semelhanças e/ou diferenças entre a prática desses professores. Dessa maneira, este trabalho fez um estudo do ensino primário no Piauí a partir de biografias e autobiografias literárias. Partiu-se então da seguinte problemática: Como ocorriam as práticas educativas dos professores leigos e dos professores normalistas no Piauí no período de 1910 a 1930?

O trabalho tem como objetivo geral interpretar como ocorriam as práticas educativas dos professores leigos e dos normalistas no Piauí, no período compreendido entre as décadas de 1910 a 1930, através do estudo de obras literárias piauienses. Para tanto, apresentam-se alguns objetivos específicos: destacar as principais mudanças ocorridas na educação piauiense no período em estudo; caracterizar a vida dos sujeitos analisados nas biografias e autobiografias das quais foram extraídos os registros sobre práticas educativas escolares, do período de 1910 a 1930; descrever as semelhanças e diferenças da prática educativa entre professores leigos e normalistas.

Quanto à periodização desta pesquisa, considera-se como recorte inicial a oficialização da Escola Normal no ano de 1910, com a promulgação da Lei de nº 548 de 30 de março de 1910, no governo de Antonino Freire. Este marco foi escolhido dada a importância que a Escola Normal teve para a melhoria na qualidade do ensino primário, uma vez que com ela o professor deixa de ser aquele sujeito com pouca ou nenhuma formação. A Escola Normal Oficial foi de extrema importância para a formação de professores do ensino primário no Piauí, pois não aconteceram mais retrocessos em seu funcionamento, havendo apenas ajustes às Leis gerais de ensino e às políticas educacionais da Nação.

O marco temporal final deste estudo foi a década de 1930, pois, como é constatado na historiografia, esse período corresponde à consolidação dos grupos escolares no Piauí, que marcam a nova organização do ensino primário no Estado. Os grupos escolares representavam o projeto de modernização da república, ou seja, o acesso da população à escola com concepções pedagógicas modernas e racionais. Era um modelo de escola implantando nacionalmente, e que exigia a melhoria na formação do professor. Portanto, estava associado ao ideal da Escola Normal.

Dessa forma tem-se que as datas registradas como recorte temporal foram as décadas de 1910 a 1930. Porém, foram feitos alguns recuos e avanços em relação a esse período, tendo em vista que foram observados nas fontes outros acontecimentos relevantes dentro do período a que os autores se referem nas obras analisadas, em datas próximas a dos recortes escolhidos.

O percurso metodológico do presente trabalho toma como base o método de análise do conteúdo de Bardin (1994), para orientar a categorização das análises. Para tanto, foram criadas categorias de análises que identificavam aspectos do ensino primário no Piauí nas décadas de 1910 a 1930. Entre as categorias elencadas, procurou-se analisar as práticas pedagógicas e educativas dos professores do ensino elementar, o perfil do professor que trabalhava com o ensino primário, a relação existente entre os alunos, a relação entre o professor e o aluno e o funcionamento e a estrutura das escolas.

Ao falar sobre prática educativa, refere-se às práticas que ocorriam durante o processo educativo formal, na escola, e não-formal, no âmbito doméstico. Foi verificado durante a análise das obras que as práticas educativas eram aplicadas de maneira distinta, pelos professores leigos e normalistas, uma vez que o foco e o

significado das mesmas variavam de acordo com a formação e a concepção pedagógica desses professores e ainda, com o espaço e o tempo em que ocorriam.

Dentre as fontes analisadas encontram-se as seguintes obras: “Impressões e perspectivas (1980)”, de Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves; “Trechos do meu caminho (1976)”, de Leônidas de Castro Mello; “Professor Felismino Freitas: educação como missão e vocação (2009)”, escrita pelos seus familiares Maria Leonilia de Freitas, Francisco Newton Freitas e Francisco Antonio Freitas de Freitas; “Fortuna crítica (2008)”, construída por José Maria de A. Ramos; “Miguel Guarani: mestre e violeiro (2005)”, escrita por seu filho, Francisco Miguel de Moura; “O. G. Rêgo de Carvalho – Fortuna crítica (2007)”, elaborada por Kenard Kruei; “Nilo Campelo de Matos (A história de um homem de bem), (199-?)”, produzida por José Bezerra Anchieta; “O menino quase perdido (2009)”, de Francisco Miguel de Moura; “Conversas com M. Paulo Nunes (2012)”, organizada por Teresinha Queiroz.

O texto está estruturado em quatro seções; na primeira, encontra-se a introdução do trabalho, a qual busca situar o leitor sobre o tema, a problemática, os objetivos e metodologias, bem como tratar da relevância científica e dos conceitos básicos importantes para a compreensão da análise realizada. Na seção seguinte, inicia-se a discussão teórica sobre os estudos de história, memória, literatura, biografia e autobiografia, e sobre a construção teórico-metodológica da pesquisa. Na terceira seção, apresenta-se a síntese histórica da educação primária piauiense e discute-se sobre a atuação do professor leigo na educação primária e a importância da Escola Normal como um marco na formação dos professores primários piauienses. Na última seção, procura-se destacar a biografia dos autores e suas respectivas obras, e ainda a análise das suas memórias a fim de compreender as práticas dos professores rememorados.

Acredita-se que este trabalho vem contribuir com outros estudos sobre as práticas educativas dos professores primários que marcaram a História da Educação no Piauí. E que novas pesquisas podem ser empreendidas, ampliando as discussões realizadas nesta dissertação.

2 HISTÓRIA, MEMÓRIA E LITERATURA: CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

A presente seção trata da importância das memórias presentes na literatura, para a reconstituição da história da educação. Para tanto, traz as discussões dos teóricos que defendem o uso de fontes literárias e memórias nos estudos historiográficos. Dando continuidade a esta seção, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa, apontando quais foram as fontes literárias (auto) biográficas utilizadas, como e onde foram encontradas, e ainda relatando como se deu a escolha das categorias de análise que deram suporte para a construção do trabalho.

2.1 Relação entre história, memória, literatura

A História vem sendo vista como um ofício, assim como afirma Bloch (2002), em sua obra “Apologia da história ou o ofício de historiador”, na qual compara o ofício de historiador, com o de artesão, e destaca o seu papel neste trabalho, como sendo o facilitador da compreensão do presente pelo passado, bem como a compreensão do passado pelo presente. Além dessas analogias, outra hipótese é levantada, a que diferentemente da ciência, a História não apresenta regras sistemáticas. Pois, embora haja certo rigor científico, a História requer certa dosagem e compreensão dos objetos estudados.

Dessa forma Prost (2012, p.133) afirma que a complexidade da história como prática está relacionada ao seu objeto. O autor caracteriza esse objeto como humano, coletivo e concreto. Apesar de existirem diferentes estudos da história, como por exemplo, sobre vestimentas, sobre objetos, há sempre uma relação com o humano. E por sua vez, estão voltados para os grupos humanos, mesmo que a história se interesse por um único sujeito, ele estará representando o grupo ao qual pertence. E ainda afirma “dizer que o objeto da história é concreto significa que ele está situado no espaço e no tempo”. Este conceito demonstra que todo o estudo dos homens na história deve considerar a época em que pertenceu a sociedade.

A pesquisa em História da Educação, a partir da pesquisa em fontes literárias, trata-se de um procedimento delicado em que as memórias coletadas relatam situações que são próprias de um indivíduo ou grupo, mas ao mesmo tempo

representam peculiaridades do meio social do qual faz parte, ou seja, suas vivências se interligam com o contexto histórico, social, econômico em que está situado o sujeito. Como pode ser visto no artigo “Narrativa documental e literária nas biografias”, de Jaime Benchimol e Ruth Martins, publicado em 1995.

O referido artigo traz um debate entre biógrafos brasileiros sobre suas experiências no gênero biografia, dentre eles, Jorge Caldeira e Roberto Ventura, que apresentam opiniões semelhantes em relação ao uso do contexto e as experiências de vida dos seus biografados. Jorge Caldeira, por exemplo, caracteriza a biografia como "um híbrido [...] que exige tanto fontes documentais como interpretação e ficção. Será boa se tiver muito dos três" (CALDEIRA, apud BENCHIMOL; MARTINS, 1995, p. 96), enquanto Roberto Ventura defende que na literatura biográfica, "A interpretação é importante, mas deve partir dos documentos e depoimentos" (VENTURA, apud BENCHIMOL; MARTINS, 1995, p. 96).

A História investiga as relações, os percursos e as práticas dos grupos sociais, tornando possível por meio desses estudos, a compreensão da relação com o seu objeto, o qual é pesquisado por variadas fontes. Partindo do princípio de que a historiografia traz reflexões metodológicas sobre o estudo da história, a presente pesquisa, busca nos relatos (auto) biográficos descrever as práticas de sujeitos que viveram em determinada época a educação primária piauiense.

Segundo Halbwachs (1990), para se falar de memória é necessário diferenciar as partes do período segundo algum critério, pois cada um dos grupos tem sua própria história, onde se distinguem os acontecimentos.

O mundo histórico é como um oceano onde afluem todas as histórias parciais [...] Apesar da variedade dos lugares e dos tempos, a história reduz os acontecimentos a termos aparentemente comparáveis, o que permite ligá-los uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas (HALBWACHS, 1990, p. 84-85).

Percebe-se que os grupos sociais, possuem peculiaridades próprias que podem ser identificadas, segundo os acontecimentos que se assemelham. Então, dentro de um determinado período, as histórias parciais de cada sujeito se aglomeram aos demais integrantes do grupo, nos mais diversos meios de convivência e dessa forma originam uma memória coletiva.

Ainda na visão de Souza (2012, p. 31), por meio da pesquisa com narrativas, podem-se descobrir aspectos socio-históricos, mediatizados entre a “história

individual” e a “história social”. Ele cita ainda que não é possível se separar o “eu profissional do eu pessoal” uma vez que existem características próprias do contexto histórico-cultural, político-ideológico e socioeconômico onde estão inseridos os educadores que se entrecruzam com o desenvolvimento do seu trabalho docente.

As representações e as vivências na educação são evidenciadas neste trabalho nas obras literárias biográficas e autobiográficas, tais como as ações dos sujeitos enquanto professores, profissionais da educação, políticos, ou outra atuação direta ou indireta no ensino primário do Piauí dos anos 1910 a 1930. Segundo Ferro (2005), o estudo das práticas culturais no cotidiano escolar, através das memórias e relações sociais entre os sujeitos do processo educacional, é uma tendência nas pesquisas que utilizam como corrente historiográfica a Nova História Cultural.

A Nova História Cultural é hoje um novo paradigma de pesquisa e sua ascensão é conhecida como teoria cultural (BURKE, 2008). Essa teoria surge por sua vez, a partir da Nova História, que, conforme Burke (1992, p. 11) se preocupa com toda atividade humana, ou seja, tudo tem uma história, e nas palavras do autor indica que “tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado”.

Na Nova História, e, sobretudo, na Nova História Cultural é comum estudar as práticas culturais no cotidiano escolar, através das memórias, relações sociais entre os sujeitos do processo educacional. Nessa perspectiva, o pesquisador pode utilizar diversas fontes. Assim, o alargamento dos objetos e fontes de pesquisa vem contribuir para o estudo da História da Educação.

As fontes de literatura fazem parte da cultura de uma época, da qual foram feitos questionamentos a partir destes documentos, a fim de decifrar alguns traços da educação primária nas décadas de 1910 a 1930. Para Le Goff (1990, p. 471), após várias mudanças no estudo da História, torna-se prática comum entre os historiadores, apanhar elementos, que serão isolados e reagrupados, verificar sua pertinência, relacioná-los e por fim construí-los em conjunto. O autor afirma ainda que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 470).

Nessa concepção de documento como monumento, Le Goff (1990) mostra a importância de se analisar o documento, visualizando-o como parte integrante da sociedade, assim nessa mesma perspectiva se firma a pesquisa realizada com fontes autobiográficas, tomadas como “documentos” descritos como “monumentos” que fazem parte daquela sociedade. Os documentos ora de autobiografia ora de biografia serviram como suporte para se buscar o conhecimento do modo como se dava o ensino primário da sociedade piauiense nos anos 30.

Segundo Stephanou (2012, p. 11), “O que lembramos/esquecemos, valendo-nos da espessura das palavras, não é uma realidade passada e ainda tangível, tampouco acessível na imediatez da narrativa”. Para a autora, “escrevemos e dizemos o que pensamos ter vivido, o que pensamos ter sentido, o que imaginamos ter experimentado”. Nessa concepção, o pensamento narrado nada mais é do que aquilo que o autor se dispõe a dizer do que tem sido. Fato recorrente, por exemplo, nas autobiografias. A autora vem demonstrar ainda que as memórias estão ligadas no passado, presente e futuro, como se fossem rearranjadas de tempo em tempo. E afirma, “mesmo aquelas narrativas mais frequentadas, constantemente declaradas, mesmo nestas, há algo sutilmente distinto a cada repetição”. Dessa maneira, percebe-se que as memórias não são fixas, devido às instabilidades da vida. A autora contesta em versos “nem uma coisa, nem outra, nem nenhuma”, as narrativas de Memórias, assim, os relatos são o próprio reconhecimento do sujeito dentro delas (STEPHANOU, 2012, p. 12).

As memórias, nesse sentido, são provisórias e inacabadas, podendo representar apenas alguns momentos vividos, rememorados por paisagens, cenas, espaços escolares, percepções e emoções. Na mesma obra “Tempos de Escola”, no artigo de Fischer (2012, p. 20-21) compreende-se que os fatos relatados nas narrativas estão conectados à situação social, cultural e econômica dos sujeitos. Para esta autora, a memória é um processo individual e social, onde são mostradas as formas de se relacionar e identificar dos grupos, em especial nos processos históricos educativos. Dessa forma, as recordações do grupo que formam a memória coletiva, marcam as lembranças individuais e uns e outros se auxiliam mutuamente nesse processo.

A pesquisa na área da História da Educação com fontes literárias vem com o propósito de reconstruir as Memórias dos indivíduos, que de alguma forma estabelecem relação com a memória coletiva da época estudada. De acordo com

Halbwachs (1990), a memória individual não é isolada, uma vez que para falar do seu passado, uma pessoa geralmente evoca lembranças de outras do meio social em que vive. Destarte, a memória coletiva sobrevive dessas lembranças individuais, que correspondem ao mesmo grupo.

Mas vale destacar que essas lembranças variam de indivíduo para indivíduo, como explica Halbwachs (1990, p. 51), “Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

Neste trabalho, buscou-se resgatar as memórias individuais de atores sociais variados demonstrando como cada um em sua posição espacial e social assumiu sua função de sujeito histórico, dentro do panorama educacional piauiense dos anos de 1910 a 1930. São eles, o engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, que em suas memórias traz o seu olhar profissional sobre questões de infra-estrutura das escolas e seu trabalho na edificação dos grupos escolares, o político Leônidas de Castro Mello, que relembra fatos importantes sobre as práticas educativas na sua infância, momento em que foi analisado como aluno, e na sua fase adulta como governante a sua atuação durante o processo de expansão dos grupos escolares. Bem como são relatadas as memórias de quando eram alunos, de O. G. Rego de Carvalho, Nilo Campelo, Manoel Paulo Nunes e Francisco Miguel Moura. Fazem parte ainda do escopo deste trabalho as lembranças dos mestres Felismino Freitas e Miguel Guarani.

Souza (2000) fala sobre os sujeitos históricos dos quais as Memórias podem servir para a construção do conhecimento do contexto histórico de uma sociedade:

[...] os indivíduos são sujeitos históricos e não apenas atores sociais [...] é preciso incorporar a análise histórica a ideia de que para compreender o que a escola realizou no seu passado, não é suficiente estudar ideias, discursos, programas, papéis sociais nela desempenhados, suas práticas e métodos de trabalho [...] (SOUZA, 2000, p. 51-52).

Dessa maneira, confirma-se a relação da memória com a história do lugar e, sobretudo, com o seu pertencimento a um grupo social. Lopes (2004, p. 226) afirma que “a memória faz parte da história e historiografia em todas as suas especificidades e com ela toda carga de lembranças, suvenires, esquecimentos,

alegrias e dor”. A autora faz ainda a distinção de memorialista e memorialismo, sendo que os que escrevem as memórias são conhecidos por memorialistas e o estudo ou conjunto das memórias constitui o memorialismo. Então dessa forma, a presente dissertação utiliza-se das memórias escritas por memorialistas, mais precisamente, biografias e (auto) biografias.

Na obra *Cazuza o sonho da escola ideal*, Ferro (2010) utiliza a literatura como fonte para o estudo histórico das representações da escola e de seus agentes, como professor e aluno. O relato é usado como estilo narrativo que, para a autora é uma forma diferenciada de se pensar a realidade histórica. Percebe-se que as memórias apresentam ligação ao lugar vivido pelo professor ou aluno, mostrando o seu pertencimento a um grupo.

Estudos em história baseados no cotidiano se tornam uma tendência, como cita Jacques Le Goff (1990, p. 46), há uma “[...] necessidade de desenvolver os métodos de uma história a partir de textos até então desprezados – textos literários ou de arquivos que atestam humildes realidades cotidianas – os ‘etnotextos’.” Dessa forma percebe-se que a pesquisa em história da educação, com o uso da literatura como suporte, auxilia o entendimento do passado da sociedade. Uma vez que as fontes primárias não são facilmente encontradas.

Sobre esse fato, Ferro (2010) pondera que há uma preocupação nos dias atuais com o desaparecimento dos vestígios do passado, portanto, procura-se cada vez mais resgatar a memória em fontes diversas, em arquivos e sobre estes aumenta a discussão da importância de sua conservação e organização. Discutindo esse movimento de ampliação dos objetos e fontes na pesquisa em história da educação, Galvão e Lopes (2010) afirmam que o próprio espaço da escola, bem como os objetos escolares, também os jornais, revistas, diários, obras literárias, e a história oral, são exemplo dessas novas fontes para a história da educação.

A problemática das fontes foi uma impulsionadora para o início do trabalho com literaturas biográficas e autobiográficas, se tinha em mente que estas trariam informações complementares da historiografia sobre a educação primária piauiense, mesmo que nestas fossem apresentados relatos particulares, estes poderiam ser usados como um comparativo da realidade educacional, com esse intuito realizou-se esta pesquisa detalhada no decorrer da construção deste texto.

Queiroz (2015) relaciona história e literatura do ponto de vista de um olhar sobre as fontes, confirmando a presença das diferenças entre os dois tipos de fontes, as oficiais e os textos literários, uma vez que, segundo a autora

A História trata essencialmente do real, é um testemunho da sociedade, refere-se a uma trama complexa e efetiva de acontecimentos. A Literatura, para o que nos interessa, considera os possíveis da história, os possíveis até mesmo irrealizáveis aludem essencialmente ao virtual, ao potencial, a um repertório de possibilidades dadas pela história (QUEIROZ, 2015, p.81).

Esse novo olhar sobre as fontes e objetos literários foi alcançado, como foi dito anteriormente, com o advento da corrente historiográfica “Nova História Cultural”, a qual permitiu repensar a Literatura e propor relações entre História e Literatura.

As articulações entre História e Literatura, dizem respeito à vida cotidiana, relacionada à vida social e expressa na obra literária. Ainda segundo Queiroz, o trabalho da História e da Literatura exige entendimento de que: “A história ou contexto é maior que o produto-objeto, maior que o produtor-sujeito e que esse social modela tanto o produto quanto o produtor”. Por isso, se faz necessário o rigor analítico e ainda a compreensão de que o “produto ficcional é dotado de sentido principalmente a partir da situação social do produtor” (QUEIROZ, 2015, p.82).

Nas obras analisadas nesta dissertação, percebe-se que existe um real mediado em que é representado o contexto social onde estão inseridos os sujeitos, como se pode perceber na autobiografia de Moura (2009), ao falar sobre suas memórias do período em que acompanhava seu pai, o mestre Miguel Guarani, quando descreve como eram as “escolas” temporárias no semi-árido piauiense, ao falar do seu primeiro contato com uma escola debaixo de um juazeiro.

Era no verão, tempo de vazante. O pai plantava alho, cebola e batata, nas vazantes do rio Guaribas, um pouco debaixo da confluência deste com o Riachão. Quase todas as famílias, durante os meses de julho, agosto, setembro e outubro, mudavam-se para a beira do rio, abrigando-se em barracas feitas de madeira tosca, que cresciam à margem do rio: gameleiras, juazeiros, etc. Uma mesa rodeada de bancos e tamboretas onde se sentavam alunos, eis a imagem que lhe ficou [...] (MOURA, 2008, p. 83).

Através desse relato, percebe-se a situação social do homem no interior piauiense. Como foi demonstrado em trechos da obra, o principal trabalho realizado na região do rio Guaribas e seus afluentes, pela maioria dos seus habitantes eram as atividades de preparo da terra para a lavoura, o plantio de alho, cebola e batata. Nesse contexto, as escolas eram construídas provisoriamente acompanhando a dinâmica de deslocamento das famílias para o plantio nas margens do rio.

Dessa forma, percebe-se o entrelaçamento da História e da Literatura e que há ainda um fio condutor constituído pela união “Memória e História”. Essa relação já foi estudada por vários autores, entre eles encontra-se Pierre Nora, historiador francês que analisa a relação entre história e memória, história e objeto e história e conhecimento. Em seus estudos, ele fala sobre a produção de lugares de memórias, “a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos”. (NORA, 1993, p.25).

Nessa perspectiva, o autor afirma que a memória é criada pelos grupos vivos, suas lembranças e esquecimentos, e a história será a reconstrução do que já deixou de existir, uma representação do passado.

Nora (1993) defende que estes lugares são formados devido a pressões do mundo moderno, que se encontra num processo de aceleração da história, tornando-se necessária a criação de lugares de guarda da memória, preservando-a. Assim, os lugares de memória estão ligados às lembranças dos grupos, e são responsáveis pela continuidade da história, pois permitem o registro dessas memórias.

Os lugares de memórias, podem ser vistos nas obras analisadas nesta dissertação, como por exemplo, a descrição de Leônidas Mello sobre o local onde estudou e aprendeu as primeiras letras.

Leônidas afirma que a escola do mestre Freitas era casa do professor, onde ele residia com a família, sendo “as salas da frente, espaçosas, de portas e janelas para a praça”, locais reservados para o funcionamento das aulas. Ao chegar à casa do mestre Freitas, viu que ele era um “homem pequenino e já grisalho, mancando da perna, de espanador na mão, vasculhava a poeira da mesa e dos bancos, únicos móveis” (MELLO, 1976, p.64).

As lembranças ora da casa, ora do mestre, trazidas por Leônidas, revelam características singulares sobre o ensino primário naquela época.

Antes mesmo de se tornar pública essa definição de “lugares de memórias”, Halbwachs (1990) traz à tona a discussão sobre as diferenças entre memória e história. Para ele, a memória liga-se à lembrança viva e esta só existe quando os laços afetivos criam o pertencimento ao grupo. Estes laços são, sobretudo, sociais e permitem criar a identidade do indivíduo no grupo.

Segundo Halbwachs (1990, p. 80), “ao acabar a memória, começa a história (história-conhecimento) para salvar as lembranças através da fixação por escrito”. O registro histórico que é a operação intelectual da análise da memória, exige que o historiador se distancie, problematizando e fazendo uma reflexão crítica sobre as memórias.

Em relação a memórias extraídas da Literatura, o historiador possui informações além da vida e da obra, os aspectos sociais próprios da articulação entre História e Literatura, como por exemplo, aqueles relacionados à vida cotidiana. Na análise da literatura, o produto ficcional (texto) corresponde a evidências de acontecimentos do passado, como explica Queiroz

O Produto ficcional, abordado não a partir de sua avaliação estética, de sua interioridade, da sua especificidade enquanto produto literário, mas especialmente o ficcional como repertório, como um indicativo das virtualidades da história, como um registro de alternativas colocadas a determinada sociedade, em determinados momentos, virtualidades que não necessariamente se desenvolveram ao longo de processo real ou foram vencedoras dentro das tessituras explicativas enunciadas pelos historiadores. A referência é necessariamente a um real que é mediado e informado pelas evidências do passado e cuja busca e reelaboração denotam uma obrigação e um compromisso bastante sérios com conhecimento do próprio passado, com fluxo acontecimental (QUEIROZ, 2015, p.82).

A citação mostra o confronto existente entre o “produto ficcional” próprio à literatura e o “real mediado” buscado pelo historiador. Uma vez que o texto produzido na obra literária é formado a partir de um contexto maior, ou seja, o meio social, as características da sociedade, trazem uma riqueza de informações para as pesquisas historiográficas. Essa dialética reafirma as articulações dos campos da literatura e da história.

Queiroz (2015) destaca que o produtor (autor), deve ser analisado em sua vida e obra, que estão articuladas, ou seja, a sua singularidade está ligada ao universo social. A autora afirma ainda que o processo de análise da obra literária

requer um cuidado especial no que diz respeito à compreensão de que o produto ficcional (texto) é elaborado a partir da situação social do seu produtor (autor).

Portanto, o trabalho de historiar o passado utilizando-se da literatura exige entendimento de que a história ou contexto representa o que é real, em outras palavras a história faz parte do universo geral (o contexto social), que é maior e engloba elementos menores (produto-objeto e produtor-sujeito) e ainda é esse social o responsável por moldar o produto e produtor.

2.2 Uso de biografias e autobiografias no âmbito da história da educação

O uso das fontes biográficas e autobiográficas nas pesquisas em História da Educação, ganha espaço com o alargamento das fontes provocado pelo movimento da nova história cultural, com a crescente utilização de variadas fontes nos estudos historiográficos. Estas fontes fazem parte do conjunto de memórias individuais e coletivas que consistem em vestígios históricos da época que não são obtidos por outros métodos tradicionais de pesquisa, constituindo em elemento privilegiado na reconstituição de acontecimentos passados.

Dosse (2009, p. 11) conceitua biografia e caracteriza seu processo de construção, a saber:

Escrever a vida é um horizonte inacessível, que, no entanto, sempre estimula o desejo de narrar e compreender. Todas as gerações aceitaram a aposta biográfica. Cada qual mobilizou o conjunto de instrumentos que tinha à disposição. Todavia, escrevem-se sem cessar as mesmas vidas, realçam-se as mesmas figuras, pois lacunas documentais, novas perguntas e esclarecimentos novos surgem a todo instante. A biografia, como a história, escreve-se primeiro no presente, numa relação de implicação ainda mais forte quando há empatia por parte do autor.

A biografia representa a possibilidade de se narrar a vida, utilizando-se de recursos variados que estejam ao alcance do autor que buscar dar veracidade ao que apresenta. O gênero literário biografia, tem sua autenticidade confirmada pela intencionalidade de verdade que o biógrafo procura demonstrar. Embora este gênero tenha uma inclinação ficcional, é destinado a relatar o real vivido, ou seja, apresenta um caráter híbrido.

Dosse (2009) vai chamar a biografia de gênero impuro, pois segundo o autor existe um conflito latente entre o desejo de reproduzir o real vivido e a imaginação do biógrafo, usada ao reconstruir aquilo que foi perdido.

O gênero biográfico apresenta um paradoxo, pois está relacionado tanto à dimensão histórica, quanto à dimensão ficcional, uma vez que a intenção da verdade requer do biógrafo, procedimento científico, muito embora ele também se utilize da dimensão estética, ou seja, da arte. Dosse chama a atenção para o fato que “A biografia não depende apenas da arte: quer-se também estribada no verídico, nas fontes escritas, nos testemunhos orais. Preocupa-se com dizer a verdade sobre a personagem biografada”. (Dosse, 2009, p.59).

Diante disso, a compreensão da trajetória requer que conheçamos o lugar onde ela ocorreu, e as relações existentes entre o sujeito e o meio. Analisando a relação do contexto social e a biografia, Levi (2006), esclarece que, para esse fim, a biografia conservará sua especificidade, embora a trajetória individual, também possa ser caracterizada pelo meio e época vivida pelo sujeito. Na visão do autor, “o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia, por esse ou aquele motivo, com a do personagem estudado” (LEVI, 2006, p. 176).

As narrações de biografias e autobiografias necessitam ainda de interpretações por quem as narra e por quem as lê. Como bem explicam Bruner e Weisser (1995, p. 145), “a autobiografia força uma interpretação [...] A função última da autobiografia é a autolocalização, o resultado de um ato de navegação que fixa a posição em um sentido mais virtual que real”. Os autores deixam claro que o autorrelato (autodescrição) é interpretativo, pois através da autobiografia há uma identificação simbólica do autor com a sua cultura.

Trazendo à discussão dois conceitos importantes de autobiografia, Lejeune (2008, p. 14), a define como “a narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”. Enquanto Lopes (2006, p. 13) conceitua como “escritos nos quais os sujeitos falam de si, construindo um texto em que sua trajetória de vida é o elemento central, mesmo que tangencialmente abordem tem as outros”. Ou seja, são relatos pessoais, como Lopes (2006) caracteriza: “acervos documentais particulares” de onde podem ser retiradas informações sobre o campo da escolarização.

Para a presente dissertação os dados coletados foram selecionados de acordo com o que eles apresentavam sobre o ensino da sociedade piauiense dentro do período estudado, visando contribuir para a escrita da História da Educação do Estado. Estes dados foram extraídos do campo conceitual aqui discutido como gênero biográfico, correspondendo as (auto) biografias que possibilitaram o conhecimento da história de vida dos sujeitos bem como o contexto social e temporal que ocorria como plano de fundo em cada história de vida narrada.

Após entendimento do que seja a autobiografia, faz-se necessária a compreensão de como se analisar essa narrativa. Para isso, buscou-se amparo nas ideias de Compagnon (2001), que distingue dois tipos de abordagens do estudo literário, uma ligada à História, ou seja, o texto como documento, e a outra representada pela linguística, que diz respeito ao texto como fato da língua.

Compagnon (2001, p.222-223), ao discutir a “historicidade dos textos” e “textualidade da história”, afirma que “a História é uma construção, um relato que, como tal, põe em cena tanto o presente como o passado”. Para ele, “a história literária é uma justaposição, uma colagem de textos e de discursos fragmentários ligados a cronologias diferenciais, alguns mais históricos, outros mais literários”. Nesse sentido, demonstra que a História ao ser registrada em forma de texto fará parte da literatura.

A biografia e autobiografia apresentam portanto, historicidade em seus textos e como já foi explicado na citação acima, a história será textualizada dentro da obra literária. Esse fato se concretizará a partir do registro das lembranças de vidas que foram resgatadas pelos autores.

Findando a discussão, apresentam-se as ideias de Chartier (2010), sobre a importância das obras de ficção, no resgate da memória coletiva ou individual. Segundo o autor, estas memórias transformadas em literatura fictícia, ou nas narrativas biográficas trazem uma riqueza de informações às vezes mais importantes que as dos livros de História.

Portanto, História e ficção interagem apesar de serem distintas em suas essências, uma vez que “a ficção é um discurso que informa do real, mas não pretende representá-lo nem abandonar-se nele, enquanto a História pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é” (CHARTIER, 2010, p.24).

Nesta perspectiva, a ficção representada pela literatura, é construída a partir do passado, em diversos meios, incluindo os documentos próprios da História oficial, sobremaneira, ao se utilizar a literatura nas pesquisas de história se está relacionando o passado, história e a memória.

2.3 Percurso metodológico

Com o intuito de atingir os objetivos dessa pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, constituindo o primeiro passo para o levantamento das fontes. De acordo com Gil (2011, p. 151), a pesquisa que utiliza a pesquisa bibliográfica tem um valor inestimável “para a realização de estudos exploratórios, com vistas, sobretudo, a estimular a compreensão do problema e também para complementar dados obtidos por outros procedimentos”. Assim foi pesquisada a literatura piauiense em especial os textos (auto) biográficos, encontrados em bibliotecas públicas e livrarias da cidade.

Para realizar o levantamento de dados, foram feitas visitas à Biblioteca Central da UFPI, situada no Campus Ministro Petrônio Portela, Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho, ambas desta capital. A escolha do material para análise partiu da proximidade dos conteúdos com a temática educação primária.

O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de idéias (FLAMARION; VAINFAS, 1997, p. 272).

Durante a análise dos dados, foi utilizado o conceito de “análise de conteúdo”, mais particularmente o sentido de categorização. Segundo Bardin (1994, p. 117), a categorização consiste em classificar os elementos de um conjunto, por diferenciação e depois reagrupamento, de acordo com a semelhança. Para categorizar os dados coletados se faz necessário definir critérios, ou seja, escolher as unidades de registro dentro da análise de conteúdo. Portanto, após escolhidos os documentos, eles foram explorados e analisados, porém durante a escolha, ou seja,

na pré-análise foi feita a categorização dos dados, que corresponde à organização da análise a partir de categorias.

Entre as categorias analisadas, têm-se as práticas educativas e pedagógicas, que trazem informações sobre a atuação do professor. Na visão de Libâneo (1994, p. 16), a prática educativa é “um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades”. Segundo o autor, a prática educativa é responsável pelo “processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade”. O autor demonstra que a educação pode influenciar as mudanças sociais, tanto individual como coletivamente.

Em relação às práticas pedagógicas, explica Franco (2015, p. 604-605) que são “aquelas práticas que se organizam para concretizar determinadas expectativas educacionais. São práticas carregadas de intencionalidade [...] solicitando uma intervenção planejada [...] com vistas à transformação da realidade social”. Dessa maneira, entende-se que a prática pedagógica será organizada ou sistematizada para uma finalidade educativa (FRANCO, 2003, p. 16).

Para entender melhor essas práticas, fez-se necessário primeiro, conhecer o perfil do professor, entender sua formação, portanto, a importância de traçar o seu perfil. Após traçado o perfil, também se buscou entender a relação existente entre os alunos e entre o professor e o aluno, pois dessa relação é possível extrair as ideologias de ensino da época, ajudando a perceber que tipo de educação e que tipo de sujeito se pretendia formar. Outro aspecto relevante sobre o ensino primário são os aspectos educacionais relacionados ao funcionamento e estrutura das escolas, que são essenciais para entender o cotidiano escolar da época.

Essas abordagens enquadram-se nas dimensões da História Cultural, que segundo Barros (2004, p. 55) consiste no campo historiográfico mais evidente nas últimas décadas do século XX. Segundo o autor, esta dimensão possui várias possibilidades de objetos como: “cultura popular e a letrada, representações, práticas discursivas, sistemas educativos, mediação cultural”. Neste trabalho, há uma preocupação em analisar as práticas educativas no ensino primário piauiense.

Então, foram escolhidas como categorias de análise as que aparecem no quadro.

Quadro 1- Categorias elencadas

Nº	CATEGORIAS
1	Perfil dos professores
2	Funcionamento e estrutura das escolas
3	Prática educativa e prática pedagógica
4	Relação aluno - aluno
5	Relação professor - aluno

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Em relação às fontes analisadas, segue quadro com o nome dos autores e obras trabalhadas, data e local de nascimento do sujeito e o período que foi analisado dentro da biografia ou autobiografia.

Quadro 2– Relação das fontes pesquisadas

Obra	Autor (a)	Período abordado	Local e data de nascimento do sujeito
Impressões e perspectivas	GONÇALVES, Luiz Mendes Ribeiro.	1930 - 1939	Amarante, 1895.
Trechos do meu caminho	MELLO, Leônidas de Castro.	1905 - 1939	Barras, 1897.
Professor Felismino Freitas: educação como missão e vocação	FREITAS, Maria Leonília de; FREITAS, Francisco Newton; SOUSA, Francisco Antônio Freitas de.	1930-1939	Piripiri, 1895.
Fortuna crítica	RAMOS, José Maria de A.	1938 a meados da década de 1940	Fazenda Curral Novo. Localidade de Picos, 1933.

Miguel Guarani: mestre e violeiro	MOURA, Francisco Miguel de.	1939	Diogo, lugarejo da fazenda Jenipapeiro, hoje município de Francisco Santos – PI, 1910.
O. G. Rêgo de Carvalho – Fortuna crítica	KRUEL, Kenard.	1936-1939	Oeiras, 1930.
Nilo Campelo de Matos (A história de um homem de bem)	ANCHIETA, José Bezerra.	1939	Fazenda Carnaubal, em São Miguel do Tapuio, 1923.
O menino quase perdido	MOURA, Francisco Miguel de.	1938 a meados da década de 1940	Fazenda Curral Novo. Localidade de Picos, 1933.
Conversas com M. Paulo Nunes.	QUEIROZ, Teresinha.Org.	1936-1939	Regeneração, 1925.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas obras de Melo (1976); Gonçalves (1980); Freitas (2009); Ramos (2008); Moura (2009); Moura (2005); Kruel (2007); Anchieta (199-?), Queiroz (2012), 2018.

Como já foi explicado anteriormente, as obras analisadas encontram-se dentro do recorte temporal proposto nesta dissertação, compreendido entre as décadas de 1910 a 1930, mas, em alguns casos, foi usada a estratégia de recuo ou avanço desse período para dar prosseguimento à análise, pois foi preciso considerar o recorte das fontes, focalizando o período em que os sujeitos vivenciaram de alguma maneira o processo educacional do ensino primário no Piauí.

Por exemplo, na obra “Impressões e perspectivas”, autobiografia de Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, encontram-se informações importantes sobre as edificações escolares e construção dos grupos escolares; “Trechos do meu caminho”, autobiografia, de Leônidas de Castro Mello, na qual foram coletadas informações dos seus primeiros anos de ensino, e num outro momento sobre sua atuação enquanto político; “Fortuna crítica”, biografia de Francisco Miguel de Moura,

que apresenta a sua trajetória enquanto aluno, e ajudante de seu pai o Mestre escola Miguel Guarani; “O menino quase perdido”, autobiografia de Francisco Miguel Moura, traz as mesmas perspectivas da obra anterior, porém na visão do próprio Francisco Moura; “Miguel Guarani: mestre e violeiro”, biografia que fala sobre a atuação do mestre-escola, pai de Francisco Moura, relata informações sobre a atuação do mestre-escola e também professor leigo; “O. G. Rêgo de Carvalho – Fortuna crítica”; “Nilo Campelo de Matos (A história de um homem de bem)” e “Conversas com M. Paulo Nunes”, nessas três obras foram extraídas informações sobre seus primeiros anos de ensino.

Nas próximas seções se discutirá sobre a educação primária no Piauí, nos anos de 1910 a 1930 com base na historiografia piauiense (seção 3) e nas obras literárias (seção 4).

3 UM “MERGULHO” NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ

Nesta seção, apresenta-se a síntese histórica da educação primária piauiense, no período de transição Império e República até os anos 30 do século XX, em que se consolida o ensino público no Estado do Piauí. Bem como a atuação do professor leigo com destaque para a discussão sobre a sua atuação no meio rural. E finaliza com a temática da formação de professores e o papel da Escola Normal como Lócus formador do professor primário.

3.1 Síntese histórica da educação primária piauiense

No período Imperial havia intensa ação do mestre-escola e/ou professores particulares, contratados para a missão de ensinar as crianças e jovens a ler, escrever e contar. Fato este que permeou o período republicano, principalmente nos anos iniciais da República, embora estivesse ocorrendo à consolidação do ensino público.

De acordo com Reis (2009), no período Imperial, algumas famílias pagavam um professor particular para ensinar a seus filhos os primeiros ensinamentos da leitura, escrita e números. Essa iniciativa privada tornava-se prática comum na educação piauiense daquele período. Lembra-se que esta prática era comum desde o período regencial quando “as aulas do ensino primário e secundário eram ministradas na residência dos professores ou em prédios alugados pelo governo” (COSTA FILHO, 2006, p. 109).

A obra literária, *Velhas Escolas-Grandes Mestres*, de Antônio Sampaio Pereira (1996), mostra exemplos de forma alternativa de escolarização da criança mantida pelas famílias piauienses, com a contratação de mestres-escolas. Sendo possível analisar as práticas educativas dos mestres-escola, através dos personagens: Belarmino, conhecido como Bola-de-Ouro, Higino Gregório dos Santos e João Alves.

O mestre Belarmino, era um mestre ambulante. E viajava constantemente para o interior do Estado, fixando-se temporariamente por onde arranjasse alunos. Sobre suas práticas destaca-se o planejamento do período que ia passar na localidade de acordo com o que combinava com os pais das crianças. Acertava-se

com eles a forma de pagamento, incluindo um pedaço de roça a ser trabalhado pelos alunos nas tarefas de plantar, capinar e colher. O atendimento, desse tipo de exigência respaldava-se na importância, atribuída naquele período ao mestre-escola:

Naquele tempo, um mestre era um verdadeiro achado e quem tivesse a sorte de ter um à mão, nunca ousava desgostá-lo, nem que fosse por força de um motivo forte. Ao mestre dava-se carta branca e, contrariá-lo com a supressão de tais prerrogativas, seria uma temeridade (PEREIRA, 1996, P. 21).

Reis (2009), afirma que a presença do mestre-escola foi sendo reduzida a partir do momento que começou a existir uma organização do ensino público e com a criação de mais escolas de ensino gratuito, mas, essa prática de ensino permanece ainda por um longo tempo no sertão piauiense, até meados do século XX, quando se instituiu o atendimento da educação primária pública efetivamente, como surgimento dos Grupos Escolares, os quais faziam parte do projeto republicano de organização e expansão da educação. Segundo Mendes:

As atividades de ensino primário no Piauí durante praticamente toda a primeira república, até o advento da construção dos grupos escolares na década de vinte, eram desenvolvidas nas residências dos professores, sejam eles professores públicos custeados pelo Estado ou particulares, mantidos pelas mensalidades dos alunos. O certo é que não havia muita diferença quanto às instalações prediais e aos métodos de ensino (MENDES, 2012, p. 135).

Essa conjuntura de dualidade do ensino, em público e particular é mantida, sobretudo, na primeira República, e foi muito discutida na historiografia piauiense. Como mostra o trabalho de Ferro, em sua obra “Educação e Sociedade no Piauí Republicano” sobre os anos iniciais desse regime no Piauí.

[...] pelo distanciamento geográfico e com as dificuldades de comunicação da época, ao que tudo indica, aconteceu semelhante o que ocorreu na capital do país, em que, após a proclamação, o povo saiu às ruas, aparentemente sem entender bem o que tinha acontecido, nem como e sem prever quais os desdobramentos que daí adviriam (FERRO, 1996, p.79).

De acordo com a autora, essa mudança no regime político do Piauí não alterou muito o conteúdo educacional, embora tenham ocorrido esforços legais no sentido de mudar o perfil da educação naquele momento. Segundo Ferro (1996,

p.87) “a Primeira República a nível nacional teve a educação caracterizada por reformas, no Piauí também elas se apresentam, e de forma consecutiva e desconexa”. No Piauí, reformas eram formuladas a fim de se consolidar o ensino público no Estado. Destaca-se a primeira, ocorrida no ano de 1910, elaborada no governo de Antonino Freire, através da promulgação da Lei nº 548, de 30 de março de 1910.

Dentre as principais determinações da Lei da Reforma da Instrução Pública, destacam-se: a) o estabelecimento do ensino de forma livre, leigo e gratuito e dividido em primário, normal e profissional; b) a criação da escola normal destinada exclusivamente ao sexo feminino e ao preparo dos candidatos ao magistério público primário; c) a nomeação, preferencialmente, dos diplomados normalistas; d) a permissão das professoras interinas de frequentarem a Escola Normal Oficial para que se efetivassem (PIAÚÍ, 1910).

Essa reforma vigorou até 1930, e foi considerada modernizante para a educação piauiense, a exemplo do movimento revolucionário em que se encontrava a educação em todo o país.

Brito (1996), afirma que em 1910, o ensino oficial começa a ser estruturado, havia no Estado do Piauí uma rede, embora pequena, de escolas primárias e o Ensino Normal, embora incipiente, estava em funcionamento. Sendo que a consolidação dessas estruturas vai ocorrer com a concretização do Regulamento Geral da Instrução Pública, baixado pelo Decreto 434, de 19 de abril de 1910. O regulamento foi aprovado pela Lei 565, de 22 de junho do mesmo ano.

O Regulamento irá disciplinar os níveis de ensino e estabelecer como ensino oficial o ensino normal, o profissional subsequente ao primário, e o secundário. A principal preocupação era promover a expansão do ensino e melhorar a qualidade do mesmo, principalmente a formação do professor primário.

De acordo com Brito (1996, p. 50), “A partir de 1910, o ensino primário passa a ser ministrado em dois níveis: o elementar, compreendendo os três primeiros anos do curso, e o complementar, correspondendo ao 4º e último ano”. A Reforma de 1910 determinava o que deveria ser ministrado nas Escolas Isoladas, que “ministravam apenas o ensino elementar” e nos Grupos Escolares “ministrariam o curso primário completo de 4 anos”. Falava ainda do funcionamento das Escolas Reunidas, “constituídas do agrupamento de três a mais escolas, que funcionavam sob uma única direção”. Porém, não havia nesse período Grupos Escolares no

Estado, apenas Escolas Isoladas e Reunidas. Apenas em 1914 são criados dois grupos escolares, um para cada sexo, na Capital, e em condições muito precárias.

Conforme Brito (1996), esperava-se com a instituição da República uma reestruturação profunda da instrução pública, o que não ocorreu de fato. Embora houvesse um grande empenho para implementação de reformas na área educacional, a descontinuidade das ações políticas e ainda a desvalorização salarial do magistério eram obstáculos constante para o progresso na educação pública. Outro fator problemático era a falta de acomodação para o funcionamento das escolas, portanto, as reformas foram motivadas pela legislação, que previa a construção de prédios para o funcionamento das escolas estaduais, visando a uma expansão do ensino, no que diz respeito à criação de escolas.

Ferro (1996, p.104.105) confirma a expansão do número de escolas, pois foram construídas escolas em “Teresina, Picos, Campo Maior, Piripiri, Amarante, Miguel Alves, Barras, Porto Alegre, Piracuruca, Pedro II, Parnaíba, Oeiras, Bom Jesus, Castelo, São Raimundo e Palmeirais”, além da Escola Normal Oficial em 1910, apontada como a grande solução para o problema educativo, através da formação de mão de obra especializada. A autora acredita ser tal expansão “reflexo da ideologia reinante do otimismo pedagógico e do entusiasmo pela educação”.

A partir da transformação de escolas reunidas em grupos escolares, ocorreu um processo de consolidação do modelo educacional no Piauí, os prédios dessas instituições tornaram-se “símbolos de modernidade e autênticos templos do saber e do progresso” (REIS, 2009, p.208). Ainda sobre o período republicano, Mendes (2012, p. 170) relata o grande déficit escolar em vários municípios do Piauí, bem como a lenta iniciativa pública na resolução desse problema, cuja superação surgiu a partir de ações particulares.

Segundo Brito (1996, p. 92), no período de 1933 a 1937, há uma expansão na rede escolar primária no estado do Piauí, colocando-o em destaque nacional. Devido ao aumento das despesas, o estado recorreu aos municípios, para que os mesmos contribuíssem financeiramente para a manutenção da rede escolar, firmando um convênio com estes, definindo responsabilidades para ambas as partes. O convênio foi firmado pelo então interventor Leônidas de Castro Melo e pelos representantes dos diversos municípios, em novembro de 1943, e vigorou até o ano de 1946.

O ‘Convênio de Ensino Primário’, foi firmado por meio do Decreto-Lei federal nº 4958, que trata no seu art. 4.º sobre a participação orçamentária dos municípios na

manutenção da rede escolar. Trata-se de um acordo firmado entre os Municípios, o Estado (com os chefes ou delegados dos governos de 20 Estados¹), do Distrito Federal, do Território do Acre e da União, representada pelo Ministério da Educação e Saúde. Este Convênio foi aprovado pelo Decreto-lei n.º 729 em 4 de novembro e pelo Decreto-lei n.º 741 de 1943 (NEVES, 2018).

Em suma, a determinação legal para o convênio funcionou da seguinte maneira:

Os Municípios cooperariam financeiramente com o Estado, mediante a contribuição de cota especial, para o fim do desenvolvimento do ensino primário em todo o território do Estado. O Governo do Estado obriga-se a prestar toda assistência técnica solicitada pelo Município, para a mais perfeita organização dos serviços de ensino primário, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor (NEVES, 2018, p. 67).

Percebe-se que há um movimento intenso de renovação e expansão do ensino primário, com o aumento do número de escolas, bem como significativa preocupação com a qualificação do professorado. Dessa forma passa a atuar nestes novos espaços educativos o professor normalista, substituindo o velho modelo educacional, em que a instrução primária era realizada pela figura do Mestre-escola, e/ou professor leigo.

3.2 Atuação do professor leigo na educação primária

Para esclarecimento do que venha a ser professor leigo, recorre-se a Vasconcelos (2005), que em seus estudos analisa os tipos de professores que existiam no século XIX fazendo a distinção entre professores e mestres, conforme sua atuação. Entendendo-se que o mestre é o que se aproxima da figura do professor leigo, discutida no corpo deste trabalho. E ainda, o entendimento desses conceitos é importante, pois dentro das obras analisadas, também está presente a figura do mestre-escola.

Segundo a autora, até o final da primeira metade do século XIX, os professores, eram aqueles profissionais que trabalhavam em colégios. E aqueles

¹Estados do Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceara, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

que trabalhavam na educação doméstica, eram chamados de mestres. Já na segunda metade do século XIX, a nomenclatura professor passa a ser usada para ambos os casos, o educador do Colégio e da Casa. Todavia era recorrente que os professores particulares que atendiam às crianças e jovens nas casas fossem chamados de mestres. A autora destaca que o “mestre- escola” era contratado para trabalhar na casa dos alunos por um período determinado, ou seja, até quando se atestava a aptidão do aluno para as primeiras letras ou para um conhecimento específico, e ainda quando os pais decidiam a hora de encerrar os serviços do mestre (VASCONCELOS, 2005).

É importante frisar que, apesar do professor mestre-escola também ser considerado um professor leigo, ele apresenta a particularidade, de realizar suas atividades de forma itinerante, como foi explicado pela autora acima, enquanto o professor leigo é aquele que atua em um local fixo seja em sua residência, ponto de aluguel ou ainda nas escolas, realidade que pode ser observada na historiografia como recorrente. Este fato será discutido mais adiante no decorrer do trabalho. Primeiramente, cabe esclarecer algumas características desses dois agentes educacionais.

Para entender as mudanças ocorridas no exercício do ofício de professor, buscou-se fundamentar nos estudos realizados por Nóvoa (1987), em seu artigo “Do mestre-escola ao professor do ensino primário”, o qual faz uma discussão sobre o processo de profissionalização da atividade docente, apresentando o modo como a função do professor se separou do conjunto das outras funções desempenhadas pelas famílias e pelas comunidades. O autor afirma que durante essa transformação é dada responsabilidade a um grupo de indivíduos para ensinar às crianças certo número de conhecimentos, de técnicas e de comportamentos. A eles confiavam também a transmissão dos valores culturais.

Sobre a característica profissional e econômica dessas novas figuras responsáveis pela instrução das crianças, Nóvoa (1987), afirma que em Portugal, nos séculos XVI e XVII, o mestre-escola era um indivíduo sem nenhuma preparação para o exercício da atividade docente e com um estatuto socioeconômico muito baixo. Normalmente, o ensino não constituía a ocupação principal dos mestres-escola, o que dificultava o desenvolvimento do processo de profissionalização da atividade docente.

De acordo com Nóvoa (1987), em Portugal, as situações escolares até o final do século XVIII ficavam sujeitas, na maior parte dos casos, a uma negociação pontual entre os mestres e os pais das crianças ou entre os mestres e as autoridades locais, com quem são celebrados verdadeiros contratos de trabalho. Estes acordos, também eram realizados no Brasil de maneira semelhante, porém essa realidade se estende por um período maior, dessa forma a presença do mestre escola na educação brasileira perdura até meados do século XX.

Com o crescimento do número de colégios particulares e posteriormente a consolidação da escola pública no Brasil, no início do século XX, tanto a designação, como a postura do profissional da educação sofre mudanças, pois a titulação de professor e a estabilidade garantida aos mesmos se tornavam um atrativo. Nesse contexto, aparecem as figuras dos professores leigos que possuíam apenas a escolarização básica sem a habilitação de magistério, e dos professores normalistas, os quais eram formados no Curso Normal, que lhes atribuía a habilitação para o magistério. Portanto, é nesse contexto de transição ou transformação do exercício do professor primário, que foram discutidas as práticas educativas dos professores leigos e normalistas.

Nos primórdios da República, quando o sistema de ensino público é organizado em bases mais concretas, percebe-se uma mudança na prática educativa antes realizada pelo antigo mestre - formado no ofício de ensinar, adquirido pela experiência do próprio trabalho, legitimado pela comunidade - pela atuação do professor leigo. Estabelece-se a relação de trabalho do professor leigo ligado ora ao ensino particular, ora ao serviço público, este último mais recorrente nas comunidades rurais.

Dados do Ministério da Educação e da Secretaria Nacional de Educação Básica (BRASIL, 1991) sobre a atuação do Professor leigo, na região do Nordeste brasileiro, especialmente nos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará, apontam que o professor leigo, nas regiões rurais, por muito tempo representou o próprio sistema educacional público. Destaca que esse professor, embora não possuísse uma habilitação formal, representava um sujeito contextualizado e histórico, que apresentava determinados saberes e práticas sociais próprias do seu contexto social. Dessa forma, a vida sertaneja e toda a sua experiência de vida irão espelhar o seu trabalho como educador.

A mencionada pesquisa nacional (BRASIL, 1991) relata ainda que desde a década de 20 já existia a preocupação com esses profissionais da educação, os professores leigos, uma vez que esse ator social vinha sofrendo um processo contínuo de desqualificação histórica, legal, social e política.

O uso semântico do termo “leigo” surgiu no âmbito da religião, significando aquela pessoa ignorante dos mistérios sagrados por não ter sido iniciada nas ordens sacras. A evolução se encarregou de fazer deste termo sinônimo de pessoa que ignora um assunto por não estar preparada para ele. Na linguagem religiosa, o leigo é o profano, contraposto ao sagrado. Quando se examina hoje a questão do professor “leigo”, está-se claramente sugerindo tratar-se de professores que desconhecem ou são ignorantes do trabalho que fazem e, mais especificamente, daqueles professores que não possuem uma formação básica para lecionar em um determinado nível ou série (BRASIL, 1991, p.43).

Todavia, ser professor leigo não significava não dominar alguma técnica ou conhecimento. Mas, em geral, o que se quer expressar e destacar é que o professor leigo é menos apto a conduzir o processo de aprendizagem do que um docente habilitado. Ou seja, por muito tempo tem se justificado a sua entrada como condutor do ensino básico, quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não era suficiente.

Os dados da pesquisa (BRASIL, 1991) demonstram que o professor sem titulação, embora desprovido de todo o instrumental que o processo de escolarização mais amplo lhe forneceria, do ponto de vista social é tido como bem qualificado, uma vez que está mais familiarizado com a realidade da escola onde atua. No entanto, a nova organização e urbanização dos centros mais avançados impuseram outros critérios de qualificação.

Sobre essa nova necessidade de formação, afirma Arroyo (1985, p.30),

No momento em que o [trabalhador de ensino] e a sua escola passam a fazer parte de um sistema que tem suas normas e seus interesses de classe, um novo quadro de valores e de conhecimento passa a normatizar o que ensinar, como, quando e onde.

Do ponto de vista da legislação, historicamente o conceito de professor leigo está representado pela desqualificação profissional. Como pode ser visto nas Leis Orgânicas do Ensino Normal, no ano de 1946, com a criação de dois níveis diferenciados para a formação do magistério: a escola normal de 1º Ciclo, que

habilitava o “regente de ensino” para atuar principalmente na zona rural e nas periferias urbanas, e a escola normal de 2º ciclo que habilitava professores primários (BRASIL, 1991, p.46).

Portanto, a desigualdade das condições de ensino se manifesta pela diferença do tempo de formação, pelo modo pedagógico e pela adaptação ao meio rural. O urbano e a zona rural não necessitavam, segundo os legisladores, da mesma formação que seria ministrada aos professores primários.

Essa perspectiva está baseada em uma visão culturalista, a qual defende que os professores da zona rural sejam membros da sua comunidade local, como por exemplo, pode ser visto na afirmação de Brandão (1986, p.15),

Professores leigos plenos, às vezes não mais do que um Primeiro Grau completo, mas originados da comunidade onde trabalham e residem (...) seriam os mais dotados das qualidades ‘naturais’ de um bom professor rural; encontram-se plenamente inseridos na vida cultural de suas escolas.

Dessa forma, a teoria culturalista vem justificar a suposta necessidade da presença do professor leigo, porém rural, ao invés do professor habilitado, mas urbano, nas escolas rurais.

Nóvoa (1995, p. 15), ao falar sobre o processo de profissionalização do professorado, afirma que “função docente desenvolveu-se inicialmente de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens”. O autor vem trazer a esquematização do modo como se deram as etapas deste processo, a saber:

A primeira etapa, no início do século XVIII, foi marcada pela intervenção do Estado a qual provocou uma homogeneização, bem como uma unificação e uma hierarquização à escala nacional, consistindo no enquadramento estatal dos professores como corpo profissional. [...] Na segunda etapa, a partir do final do século XVIII, passa-se a exigir uma licença ou autorização do Estado, para o exercício da profissão docente, a qual é concedida na sequência de um exame, e do preenchimento das condições de habilitação, idade, comportamento moral, etc. [...] Na terceira etapa ocorre a institucionalização da formação específica do professor. Esta etapa foi decisiva para o processo de profissionalização, pois permitia, por um lado, a consolidação do estatuto e da imagem dos professores e, por outro, a organização de um controle estatal mais estrito. [...] A quarta etapa do processo é a formação de associações de professores. [...] Que coincide com os esforços de implantação do

ensino normal, assistindo-se em meados do século XIX ao aparecimento de um “novo” movimento associativo docente, que corresponde a uma tomada de consciência dos seus interesses como grupo profissional (NÓVOA, 1995, p. 15).

Percebe-se que, embora a criação de instituições de formação seja um projeto antigo, só irá se concretizar no século XIX. As quais ocupam desde sua origem lugar de destaque durante o processo de produção de saberes e ainda da elaboração dos sistemas de normas da profissão docente.

Então, Nóvoa (1995), vem afirmar que as Escolas Normais são mais do que formadoras de professores, elas produzem a profissão docente, ou seja, são responsáveis tanto pela formação individual do professor quanto do seu corpo coletivo, contribuem dessa maneira para a socialização dos seus membros e para a constituição da cultura profissional do professor.

Portanto, percebe-se que as instituições de formação desempenham importante papel durante a construção dos conhecimentos pedagógicos presentes na ideologia da sociedade a qual pertence. Trata-se a seguir sobre a instituição Escola Normal e sua importância para a formação do professorado do ensino primário no Estado do Piauí.

3.3 A Escola Normal como um marco na formação dos professores primários piauienses

A implementação da Escola Normal em Teresina percorreu um longo processo desde sua primeira inauguração até a sua consolidação. A primeira tentativa de implantação surge a partir de uma reforma de ensino proposta pelo então presidente da província, Franklin Américo de Meneses Dória, e foi criada pela autorização legal da Resolução Provincial nº 565, de 5 de agosto de 1864, que previa, no seu art. 1º. “fica auctorizado a crear nesta capital uma eschola normal constituída em externato, na qual se preparem mestres e mestras para ensinar as primeiras letras”. Sua instalação ocorreu na data de 3 de fevereiro de 1865 e a aprovação do regulamento interno em 6 de setembro do mesmo ano. O art. 2º, da Resolução nº 565, traz a duração do curso, que foi inicialmente de dois anos (SOARES, 2008, p.36-37).

No período de 1864 a 1908, a Escola Normal era vista como instituição responsável pela salvação da instrução primária no Piauí. Ideia esta que permeava todo o território brasileiro. Nesse primeiro momento, as principais características eram funcionamento em caráter de externato, mista e financiada pelos pais dos alunos. Essa primeira experiência foi marcada ainda pelo desinteresse da elite masculina e falta de condições de participação feminina devido ao papel esperado da mulher naquela época, o que resultou na sua extinção.

A reabertura do Liceu, o qual se encontrava desativado desde 1861 pelo artigo quinto da Resolução nº 599, de 09 de outubro de 1867, trouxe uma nova expectativa para a formação do professorado primário. E com a Resolução nº 753, de 29 de agosto de 1871, a Escola Normal foi colocada como anexo ao Liceu e assim permaneceu até o ano de 1874, quando foi novamente extinta pela Resolução nº 858, de 11 de julho daquele ano. O Curso Normal anexo ao Liceu teve duração de três anos, caráter misto e como professores, aqueles que lecionavam no Liceu.

A terceira tentativa de implantação da Escola Normal teresinense ocorreu em 1882 com a Resolução nº 1.062, de 15 de julho daquele ano. Foi instalada no mesmo prédio do Liceu, porém autônoma, com professores destinados exclusivamente à formação docente. O curso de frequência livre tinha duração dois anos, caráter misto e era gratuito.

Essa tentativa durou até o ano de 1884, devido a fatores como organização incompleta e baixa frequência. Então, o atual Presidente da Província, Emigdio Adolfo Victorio da Costa, requeria uma reformulação na quantidade de matérias e no tempo de estudo, ampliando de dois anos para três anos. As alterações solicitadas pelo presidente só ocorreram no ano de 1886, com a Resolução nº 1160 e Regulamento nº 97, que autorizou anexar novamente a Escola Normal a um curso do Liceu, passando a ser ministrado mais uma vez pelos professores do Liceu, e a separar a cadeira de Pedagogia da de Língua Nacional. Lopes (2008, p.114), afirma que “nessa época iniciou-se, portanto, o processo de descaracterização, via desautonomização, da Escola Normal, e revelou-se o caráter frágil da decisão política de se ter tal estabelecimento de ensino no Piauí”.

Essas mudanças, na visão do autor trouxeram uma “certa autonomia”, para a cadeira de Pedagogia, com acréscimo de algumas disciplinas na grade curricular, que não chegaram a ser efetivadas por causa da extinção do curso em 1888, em medida de contenção de gastos, devido a uma crise financeira pela qual passava a

Província, e foi extinta pela Resolução nº 1197, que “garantia o direito dos diplomados na Escola Normal de ocupar os cargos de professores que vagassem, e dos estudantes que ainda cursavam terminar o curso, mediante exames correspondentes aos anos do mesmo” (LOPES, 2008, p.115).

Soares (2008) justifica o fracasso das primeiras tentativas de funcionamento do curso normal pela a falta de atenção merecida, uma vez que tinha um caráter propedêutico, e ainda questões administrativas e desinteresse da clientela.

A desorganização e o baixo nível dos exames escolares levaram o Presidente da Província Emigdio Adolfo Victorio da Costa (1883 – 1884) a solicitar uma reformulação do curso, sugerindo o acréscimo de disciplinas e do tempo de estudo. A modificação não trouxe resultado positivo à escola, pelo contrário, descaracterizou-a como instituição, contribuindo para a perda de sua autonomia e retorno ao esquema de curso normal anexo ao Liceu a partir de 1886 (SOARES, 2008, p.42).

Contudo, a necessidade de formar o professorado para um novo ensino primário, modernizante, que visava ao progresso nacional, permanecia e com isso surge uma iniciativa privada em 1909, a fim de restabelecer a Escola Normal. Tratava-se da ação da Sociedade Auxiliadora da Instrução no Piauí.

Segundo Brito (1996), participavam da Sociedade como membros, Dr. Matias Olímpio, Cel. Emilio Burlamaqui, Dr. Antonino Freire, Honório Parentes, João Santos, Gonçalo Cavalcante, Abdias Neves, Miguel Rosa e Brandão Júnior. Esses intelectuais deliberaram para este ano a inauguração da Escola Normal Livre, que funcionaria na Assembléia Legislativa e teria como professoras as Srtas. Adelaide Mendes e Flora Burlamaqui.

Em 1910, Antonino Freire, um dos membros da Sociedade Auxiliadora da Instrução, toma posse como governador do Estado. Uma das primeiras ações do seu governo foi a realizar a Reforma da Instrução Pública de 1910 e a conseqüente criação da Escola Normal Oficial, pela Lei nº 548, de 30 de março de 1910. Dessa forma, a Escola Normal livre foi desativada e seu quadro de professores foi incorporado ao Estado.

Visando disciplinar por lei específica o ensino normal e o ensino primário, baixa-se pelo Decreto 434, de 19 de abril de 1910, o Regulamento Geral do Ensino. Com a elaboração deste Decreto, o governo regulamenta a instrução pública do Estado criando um título para cada modalidade de ensino. No tocante ao ensino

público ficou determinada a exclusividade do ensino normal às mulheres e a probabilidade de um curso para o sexo masculino. Quanto ao magistério primário, enquanto não fosse criado um curso normal para o sexo masculino, os candidatos a professor adquiririam o diploma de professor submetendo-se a um exame de todas as matérias que constituíam o curso normal (PIAUI, 1910).

O governo de Antonino Freire se deu nos anos de 1910 a 1912, neste período foi promulgada a Lei Estadual nº 642, de 17 de julho de 1911, a qual altera para quatro anos o tempo de formação da professora normalista. Esta Lei também foi responsável pela criação da Escola Modelo, estabelecimento anexo à Escola Normal, onde ocorriam as práticas pedagógicas das alunas em formação. Antonino Freire estabelece o seguinte currículo:

1º ano: Português, Francês, Aritmética, Geografia, Desenho, Música, Trabalhos Manuais e Ginástica; 2º ano: Português, Francês, Aritmética e Álgebra, Geografia e Cosmografia, Pedagogia e Metodologia, Física e Meteorologia, Desenho Música e Trabalhos Manuais; 3º ano: Português, Francês, Geometria, Trigonometria, Física e Química e Meteorologia, História Natural, (Zoologia e Botânica), Arboricultura, Horticultura, Jardinagem, Pedagogia, Metodologia e Educação Moral e Cívica, Desenho, Música e Trabalhos de Agulha; 4º ano: Literatura, História Natural, Mineralogia e Geologia, Economia Rural e Higiene, História da Civilização e do Brasil, Pedagogia e Metodologia, Economia doméstica e Educação Moral e Cívica (MENDES, 2012, p. 142).

Uma série de leis, decretos e reformas foram implantadas, durante o processo de consolidação do ensino pedagógico no Piauí, na intenção de ora estruturar a grade curricular, ora prever duração do curso, ora estabelecer a normatização do ensino no Estado. Destacam-se as normas legais que foram estabelecidas respectivamente nos governos de Miguel de Paiva Rosa (1912-1916), Eurípedes Clementino Aguiar (1916-1920) e João Luiz Ferreira (1920-1924), para alterar o currículo e o tempo de duração da Escola Normal: Lei nº. 863, de 24 de junho de 1916; o Regulamento nº 689, de 10 de novembro de 1917 e o Decreto nº 771, de 6 de setembro de 1921; a Lei nº 1027, de 3 de julho de 1922.

Na obra “Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX, a história de vida de Nevinha Santos”, da autora Jane Bezerra, é relatada a grade curricular do ano de 1922, conforme a Lei nº 1027, de 3 de julho de 1922, a qual constava das seguintes disciplinas, na 1ª série: português, francês, aritmética, geografia e cosmografia,

desenho e caligrafia, trabalhos manuais e ginástica; na 2ª série: português, francês, aritmética e noções de álgebra, corografia específica do Brasil, desenho e caligrafia, trabalhos manuais, ginástica e pedagogia teórica; na 3ª série: português, francês, física e metodologia, história do Brasil, desenho e caligrafia, trabalhos manuais e cartografia, música vocal, pedagogia e psicologia; na 4ª série: literatura, história natural e higiene, química, história universal, desenho, música vocal e pedagogia prática.

Segundo Soares (2008), esse currículo foi se transformando e na década de 1930 estava mais voltado para o exercício do magistério, com o emprego da didática e do tirocínio na grade curricular, oferecendo melhor preparação para o trabalho docente, possibilitando às normalistas praticar a docência com mais experiência. Observa-se que essas medidas foram inspiradas pela “escola nova” ainda na década de 1920, período em que havia preocupação em criar ações para renovar a metodologia do ensino, com o intuito de rever as práticas pedagógicas até então utilizadas.

Ainda segundo Soares (2008), nos anos de 1920 a 1929, houve um aumento significativo das matrículas na Escola Normal, devido à nomeação efetiva do professor primário ao portador de diploma de normalista, fato este que contribuiu para a construção de outras escolas normais: em Parnaíba, no ano de 1927 e em Floriano, no ano de 1930.

Na verdade a Escola Normal Oficial da capital servia como modelo para outras escolas normais que surgissem no Estado, na preparação para o magistério. Cita-se a equiparação das Escolas Normais de Parnaíba, equiparada pela Lei nº 1196, de 18 de julho de 1928 e a Escola Normal de Floriano, equiparada pela Lei nº 1407, de 07 de julho de 1932 (MENDES, 2012).

A Escola Normal tinha como objetivo principal o papel de formar docentes competentes para implantação do novo modelo educacional, substituindo o professorado sem formação ou com pouca instrução, que atuava temporariamente, os mestres-escola, ou com certa permanência, no caso os professores leigos. Daí também a preocupação em construir prédios escolares adequados, surgindo então o estabelecimento público, Grupo Escolar, local destinado para atuação do docente qualificado.

O papel das normalistas dentro do magistério primário era de suma importância para a sociedade piauiense, Sousa (2015), traz um discurso da

normalista Jandira Campelo, em 1925, que demonstra a percepção do que representava ser professora normalista naquela época:

Sem o concurso feminino não seria possível fazer a aula o prolongamento do lar, porquanto o papel de mãe só podia ser assumido por uma outra mulher, em que o ente frágil que era confiado despertasse a mesma simpatia afetuosa que ela já estava habituada a dispensar pelo menos ao irmãozinho cuja recordação a outra criança lhe desperta [...] Minhas colegas: devemos nos tornar dignas da expectativa que nos olha a sociedade piauiense. 'A nossa divisa deve ser tudo pela instrução'. Alheiamos-nos de nós próprias não encarecemos sacrifícios cultivemos a virtude da abnegação, a fim de sermos qual missionárias de nova cruzada, difundir o ensino onde quer que a nossa ação seja reclamada mais eficiente se torne (CAMPELO apud, SOUSA, 2015, p. 86).

O discurso da aluna normalista demonstra o importante papel que a formação na Escola Normal representava, além de confirmar o pensamento daquele período, de que a mulher, seria o profissional ideal para assumir a profissão. Todavia, constata-se nas análises literárias deste trabalho, a presença marcante de um normalista do sexo masculino de grande destaque, o professor Felismino Freitas, o mesmo teve que lidar com esse tipo de estereótipo da profissão docente, para o ensino primário. Mas este fato, não o fez desistir de sua vocação, e assim como se verá nas análises de sua biografia, ele atuou com dedicação e comprometimento, assumindo outros cargos importantes dentro do sistema educativo, como inspetor de ensino e posteriormente diretor de colégio.

Na próxima seção, procura-se fazer uma caracterização dos sujeitos analisados nas obras (auto) biográficas que serviram como fontes para esta pesquisa e ainda apresentar a análise das narrativas das referidas obras.

4 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO PIAUÍ ATRAVÉS DAS OBRAS (AUTO) BIOGRÁFICAS

Nesta seção, faz-se a apresentação dos sujeitos analisados nas narrativas, Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, Leônidas de Castro Melo, Felismino Freitas Weser, Francisco Miguel de Moura, Miguel Borges de Moura: “Miguel Guarani”, O. G. Rêgo de Carvalho, Nilo Campelo de Matos, M. Paulo Nunes. E ainda se realiza a análise das obras biográficas e autobiográficas que relatam as memórias de vida dos sujeitos pesquisados, no que diz respeito ao ensino primário dos anos 1910 a 1930 no Estado do Piauí.

As descrições das principais atuações e produções dos sujeitos foram encontradas em parte, nas obras analisadas nesta dissertação e em outras fontes, que falavam sobre suas biografias, tais como, **Eurípedes Aguiar: Escritos insurgentes**, Kruehl (2011); **Almanaque de Piripiri: A História da Educação em Piripiri**, Andrade (2016); **Criador & Criatura: O G Rêgo de Carvalho**, Joca (2008); site da **Academia Piauiense de Letras** (2009) e site da **FGV- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**.

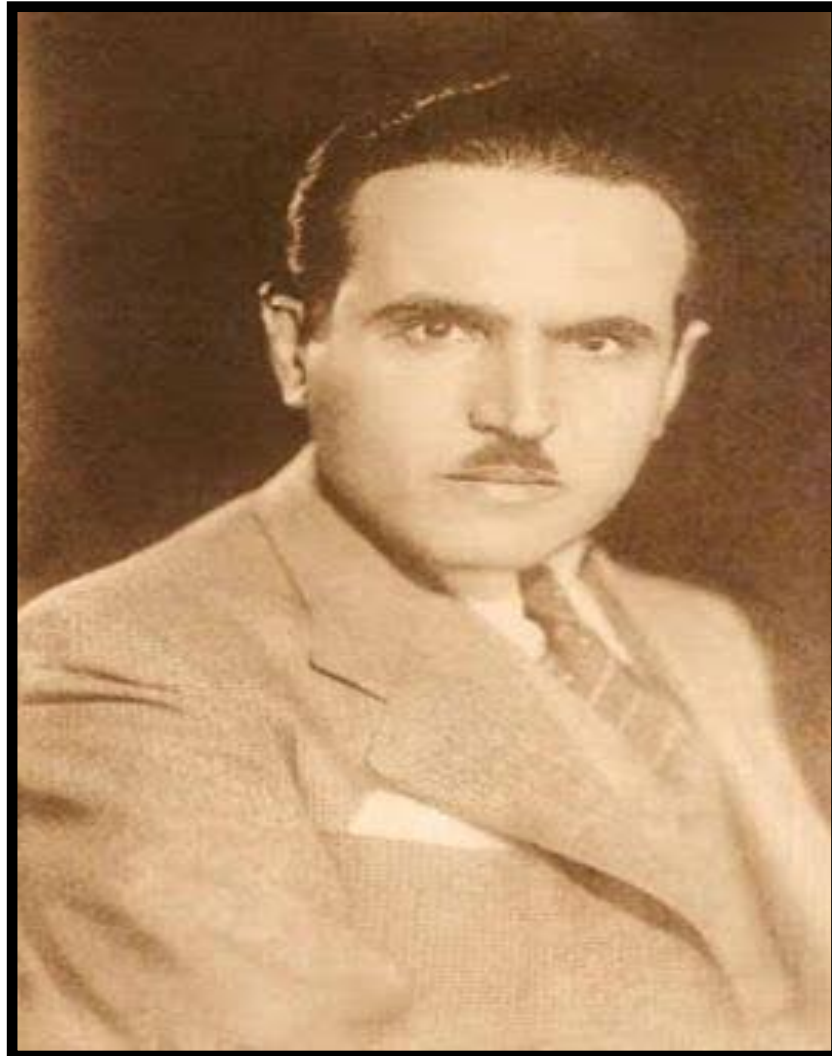
4.1 Relação do biógrafo e a vida dos sujeitos das narrativas

Discutindo o desafio biográfico de escrever uma vida, Dosse (2009) afirma que o biógrafo é um observador que pesquisa a vida de uma pessoa junto a testemunhas e amigos, valendo-se da exploração de arquivos pessoais como correspondência e diários íntimos. Através da sua pesquisa, ele descobre fatos que faz a informação biográfica ser vista como a parte de um todo, assumindo um valor heurístico.

Dosse (2009), afirma ainda que o biógrafo, ao se dedicar à pesquisa da vida de outrem, acaba imerso num universo de exterioridades, isolado de si devido à interferência do outro, cabendo a ele manter sua própria identidade e a determinação da singularidade do sujeito biografado. Às vezes, o relato da vida se apresenta como uma explicação da obra, é o que Compagnon, citado por Dosse, chama de “vidobra”. Nesse caso, o gênero biográfico se funde com a obra. A partir dos relatos de vida, o biógrafo exalta casos singulares de uma pessoa, os quais adquirem sentindo histórico quando examinados em seu contexto social.

4.1.1 Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves (1895-1982)

Figura 1-Ribeiro Gonçalves



Fonte: Blog spot (KENARD KAVERNA, 2012), 2018.

A figura 1 traz a imagem do engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, encontrada no site Kenard kaverna, onde se encontra uma homenagem ao engenheiro civil, pelas suas várias projeções e construções desenvolvidas no estado do Piauí, caracterizando-o como um “desenhador” do estilo neoclássico, e ainda “um homem de privilegiada inteligência e grande capacidade intelectual”.

Filho de Elesbão Ribeiro Gonçalves e Amélia Mendes Ribeiro Gonçalves, nasceu em Amarante, a 7 de fevereiro de 1895. Veio morar em Teresina no ano de 1907 e neste ano estudou no colégio São José. Coursou seu ensino secundário no

Colégio Diocesano, no Liceu Piauiense e no colégio interno do professor Abdias Neves. No ano de 1917, se formou em Engenharia Civil e Geográfica na Escola Politécnica da Bahia.

Após diplomado volta para o Piauí, dirigiu a Secretaria de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas do Estado nos anos de 1917-1930, durante os governos de Eurípedes Aguiar, João Luís Ferreira, Matias Olímpio de Melo, João de Deus Pires Leal, Humberto Área Leão, Joaquim Lemos Cunha e Landri Sales Gonçalves. Destaque para construção do antigo Liceu Piauiense e do prédio da antiga Escola Normal, hoje Palácio da Cidade. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, além de trabalhar no setor de infraestrutura foi integrante da Academia Piauiense de Letras, sócio da Associação Brasileira de Imprensa e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí.

Na área de ensino foi professor do Liceu Piauiense e da Escola Normal e membro do Conselho de Ensino do Piauí. E por fim, exerceu a carreira de jornalista, trabalhando nos seguintes jornais: A Imprensa, O Lírio, Estado do Piauí e Correio de Teresina, Correio do Piauí, Diário Oficial e O Momento.

Polígrafo, escreveu sobre os mais variados assuntos: Problemas Municipais; Fossas Biológicas; Tipo de Colônia Agrícola para o Nordeste; Mapa do Piauí; Magistratura e Justiça; Educação e Democracia; Construções Escolares no Piauí; A Escravidão e o Movimento Abolicionista; O Babaçu na Economia Nacional; Fretes Marítimos Internacionais; Viagem de Inspeção ao Nordeste; Santos Dumont - glória e amargura; Joaquim Ribeiro Gonçalves - poeta, político e parlamentar, Paulo de Frontin; Maurício Joppert - engenheiro e professor, Le Maurício Corbusier - Luz Imperecível; A Formação do Engenheiro e sua Função Social.

Ribeiro Gonçalves publicou ainda os livros “Brasão do Piauí”, “Da abstração em matemática, Formação e atividade profissional do engenheiro e do arquiteto”, “Aspectos do problema econômico-financeiro”, “Servidão da inteligência no economicismo contemporâneo” e a autobiografia “Impressões e perspectivas”, esta última obra foi analisada na presente dissertação.

4.1.2 Leônidas de Castro Mello (1897- 1981)

Figura 2-Leônidas Mello



Fonte: Blog spot (KENARD KAVERNA, 2009), 2018.

A figura 2 representa Leônidas Mello no período em que foi governador do Estado do Piauí, registrada no site Kenard Kaverna, em coluna sobre o combate ao comunismo durante o seu governo.

Leônidas de Castro Mello era filho de Regino Lopes e Mello e de Maria Florença de Castro Mello, nasceu na cidade de Barras, em 15 de agosto de 1897. Sua educação primária ou estudo das primeiras letras se deu (aos 8 anos de idade, de 1905 a 1907) na escola do professor leigo Antônio de Freitas e Silva. Em 1908,

com onze anos, Leônidas dá continuidade aos seus estudos primários no colégio de José Arimathéa Tito, mestre formado na cidade de Recife, na Faculdade de Direito. Os dois colégios em que cursou o ensino primário eram da rede particular e situavam-se na cidade de Barras.

Posteriormente, na cidade de Teresina, no ano de 1912, conclui os estudos do colegial no “Instituto 21 de abril”, que também era particular e funcionava como internato, semi-internato e externato, de propriedade do diretor, Dr. Antônio Carvalho Filho, conhecido como o “Anteneu São José”. Leônidas Mello terminou seus estudos na cidade do Rio de Janeiro onde se formou em medicina.

Leônidas de Castro Mello foi diplomado médico no ano de 1920. Em 1924, foi professor do ensino secundário, e tornou-se titular da cadeira de ciências naturais no Colégio Estadual do Piauí. Foi também professor da Escola Normal Oficial do Piauí, professor e diretor do Ginásio Oficial do Piauí, médico do Serviço de Profilaxia Rural do estado, chefe do Serviço de Doenças Venéreas do estado e secretário-geral do estado do Piauí. Em 1929, foi vereador em seu estado. No ano de 1935 foi eleito governador do estado (1935-1945).

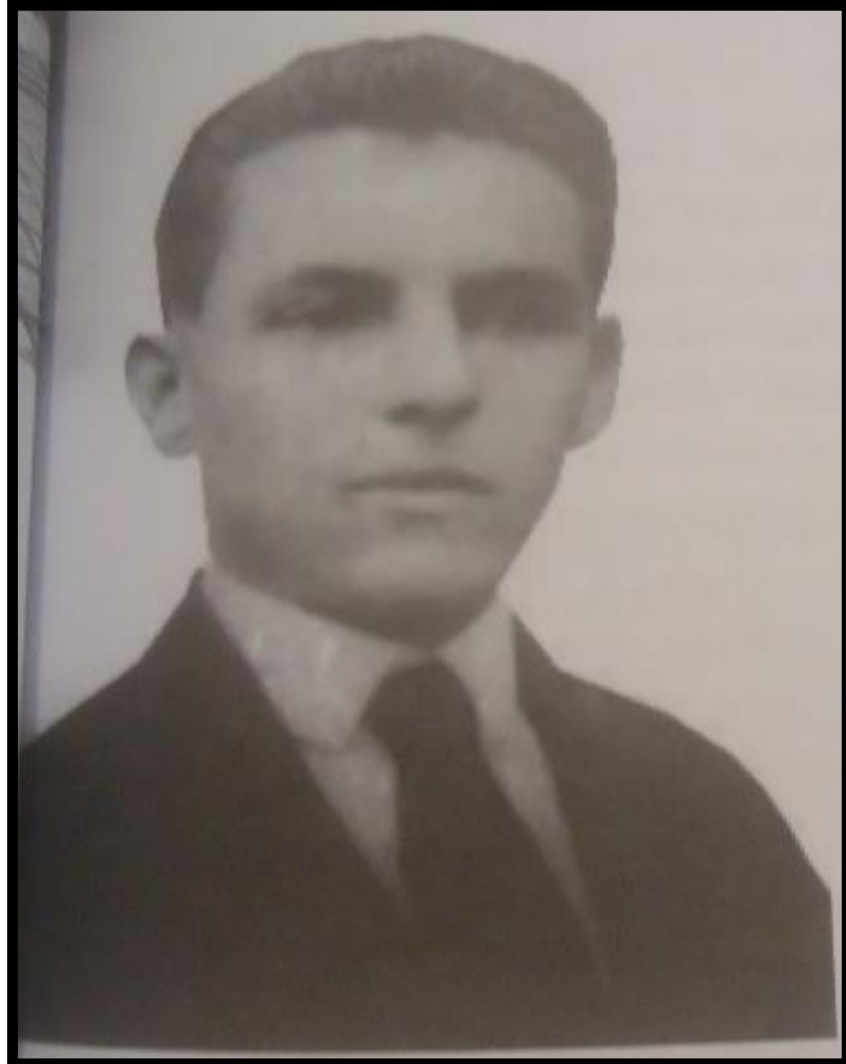
Publicou as obras “Do pneumotórax artificial no tratamento da tuberculose pulmonar (tese, 1920)” e a autobiografia, que também é fonte deste trabalho “Trechos do meu caminho (1976)”. Na sua obra autobiográfica ele narra que entre suas atividades (professor, médico e político), a que lhe proporcionou “maior prazer” e “deleite espiritual”, foi o magistério.

Destacam-se aqui os seus cargos de professor: Professor catedrático da cadeira de História Natural em 1924, no Liceu Piauiense e na Escola Normal e Professor da cadeira de Química em 1930, no Liceu Piauiense. Além de professor também foi diretor do Colégio Estadual do Piauí e da Escola Normal Oficial, nomeado pelo então Interventor Federal Landri Salles Gonçalves.

Na esfera federal, destaca-se sua nomeação no ano de 1937, período do Estado Novo, pelo então presidente da república, Getúlio Vargas, ao cargo de Interventor Federal no Estado do Piauí, uma vez que o governador apoiava o Golpe de Estado, o qual visava fortalecer o poder executivo, e a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central. Leônidas permaneceu como Interventor Federal até o ano de 1945, quando o presidente foi destituído do cargo.

4.1.3 Felismino Freitas Weser (1895 – 1984)

Figura 3- Professor Felismino Freitas



Fonte: Biografia: Professor Felismino Freitas Educação como missão e vocação (FREITAS; FREITAS; SOUSA, 2009, p.89), 2018.

A foto do professor representada na figura 3, está presente na sua biografia, onde consta que foi tirada no ano de 1917, quando concluiu o curso Normal em Teresina. A foto foi um presente do professor a sua irmã Adelaide de Moraes Freitas, uma das autoras desta obra.

Felismino Tavares de Freitas, renomeado Felismino Freitas Weser (nome escolhido por ele em homenagem a um general Alemão da 1ª Guerra Mundial), nasceu no ano de 1895, na cidade de Piri-piri. Seu pai era o tenente da guarda

nacional (título honorífico) e comerciante Antônio de Freitas e Silva Sampaio e sua mãe Leonília de Moraes Garcia Freitas.

Iniciou seus estudos no Instituto Arco-Verde, fundado em Piripiri pelo padre Antônio Bezerra de Menezes, junto ao juiz José Arimathéa Tito e ao Sr. João de Freitas Filho. Em 1912, o padre Antônio Bezerra foi transferido para Pedro II, e levou Felismino Freitas, aos 17 anos, para ajudá-lo a lecionar, e juntos fundaram o colégio Pedro II. No ano seguinte, Felismino Freitas retornou a Piripiri e fundou o colégio Castelo, em parceria com seu primo Álvaro Alves Ferreira. Em 1919, Felismino Freitas, se formou na antiga Escola Normal de Teresina (Instituto de Educação Superior Antonino Freire), tornando-se o primeiro normalista homem do Estado.

Felismino Freitas trabalhou tanto como professor leigo quanto como professor normalista. Portanto, atuou no nível particular, enquanto professor leigo, e no ensino público, já como normalista, nas Escolas Reunidas Padre Freitas, em 1929. Neste mesmo ano, assumiu uma nova função, de Inspetor Técnico de Ensino e foi morar na capital do Estado.

Na capital piauiense, lecionou e foi diretor do Colégio São Francisco de Sales (Diocesano) e professor no Grupo Escolar Mathias Olympio. Em Floriano-PI, no ano de 1930, lecionou no Liceu Municipal e na Escola Normal de Floriano (escolas que ajudou a fundar). Aposentado em 1937, fundou, em 1938, em parceria com o professor Moacir Ribeiro Madeira Campos, o “Ateneu Piauiense” e a “Academia de Comércio do Piauí”. Em 1942, Felismino criou o Ginásio Demóstenes Avelino, em Teresina. Felismino Freitas foi ainda jornalista, poeta do Cenáculo Piauiense de Letras, pioneiro da educação noturna, inspetor e diretor da Instrução Pública do Estado do Piauí.

Na escola por ele criada em Piripiri, fundou um jornal conhecido como “Periperi”, e no Colégio Demóstenes Avelino, a revista “O Zodíaco”, esse nome Zodíaco era uma homenagem ao poeta piauiense Da Costa e Silva. O intuito era criar espaços para alunos e professores, discutirem ideias, e ainda uma forma de incentivar o preparo intelectual e promover orientação pedagógica aos alunos.

4.1.4 Miguel Borges de Moura: “Miguel Guarani” (1910-1971)

Figura 4-Miguel Borges de Moura (Miguel Guarani)



Fonte: Blog spot (Revista Cirandinha, 2009), 2018.

Na figura 4, está a foto do mestre-escola Miguel Guarani, que foi encontrada no site da revista literária online, Cirandinha. A Revista traz o discurso de inauguração da Biblioteca “Miguel Borges de Moura”, fundada em Francisco Santos (PI), no ano de 2010, pelo prefeito da época José Edson de Carvalho.

Miguel de Borges de Moura nasceu no ano de 1910 em Diogo, um lugarejo da fazenda Jenipapeiro, hoje município de Francisco Santos-PI. Filho do casal Rosa Maria da Conceição e Feliciano Borges de Moura (sinhô do Diogo), que lhe ensinou

os estudos no âmbito do lar. Conhecido por Miguel Guarani, torna-se, ainda cedo, mestre dos irmãos e depois mestre-escola de ofício. Trabalhou em várias vilas da região de Picos, tais como: Sussuapara, Bocaina, Aroeiras do Itaim, Angico Branco dos Macedos, Carnaíbas, etc., começando pelos idos de 1939, e a tiracolo ia toda a família. Também trabalhava com a roça cultivando o plantio de alho e cebola, nas terras por onde se hospedava durante os períodos de contrato para exercer seu ofício de mestre-escola.

Mestre Miguel Guarani, também exercia outras funções nas comunidades por onde andava. Ele realizava favores por ser “a pessoa mais lida do lugar [...] tirava novena, lia mistérios, fazia os assentamentos no leilão, escrevia cartas para os que não sabiam ler, passava escrituras particulares, e depois começou a desempenhar tarefas nos recenseamentos do IBGE, em 1971”. (MOURA, 2005, p. 144). Além dessas habilidades, Miguel Guarani também era violeiro. Segundo Pinheiro (2017), o mestre também era “dirigente de missas, cabo eleitoral, agricultor, e violeiro. Iniciou como violeiro no ano de 1942, aos 32 anos, quando morava no povoado Angico Branco dos Macedos, ocasião em que enfrentou o também violeiro ‘Campo Negro’.” (Pinheiro, 2017, p. 17). As cantorias eram realizadas esporadicamente, quando aparecia um parceiro em sua casa.

Mestre Miguel Guarani também trabalhou na educação formal, como professor leigo. Ele consegue um emprego fixo, por intermédio do prefeito de Picos, Adalberto de Moura Santos (Bertinho), filho do Cel. Francisco de Sousa Santos, em Aroeiras, na ribeira do Itaim, por mais ou menos um ano. Em 1941 lecionou pela Prefeitura Municipal de Picos, no povoado de Aroeiras, recebendo salário. Mas, como não possuía os documentos exigidos, fazia esse trabalho em nome de sua irmã, Adélia Rosa de Moura, que era legalmente a professora. A família Moura Santos, de Picos, lhe arranhou o cargo de professor do Estado, durante o governo de Leônidas Melo (1935-1947). Com a eleição do governador Rocha Furtado (Udenista/ UDN) em 1947, sai do Estado. Passa a trabalhar na sua escola particular naquele povoado. Os seus amigos proprietários e comerciantes influentes mandavam os filhos para serem alfabetizados por ele.

4.1.5 Francisco Miguel de Moura (1933)

Figura 5- Francisco Miguel de Moura



Fonte: Blog spot (Revista Cirandinha, 2008), 2018.

A foto do poeta Francisco Moura, representada na figura 5 encontra-se no site literário online, Cirandinha, na sua coluna biográfica.

Francisco Miguel Moura, também conhecido como Chico Miguel, nasceu no ano de 1933, em Francisco Santos-PI (outrora “Jenipapeiro”, município de Picos, sertão do Piauí. O nome de sua mãe era Vicença de Barros Rocha e de seu pai Miguel de Borges de Moura, que foi mestre-escola e lhe ensinou as primeiras letras e com ele atuou como mestre-escola. Concluiu os seus estudos primários com seu

pai, Mestre Miguel Guarani e fez o ginásio e contabilidade, em Picos, onde casou e morou por cerca de oito anos. Formou-se em Letras pela Universidade Federal do Piauí e fez pós-graduação na Universidade Federal da Bahia.

Foi funcionário do Banco do Brasil, onde se aposentou. Também trabalhou como radialista e professor de língua e literatura. Colabora nos jornais de seu estado, nas revistas *Literatura*, de Brasília (hoje editada em Fortaleza), *Poesia para todos*, do Rio de Janeiro; *Presença*, de Teresina; é também colaborador permanente dos jornais *Correio do Sul*, *Varginha*; *Diário dos Açores*, e *O Primeiro de Janeiro* (Suplemento Cultural das Artes das Letras), de Porto, ambos em Portugal. É sócio efetivo da União Brasileira dos Escritores, Academia Piauiense de Letras, e membro-correspondente da Academia Mineira de Letras e da Academia Catarinense de Letras. Por diversos mandatos participou ativamente do Conselho Estadual de Cultura.

Chico Miguel é hoje um escritor e crítico renomado, também é poeta e autor de obras de cunho literário e biográfico. Dentre suas obras, estão: as poesias (*Areias*, 1966; *Pedra em Sobressalto*, 1972; *Universo das Águas*, 1979; *Bar Carnaúba*, 1983; *Quinteto em mi(m)*, 1986; *Sonetos da Paixão*, 1988; *Poemas Ou/tonais*, 1991; *Poemas Traduzidos*, 1993; *Poesia in Completa*, 1998; *Vir@gens*, 2001; *Sonetos Escolhidos*, 2003; *Poesia in Completa - 2a. edição*, 2016); as prosas (*Os Estigmas*, 1984 -reeditado em 2004; *Laços de Poder*, 1991; *Ternura*, 1993 e *D. Xicote*, 2005); e os contos (*Eu e meu Amigo Charles Brown*, 1986; *Por que Petrônio não Ganhou o Céu*, 1999 e *Rebelião das Almas*, 2001).

Como cronista escreveu “*E a Vida se Fez Crônica*, 1996”. Como crítico literário escreve a “*Linguagem e Comunicação em O. G. Rego de Carvalho*, 1972/1997, 1ª e 2ª edição”, “*A Poesia Social de Castro Alves*, 1979” e “*Moura Lima: Do Romance ao Conto*, 2002”. As demais obras literárias são: “*Piauí: Terra, História e Literatura* (1980)”, “*Literatura do Piauí* (2001)”, a biografia de seu pai, “*Miguel Guarani, Mestre e Violeiro*, publicada em 2005” e sua autobiografia, *O menino quase perdido: memorial* (2009), as duas últimas foram analisadas nesta pesquisa.

4.1.6 O. G. Rêgo de Carvalho (1930-2013)

Figura 6-O. G Rêgo de Carvalho



Fonte: Biografia: O G Rêgo de Carvalho Fortuna Crítica (KRUEL, 2007, p. 86), 2018.

A foto da figura 6 foi retirada da biografia de O. G. Rêgo de Carvalho, nela o escritor está com nove anos de idade, representando a infância, fase de vida analisada nesta dissertação.

Orlando Geraldo Rego Carvalho nasceu em Oeiras no ano de 1930. Seus avós paternos são o major José de Lima e Silva Carvalho e Leonissa Rêgo de Carvalho. E maternos o coronel Orlando Barbosa de Carvalho e Anathalia de Carvalho. Os pais chamavam-se Aracy Carvalho, professora de música (tocava diversos instrumentos), e José Rêgo de Carvalho, comerciante que falava francês e

gostava de se corresponder, trocar livros e falar novidades com o ilustre professor que morava em Simplício Mendes, Da Costa Andrade, um dos fundadores da Academia dos Rebeldes, em Salvador (BA), ao lado de Jorge Amado.

Percebe-se a forte influência familiar no futuro do jovem que, desde cedo, tomou gosto pelas letras, sendo que seus primeiros estudos se deram na educação no lar, sob orientação de sua mãe e aos seis anos de idade passa estudar na escola Armando Burlamaqui, tendo como professora sua tia, a Julinha.

Como será demonstrado adiante, nos relatos da obra biográfica analisada neste trabalho, aos 10 anos de idade já escrevia para o jornal da escola. E no seu relato autobiográfico revela que, aos doze anos de idade ao ler o livro "O Guarani", de José de Alencar, decidiu ser escritor, escrevendo um conto por semana.

No ano de 1942, vai morar em Teresina e conclui o ensino primário no grupo escolar Engenheiro Sampaio. Em 1943, entra para o curso ginásial no Colégio São Francisco de Sales, onde faz a primeira e a segunda série do ginásio. A terceira série do curso ginásial é realizada no Liceu Piauiense no ano de 1945, onde foi professor de literatura quando adulto.

Conhecido como O. G. Rego de Carvalho, foi um escritor romancista brasileiro, e ocupava a cadeira número 6 da Academia Piauiense de Letras, além de romancista e professor foi funcionário público do Banco do Brasil, onde se aposentou.

O. G. Rego de Carvalho ganhou o título de Doutor "Honoris Causa" da Universidade Federal do Piauí, integrou o Grupo Meridiano e pertenceu à Geração 45. Juntamente com o poeta H. Dobal e o crítico M. Paulo Nunes, lançou em 1949 a revista "Caderno de Letras Meridiano", um marco dentro do Modernismo Piauiense.

Sua obra mais marcante é Rio Subterrâneo (1967), quando o escritor expõe de forma crua as neuroses, conflitos, medos, loucura e solidão de seus personagens. Outras obras do escritor: Ulisses Entre o Amor e a Morte, 1953; Amarga Solidão, 1956; Somos Todos Inocentes, 1971; Como e Por Que Me Fiz Escritor, 1989; Ficção Reunida, 2001.

4.1.7 M. Paulo Nunes

Figura 7- M. Paulo Nunes



Fonte: APL (20/07/2009), 2018.

A figura 8 mostra a foto do professor Manoel Paulo Nunes, ela encontra-se no site da Academia Piauiense de Letras onde é feita uma breve descrição biográfica desse professor e acadêmico.

Filho do agricultor, político e coronel da guarda nacional Francisco de Paula Teixeira Nunes e de sua esposa D. Raimunda da Silva Nunes. Manoel Paulo Nunes nasceu em Regeneração, em 11 de outubro de 1925. Estudou na Escola Agrupada D. João de Amorim, onde fez os três anos primários. Essa escola depois passou a ter o nome de Escolas Agrupadas Cônego Batista. Na vida adulta, bacharelou-se

em direito, foi professor de português e literatura, ensaísta, crítico literário, articulista de jornal.

Entre as atividades exercidas, Manoel Paulo Nunes foi funcionário público, assumiu o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais do MEC e professor titular da Universidade Federal do Piauí. Colaborador assíduo da imprensa de Teresina e de Brasília. Presidiu a Academia Piauiense de Letras, onde ocupa a cadeira 38. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e presidente do Conselho Estadual de Cultura, órgão que edita uma das mais importantes revistas do Estado, a revista *Presença*.

Começou a lecionar aos 19 anos, no curso noturno do ginásio Demóstenes Avelino, quando ainda estava cursando o último ano do curso secundário no Liceu. Dois anos depois, aos 22 anos, já era professor do Liceu. Ao criar-se a Faculdade Católica de Filosofia, em 1958, passou a ocupar a cátedra de Literatura Portuguesa, em que lecionou até a instalação da Universidade Federal do Piauí, em 1º de março de 1971, época em que se mudou para Brasília, quando trabalhou no MEC e lutou pela fundação da Universidade.

Dedicou a vida ao magistério e às causas da educação, destaca-se aqui a função de inspetor seccional que visava realizar a fiscalização dos colégios de nível secundário bem como orientar os professores e realizar cursos do Ministério destinados à formação de professores.

No rol da sua produção bibliográfica, encontram-se obras como: *A Geração Perdida*, 1979; *A Província Restituída*, 1985; *O Discurso Imperfeito*, 1988; *Tradição e Invenção*, 1992; *Modernismo & Vanguarda*, 2000; *Fracasso da Educação Brasileira*, 2003. No ano de 2015, lançou o livro, "*Modernismo e Vanguarda - 4º série*", obra integrante da *Coleção Centenário*, série editorial que comemora os 100 anos da Academia Piauiense de Letras.

4.1.8 Nilo Campelo de Matos

Figura 8- Nilo Campelo de Matos



Fonte: Biografia: Nilo Campelo de Matos “A História de um Homem de Bem” (ANCHIETA, 199-?, 2018).

A figura 7 mostra a foto registrada na biografia de Nilo Campelo, representando sua mocidade quando o mesmo tinha 17 anos de a idade.

Nilo Campelo de Matos nasceu no ano de 1923, na fazenda Carnaubal, em São Miguel do Tapuio. Pertencente a uma família de fazendeiros e agropecuaristas, tem seus primeiros ensinamentos, no ano de 1939, através de uma professora particular contratada pelo pai para alfabetizar os filhos. Na sua vida adulta, torna-se político e no ano de 1976, é eleito prefeito da cidade de São Miguel de Tapuio. Foi assim como está descrito na obra biográfica um homem simples, não há registro de

atividades no meio literário ou intelectual, como foi encontrado para os demais sujeitos pesquisados.

4.2 Narrativas (auto) biográficas um olhar sobre a educação primária piauiense

Neste momento será feita uma breve apresentação das obras (auto) biográficas analisadas, descrevendo suas principais características e o seu conteúdo. Chama-se atenção para a relação estabelecida entre uma obra e o contexto social, assim como explica Chartier (1998, p. 09), as obras são “produzidas em uma ordem específica, que têm as suas regras, suas convenções e suas hierarquias, as obras escapam e ganham densidade, peregrinando, às vezes na mais longa jornada, através do mundo social”.

Dessa maneira, percebe-se que a obra apresenta sentido material e simbólico, que vão além da sua produção e repercutem por todo o meio social ao qual está relacionada e onde será recebida e interpretada. As análises a seguir dizem respeito à interpretação da autora deste trabalho, a qual procurou focar nas obras os relatos que falam sobre a educação primária piauiense, podendo haver outras leituras distintas das mesmas obras aqui expostas, por outros leitores.

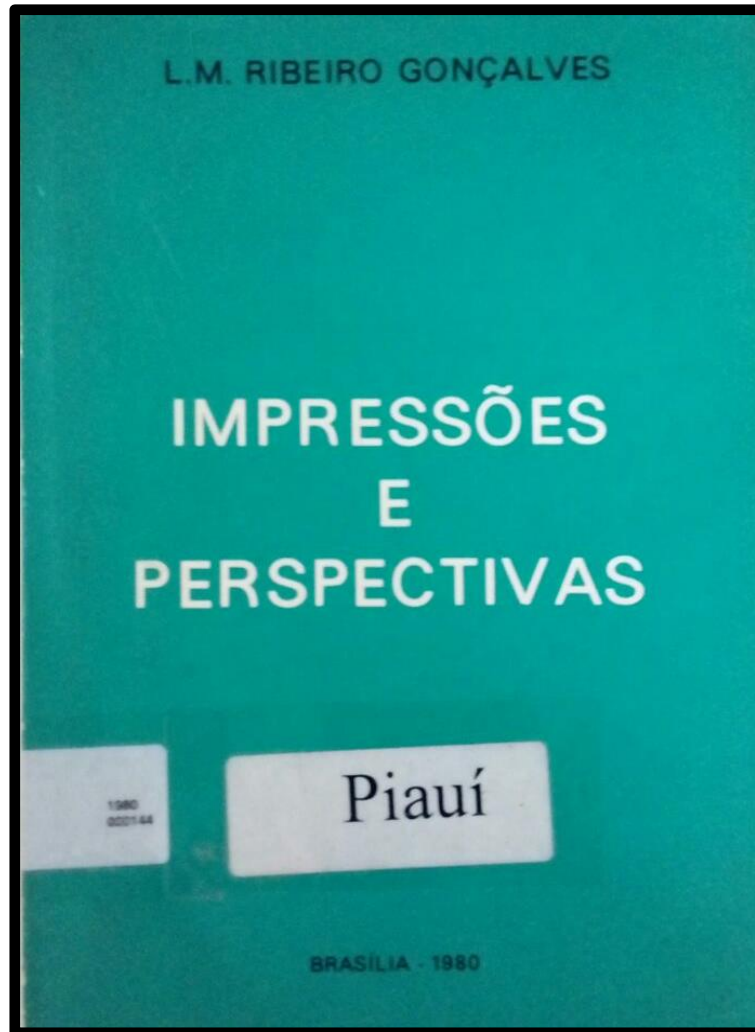
4.2.1 Impressões e perspectivas – (Autobiografia de Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves)

O livro está dividido em três partes, no qual se encontram reunidos estudos e discursos realizados em vários momentos da sua vida pessoal e profissional. Na primeira parte, intitulada “Fala e Conceitos”, encontram-se discursos e artigos de vários temas, além de homenagens aos professores do curso de engenharia, dentre outras figuras da época por quem o engenheiro tinha admiração. Ressalta-se o respaldo que Ribeiro Gonçalves tinha no meio social, pela imensa lista de discursos e orações proferidas em diversos tipos de solenidades.

A segunda, denominada “Trilhas Seguidas e Rumos Vislumbrados”, é iniciada com um discurso em um Congresso na área de engenharia; o segundo artigo dessa seção foi utilizado para análise nessa dissertação e trata sobre os Edifícios Escolares do Piauí – Ontem e Hoje; nessa parte há ainda vários artigos sobre a economia piauiense e o combate à seca, outros relacionados aos transportes e

energia no Estado. Na terceira parte, encontram-se poesias criadas pelo autor, onde ele homenageia um professor, sua esposa e os lugares onde morou.

Figura 9– Capa do livro “Impressões e perspectivas”



Fonte: Livro “Impressões e perspectivas” (1980), 2018.

Analisando a segunda parte da obra “Impressões e Perspectivas”, encontrou-se informações sobre a atuação do engenheiro Ribeiro Gonçalves na edificação dos Grupos Escolares em várias cidades do Piauí. Trabalho iniciado no ano de 1919, durante o governo de Eurípedes Aguiar, quando foi chamado pelo governador para ser o diretor das Obras Públicas do Estado. Na obra há relatos de que o período do governo de Leônidas Mello, iniciado em 1935, as construções ganham impulso com os incentivos financeiros recebidos e é dada continuidade ao programa de criação dos grupos escolares e escolas agrupadas por todo o estado.

O engenheiro foi convocado também para ser professor dos dois estabelecimentos de ensino secundário da Capital (Escola Normal e Liceu). No exercício de suas funções, ele percorreu frequentemente as escolas públicas. Estas visitas relatadas em sua obra falam sobre as características físicas e o método de ensino aplicado, como pode ser observado a seguir:

A impressão recolhida é igual em toda parte. Incontestavelmente, os métodos pedagógicos evoluíram, mas a escola conserva o mesmo desconforto da época em que era menino. Grupos escolares, Escolas Agrupadas e nucleares continuavam instaladas em casas de aluguel, onde as alcovas, sem ar e luz diretos, servem de salas de aula (GONÇALVES, 1980, p. 256)

A participação de Luiz Ribeiro Gonçalves no magistério lhe proporcionou uma visão das precariedades das instalações escolares, e para ele os obstáculos eram “mais de ordem material do que do processo propriamente educativo”, exigindo ainda, como explica Gonçalves (1980, p. 256), “largas reservas financeiras”. Percebe-se aqui a grande influência do profissional nas suas impressões, uma vez que ele fazia seus relatos a partir da sua visão como engenheiro, dando atenção à estrutura dos prédios escolares e não, necessariamente, aos conteúdos escolares.

O impulso financeiro, reclamado pelo engenheiro foi alcançado no período da Revolução de 1930, no governo de Landri Sales. Neste ano a diretoria de Educação estava a cargo de Martins Napoleão. A partir desse período, inicia-se uma reforma do ensino, modelando as já implantadas nos governos de Eurípedes Aguiar e Matias Olímpio. No plano de ação governamental, resolve-se construir, inicialmente, o Grupo Escolar “Domingos Jorge Velho”, em Teresina, e as escolas agrupadas de “Davi Caldas”, “Dr. Sampaio” e “Poti Velho”. Percebendo vantagem de incluir as prefeituras municipais no programa, fez a conjugação de esforços e reservas financeiras com o mesmo objetivo: dar mais rapidez à realização das obras (GONÇALVES, 1980, p. 258).

Outras edificações foram projetadas pelo engenheiro Ribeiro Gonçalves, como está explicado a seguir:

Edificam-se e inauguram-se os grupos escolares de Picos, Campo Maior, Piripiri, Amarante e Miguel Alves e as escolas agrupadas de Batalha e Valença. Da mesma forma iniciam-se construções dos grupos escolares de Barras, Porto Alegre, Piracuruca, Pedro II, Parnaíba, Floriano e Oeiras e as escolas agrupadas de Castelo, Bom

Jesus, São Raimundo e Belém, depois Palmeirais (GONÇALVES, 1980, p. 258).

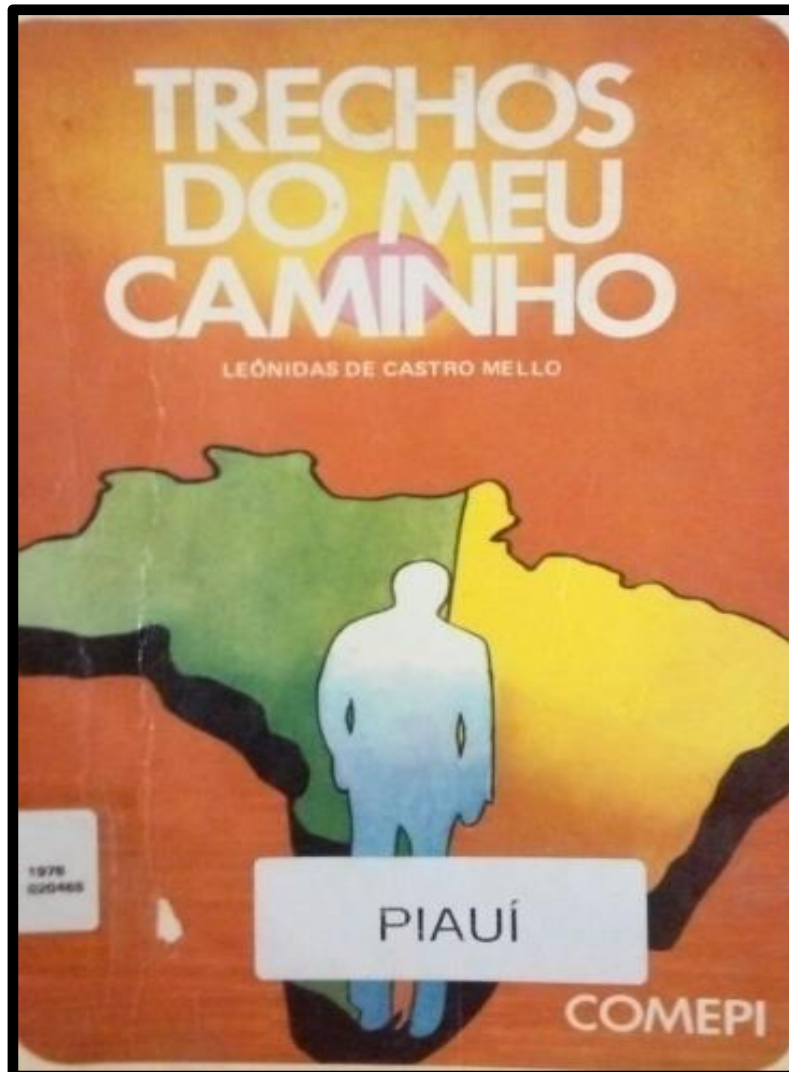
Contudo, apesar de algumas escolas construídas nesse período não funcionarem continuamente, demonstra que ocorria a expansão do ensino primário e ainda do ensino secundário, tanto no setor público, como na rede particular.

No governo de Leônidas Mello, essa diretiva é continuada. O governador recebe as finanças piauienses consolidadas e com saldos orçamentários aumentados. As rendas públicas, em ascensão, asseguram a concretização do plano de edificações escolares. Então, Leônidas, conclui as construções que recebera em andamento do governo anterior e levanta, segundo o relatório governamental, mais dezoito grupos escolares e várias escolas agrupadas em diversas cidades do interior.

4.2.2 Trechos do Meu Caminho – (Autobiografia de Leônidas de Castro Melo)

O livro “Trechos do meu caminho” está estruturado da seguinte maneira: Memórias de infância, onde ele fala da sua terra natal, Barras, sua família, da amizade marcante de Zuza, companheiro de brincadeiras e dos seus primeiros anos de estudo, os quais foram analisados nesta dissertação; Da adolescência, que relata entre outros episódios da sua juventude, os anos em que estudou no colégio do Dr. Arimathea, fatos que foram objeto de análise, e sua vida adulta, que traz entre outras narrativas, detalhes da sua vida política, da qual interessou a essa pesquisa sua atuação na educação.

Figura 10– Capa do livro “Trechos do meu caminho”



Fonte: Livro “Trechos do Meu Caminho” (1976), 2018.

Leônidas Mello escreveu a sua autobiografia aos 76 anos de idade, trabalho iniciado no ano de 1961, parte em Brasília, parte em Teresina, e em 1975, retoma e acrescenta um artigo, que traz conceitos emitidos sobre ele e sua atuação no Governo do Estado. Ele relata que não tinha intenção literária, e sim, de narrar sua história de vida. E através da obra também apresenta ao leitor as pessoas que ele conheceu e com quem conviveu, entre elas figuras políticas, portanto, o livro na opinião do autor contribui para estudo dos historiadores piauienses. De fato, a obra despertou interesse para esta pesquisa, que concorda com o autor, quando diz que se trata de um legado, pois entende-se que mesmo se tratando de memórias individuais, traz informações importantes sobre o contexto da época, e, sobretudo,

sobre as práticas educativas realizadas na educação primária, que é o tema deste trabalho.

A expansão dos grupos escolares também é relatada na obra autobiográfica **Trechos do Meu Caminho**, na qual são apresentadas suas realizações na área da educação como político. Entre elas está a “conclusão e inauguração do Liceu Estadual e, ainda, a construção de treze grupos escolares distribuídos por diversas localidades do Estado” (MELLO, 1976, p. 288-289).

Este processo de ampliação da rede pública de ensino é resultado das ações previstas no plano do governo Vargas, nos anos 30, como pode ser observado nas memórias de Leônidas Mello, quando fala sobre o seu governo, que no total durou dez anos, de 1935 a 1945. Relatos da obra mostram que ocorreram várias mudanças no cenário educacional, durante esse período.

No ano de 1939, em comemoração ao seu primeiro quadriênio de governo, recebeu várias homenagens, e em um dos discursos proferidos sobre sua atuação, encontra-se o relato:

[...] Do início do seu Governo a esta data, criaram-se escolas por toda a parte. Construíram-se e constroem-se prédios escolares nas sedes de todos os municípios onde não os havia; nos lugares mais longínquos, chegam, inesperadamente, às vezes, o médico e a professora, material didático e medicamentos que o Estado envia para o combate ao analfabetismo [...] (MELLO, 1976, p. 305).

E no segundo quadriênio do governo Leônidas Mello, em 1943, essas obras públicas levaram o estado do Piauí “ao apreço de suas irmãs confederadas: tal é o caso do índice de crescimento relativo das matrículas escolares que coloca o Piauí na vanguarda, em tão importante assunto, em nosso País” (MELLO, 1976, p. 314).

Na publicação do livro *O Centenário de Parnaíba*, em 1944 (penúltimo ano de Governo de Leônidas Mello), há o seguinte relato, demonstrando sua atuação na consolidação do ensino primário do Estado:

[...] no período de sua administração, conseguiu o ‘recorde’ no crescimento relativo da matrícula no ensino primário, conforme divulgou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, colocando o nosso Estado no primeiro lugar, dentre os demais da Federação (MELLO, 1976, p. 315).

Partindo agora para a análise de outro momento vivido pelo sujeito biografado, os seus estudos primários. Percebe-se que a data em que ocorreu a educação primária de Leônidas Melo, não está muito bem definida na obra, mas pela narração dos fatos, deve ter ocorrido por volta dos anos de 1905 a 1907, quando ele tinha mais ou menos oito anos de idade, e ocorreu na “escola“ (casa) de Antônio de Freitas e Silva, professor leigo que dava aulas particulares.

Sobre a sua trajetória nos primeiros anos de estudo, o sujeito-autor relata que a escola do mestre Freitas era na casa onde o professor residia com a família, sendo “as salas da frente, espaçosas, de portas e janelas para a praça” (MELLO, 1976, p. 64), locais reservados para o funcionamento das aulas.

Ao chegar à casa do mestre Freitas viu que ele era um homem pequenino e já grisalho, mancava da perna, e, de espanador na mão, vasculhava a poeira da mesa e dos bancos, únicos móveis. O mestre usava a metodologia de ensino do aprendizado por repetição, e usava a cartilha do ABC para ensinar aos alunos, os quais iam seguindo as instruções do mestre.

- Prestem bem atenção. Eu vou apontando as letras, uma de cada vez, dando o nome de cada letra e vocês vão repetindo. Eu ensino três vezes. Depois vocês vão aprender sozinhos, até a hora da lição. E com um lápis apontava as letras e dizia-lhes os nomes vagarosamente: A, B, C, D, E... Repetiu três vezes e mandou: - Agora vão estudar. Se esquecerem o nome das letras podem perguntar ao decurião, quando ele chegar. E indicando com o dedo o último banco, acrescentou: - O banco de vocês é aquele. É o banco dos principiantes (MELLO, 1976, p.65).

Percebe-se que havia monitor na sala e lugares diferenciados. E as lições eram estudadas em voz alta pelos alunos, cada qual sua lição. Isto gerava um barulho. Duas vezes por semana os mais adiantados, que ocupavam o primeiro banco, estudavam tabuada; o estudo era também cantando:- dooooois e trêêêês – ciiiinco... – dooooois e quaaaatro – seeeeis”. O canto servia para contas de multiplicar e dividir também (MELLO, 1976, p. 66).

Acima se apresenta um exemplo de prática pedagógica, realizada durante o ofício de ensinar. Pois, mesmo sendo leigo, o professor articula sua aula de maneira dinâmica e planejada, com uma finalidade, que os alunos aprendam a tabuada.

Franco (2012, p.172) define as práticas pedagógicas: “São práticas as que se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais

solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social”. Portanto, exercem a finalidade do aprendizado.

Quando já estava no seu primeiro livro de leitura “de Felisberto de Carvalho”, foi chamado pelo mestre Freitas e comunicado que seria o novo decurião da sala para ajudar ao outro que já existia, mas iria ensinar e tomar as lições de quem ainda estivesse na carta de A, B, C. O mestre dá o recado para turma: “Esse outro decurião será seu Leônidas, a quem todos deverão obedecer e podem pedir-lhe ajuda” (MELLO, 1976, p.67).

Segundo Lins (1999), a prática de divisão da responsabilidade do ensino entre o professor e o aluno (monitor), é característica do método **monitorial** ou **mútuo**, também conhecido pelo nome do seu criador **Lancaster**, foi introduzida oficialmente no Brasil, pela Lei Geral do Ensino criada no ano de 1827. No Decreto legal, era proposta a criação de escolas primárias com a adoção do método lancasteriano nas capitais, e demais cidades, vilas e lugarejos populosos das províncias. Ao professor cabia a inspeção da escrita e numérica, com auxílio dos alunos que se destacavam.

Leônidas estudou nesta escola particular por dois anos, e no final do período de férias do último ano, o mestre Freitas foi a sua casa conversar com o sr. Regino, seu pai, a fim de comunicar que Leônidas já havia atingido o objetivo do contrato, que correspondia a aprender a ler e a contar. Durante o encontro, relata que o menino não precisava mais dos seus serviços, como foi visto na citação a seguir:

-Venho falar-lhe sobre o Leônidas, disse o mestre. Quero comunicar-lhe que o que sei ensinar já ele aprendeu. Lê e escreve corretamente, tira as quatro operações e sabe até juros e regras de três. Os meus conhecimentos não me permitem ir, além disso (MELLO, 1976, p.79).

Na fala do mestre Freitas, percebe-se que o professor leigo tinha como obrigação apenas ensinar aos seus alunos a ler, escrever e contar, de acordo com seus conhecimentos, que eram limitados pela pouca formação que possuía.

Seu Regino, pai de Leônidas, o agradeceu e o elogiou pelo seu trabalho, e ainda presenteou o mestre com um corte de tecido de brim, da sua loja, pois era comerciante e beneficiador de algodão. Quando o mestre saiu, seu Regino chamou Leônidas e avisou que ele não precisava mais frequentar a escola. E que iria trabalhar na loja com ele para aprender a ser comerciante. Em 1908 com onze anos,

Leônidas pediu a seu pai para continuar seus estudos no colégio de José Arimathéa Tito, que foi inaugurado meses depois de sua chegada da cidade de Recife onde tinha ido estudar Faculdade de direito. Chegada, festejada por toda a cidade.

No colégio do Dr. Arimathéa as aulas seriam de oito às onze da manhã e os livros poderiam ser adquiridos na Secretaria do próprio colégio. A mensalidade a ser paga seria de cinco mil réis. Os livros, que eram pagos pelos pais dos alunos para serem utilizados na escola do professor eram: Elementos de Geografia, de Lacerda; Gramática Portuguesa, de João Pinheiro (1º ano); Aritmética Elementar, de Antônio Trajano.

No final do ano letivo, houve uma festa na escola, com a apresentação teatral dos alunos, rapazes e moças. Após a apresentação “houve um ato cívico em que se prestou homenagem à bandeira brasileira”, teve também premiação aos melhores alunos, findando a festa com um discurso do diretor. Leônidas foi um dos alunos homenageados pelo desempenho.

Tem-se aqui um exemplo das práticas educativas, que ocorriam no Colégio, com o objetivo de formar o indivíduo em princípios morais e éticos. Dessa forma as festividades e atos cívicos representam uma forma de ação educativa intencional.

“A prática educativa intencional compreende, assim, todo fato, influência, ação processo, que intervém na configuração da existência humana, individual ou grupal, em suas relações mútuas, num determinado contexto histórico-social”. (LIBÂNEO, 1999, p. 74).

Nesse relato, pode-se perceber ainda uma característica marcante do ensino, no início da República, as festividades escolares, as quais representavam status para a Escola, dessa forma as comemorações e discursos representavam a cultura escolar e estavam presentes no seu cotidiano. Dominique Julia, define cultura escolar como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

As normas e práticas mencionadas na citação, são criadas a partir dos modos de pensar e agir da sociedade que se transforma em processos formais de escolarização e são aplicados pelas práticas educativas intencionais.

Entre as várias intenções das festas escolares, Mello (2009), destaca que podem representar tradições, fazeres, saberes e símbolos, celebrados em âmbito coletivo ou privado, neste último as conquistas pessoais. E em relação às festas cívicas, são coletivas, e serviam para fortalecer o regime político, com caráter de doutrinação em formas de eventos escolares, que envolvem a família e a sociedade, com participação de todos no espetáculo.

Leônidas escreve uma carta pedindo mais uma vez para continuar seus estudos, em Teresina. Pedia na carta para que seu pai, o levasse junto com ele, quando o mesmo fosse trabalhar no estado do Maranhão, e lhe deixasse na capital para estudar. Prometendo recompensá-lo com a sua formatura, assim como o Dr. Arimathéa tinha regressado a cidade. Seu pai orgulhosamente aceitou o pedido do filho, e partiram os dois a cavalo rumo a Teresina. Na manhã seguinte depois da chegada a Teresina, seu pai procurou o **Instituto 21 de abril**, do diretor Antônio Carvalho Filho, bacharel em direito, advogado, político, professor e deputado estadual, nascido em Barras, a mesma cidade natal de Leônidas.

O Instituto funcionava como internato, semi-externato e externato, e pagou adiantado um trimestre de internato para o filho e comprou duas fardas para ele. Este colégio tinha fama de melhor colégio do Estado. Possuía um “prefeito”, aluno que fiscalizava o comportamento dos outros e recebia seus pedidos e reclamações. Havia também testes de classificação para saber em que classe o aluno ficaria. Após o teste ditado, Leônidas recebeu um cartão com o resultado “Português, Geografia, Matemática, classe G; Francês, classe A. Eram estas as principais características do colégio.

Nas férias, ao retornar a sua cidade natal, Leônidas leva umas cartas do diretor, do professor de português e do de francês, cartas que Leônidas pediu para que eles escrevessem ao seu pai, aconselhando-o a não interromper seus estudos. Pois, o desejo de seu Regino era que o filho fizesse o concurso para telegrafista, e o filho desejava continuar os estudos, formar-se em Direito. Seu pai concorda com continuação do estudo do filho no Instituto no outro ano, 1913, onde cursou o ensino secundário.

Concluiu seus estudos na cidade do Rio de Janeiro onde se formou em medicina. Ao retornar à cidade natal, por força do destino entrou na vida política. Enquanto político governou o Estado no período republicano durante 10 anos de 1935 a 1945, como já foi discutido anteriormente, sendo que sua administração foi

voltada principalmente para ações na área da educação e da saúde, como foi demonstrado nas informações recolhidas de seus relatos e expostas a priori.

4.2.3 Professor Felismino Freitas: Educação como Missão e Vocação – (Biografia de Felismino Freitas Weser)

Felismino Freitas foi biografado na obra **“Professor Felismino Freitas: Educação como Missão e Vocação”**, escrita por seus familiares: Maria Leonília de Freitas, Francisco Antônio Freitas de Sousa e Francisco Newton Freitas. No livro foram escritas suas memórias reunidas a partir dos depoimentos de pessoas que conviveram com ele no trabalho ou na vida pessoal. O livro está dividido em quatro capítulos, a saber:

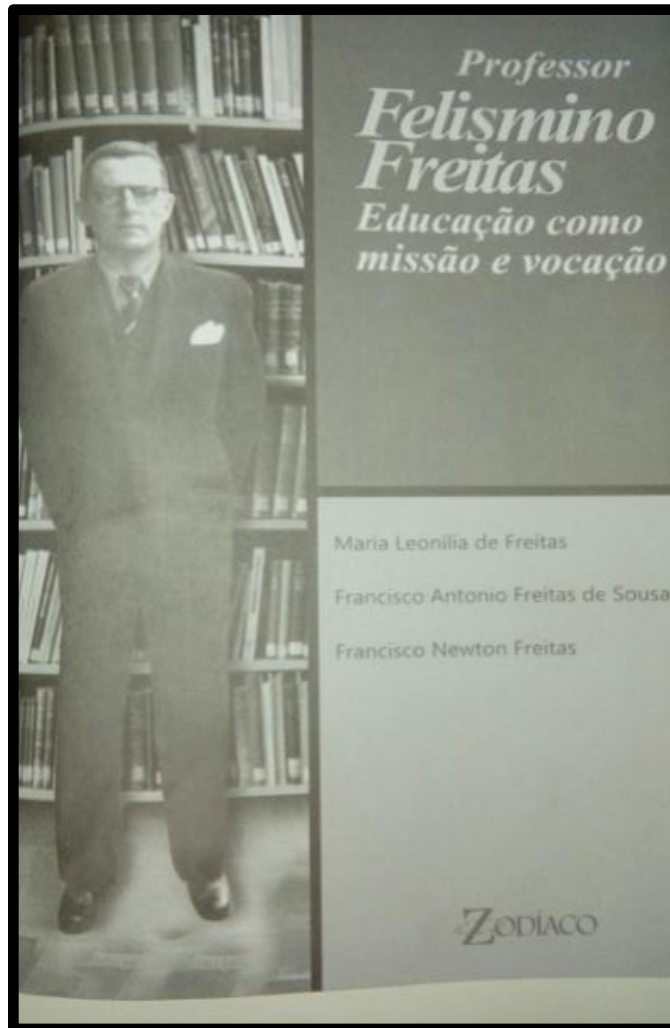
O primeiro, denominado “Antecedentes Históricos”, é iniciado pela epígrafe do discurso proferido pelo professor Felismino Freitas, na solenidade de formatura do colégio “Dr. Demóstenes Avelino”, do qual era diretor, em 1943. Em seguida, o deputado e ex-aluno Ribeiro Magalhães faz uma homenagem ao mestre, falando da sua importância para a memória social do Estado. Ainda neste capítulo é escrita a história da cidade de Piri-piri e de seus conterrâneos.

No segundo capítulo, “De Pery-Pery”, é feita uma discussão sobre os agentes da educação no Brasil e no Piauí do século XIX, destacando a importância dos padres-mestres e das escolas confessionais, principalmente católicas, na expansão da educação escolar. Refere-se também às influências dos evangélicos na instrução piauiense no mesmo século, como por exemplo, na cidade de Corrente, pioneira na educação escolar evangélica. Discute ainda sobre a entrada dos profissionais liberais, no ofício de magistério, com a expansão do ensino formal, e a inserção das mulheres nessa carreira. Nesse contexto, apresenta-se o professor Felismino Freitas, sua história de vida, e sua iniciação na profissão docente.

A biografia é continuada, com o terceiro capítulo, que narra “a vida do professor Felismino Freitas”, relatando fatos de quando o professor passa a morar na cidade de Teresina, no final do ano de 1929 e da sua enturmação com grupos de intelectuais, como a participação nas atividades literárias do “Cenáculo Piauiense”, no ano de 1933. Esta seção do livro também mostra sua ascensão profissional como inspetor técnico de ensino no ano de 1932, e mais tarde como diretor e fundador do colégio “Dr. Demóstenes Avelino”.

No quarto e último capítulo, são apresentados os testemunhos de familiares e amigos com os relatos sobre a vida do professor Felismino Freitas, que serviram de fonte para a construção da obra.

Figura 11– Capa do livro “Professor Felismino Freitas: educação como missão e vocação”



Fonte: Livro “Professor Felismino Freitas: Educação como Missão e Vocação” (2009), 2018.

Felismino Freitas foi mestre-escola, professor, fundador de colégio, pioneiro da educação noturna, inspetor e Diretor da Instrução Pública do Estado do Piauí, dentre outros. Destaca-se entre suas ações a criação do Ginásio “Dr. Demóstenes Avelino”, na capital, em 1º de dezembro de 1942, e, ainda, sua atuação como Inspetor Técnico do ensino público, na qual se percebe o seu desapontamento em

ver durante suas viagens, as escolas simples e uma população que foi descrita nos relatórios de trabalho como frágil.

Contudo, tinha a esperança, de ver “a educação de massa com qualidade”, o que seria para ele a solução para os problemas nacionais, principalmente do que ele chamava de “analfabetismo crônico” (FREITAS; FREITAS; SOUSA, 2009, p. 22).

Freitas; Freitas; Sousa (2009, p. 89) relatam que Felismino Freitas formou-se professor do ensino primário na Escola Normal Oficial, em Teresina, em 1917, e teve uma educação extremamente patriótica. Registra-se ainda que na época essa formação era exclusividade do público feminino, e a partir do Decreto nº 434, de 19 de abril de 1910, a instrução foi regulamentada e uma das mudanças foi justamente a possibilidade da habilitação de homens para o magistério, sendo o prof. Felismino o primeiro professor formado no Piauí.

O professor foi estigmatizado assim, como era todo homem que se aventurava no magistério primário, como “vocacionado”, uma vez que não era uma profissão bem remunerada e, para a sociedade de 1935, isso era um “prejuízo para a nação”, pois o homem deveria suprir as necessidades econômicas inerentes à masculinidade (FREITAS; FREITAS; SOUSA, 2009, p. 91). Mas, apesar de enfrentar o preconceito, seus familiares relatam que ele se identificava com o que fazia e não queria desistir do que gostava e sabia fazer.

Em 1929, passou a morar em Teresina com sua família, e deixava a cidade de Piri-piri, onde foi mestre-escola, trabalhou por pouco tempo no Grupo Escolar Mathias Olympio, no bairro Porenquanto, retornando à cidade de Floriano (onde morou por dois anos) como Inspetor Técnico, e participou da construção do Liceu municipal e Escola Normal daquela localidade em 1930. No ano de 1932 passou a morar definitivamente na cidade de Teresina, onde desenvolveu um intenso trabalho na área educacional, destacando-se como diretor do Colégio Demóstenes Avelino.

De 1932 a 1937 desenvolveu árdua tarefa: colocar o Piauí na vanguarda da educação nacional tanto em quantidade quanto em qualidade e organização. Este período constitui uma das páginas mais brilhantes da educação piauiense de todos os tempos[...]Em 1942 reconstruiu e ampliou o velho solar do Dr. Demóstenes Avelino (magistrado), para nele fazer funcionar o Ginásio ‘Dr. Demóstenes Avelino’ (FREITAS; FREITAS; SOUSA, 2009, p. 97).

Felismino Freitas acreditava na educação como solução para os problemas nacionais, principalmente o analfabetismo crônico. Sob influência do positivismo, via

nas letras, na moral e no civismo a formação do caráter do homem civilizado. Apesar das dificuldades da profissão, e do preconceito a ele apontado, pois, para a sociedade da época, a mulher deveria assumir o papel de professora, por ter um instinto materno natural. Contudo, o mestre Felismino Freitas, provou o contrário, exercendo sua profissão de magistério com vocação e fez do ofício das letras a sua sobrevivência material, rompendo com os estereótipos educacionais criados naquele período.

4.2.4 Miguel Guarani: Mestre e Violeiro – (Biografia de Miguel Borges de Moura)

A obra “Miguel Guarani: Mestre e Violeiro” consiste na biografia de Miguel Borges de Moura, desde seu nascimento em Picos no ano de 1910, até sua morte, em 1971. Foi escrita por seu filho, Francisco Miguel de Moura, que coletou documentos como cartas, guardadas pelo irmão do seu pai, Antônio Borges de Moura (Sinhô do Diogo).

Francisco Moura também buscou informações nas anotações e depoimentos dos seus irmãos, Francisco Miguel, sua irmã Maria Josefa de Sousa e Helena Josefa de Sousa, filhos de Miguel Guarani.

O biógrafo incluiu no apanhado de documentos e lembranças, suas próprias memórias, uma vez que também era filho do biografado, e ainda o acompanhava durante as viagens que Mestre Miguel Guarani fazia para dar aula onde era contratado, do qual era aluno e discípulo.

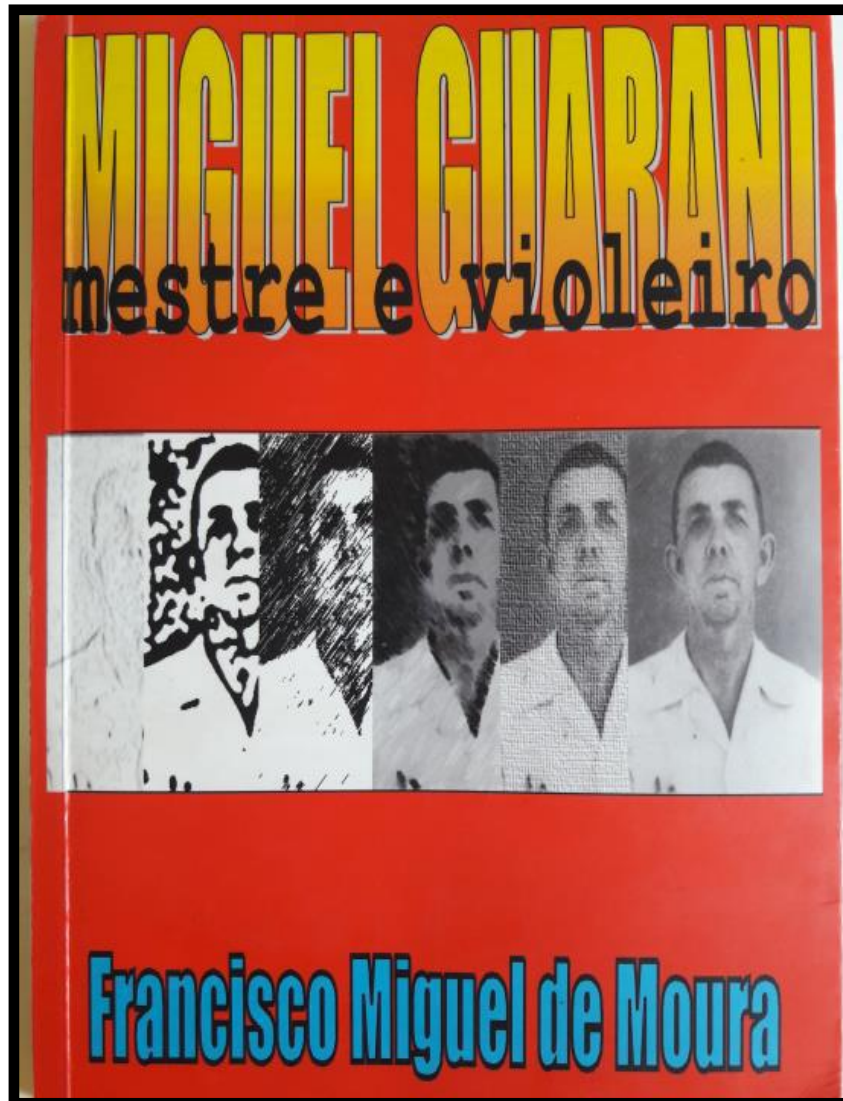
O livro foi estruturado em três partes. Na primeira, conta-se a história do local onde Mestre Miguel Guarani viveu e exerceu sua profissão de mestre-escola, o capítulo foi chamado de “A História”.

A seguir, a segunda parte, intitulada “Obra Poética”, vai apresentar os poemas de autoria do Mestre Miguel Guarani, e ainda relatos sobre a sua outra profissão, a de violeiro.

A terceira e última parte, “A família Moura”, apresenta personagens e figurantes importantes da família, realizando um apanhado genealógico dos familiares do mestre Miguel Guarani.

Esta dissertação analisou a primeira parte da obra, pois é nela que se encontram informações sobre o biografado, da época em que ele foi mestre-escola, da sua formação e das suas práticas educativas.

Figura 12- Capa do livro “Miguel Guarani: mestre e violeiro”



Fonte: Miguel Guarani: Mestre e Violeiro, de Francisco Miguel de Moura (2005), 2018.

Miguel aprendeu com seu pai, Sinhô do Diogo, a ler, escrever e fazer as quatro operações e, como era o primeiro filho varão, tornou-se o professor dos irmãos e irmãs. O pai utilizava a “Carta de ABC”, e carta de nomes para ensinar as letras e as sílabas para Miguel, que tinha por volta de 5 a 6 anos, quando aprendeu a ler.

Após um mês de ensinamentos rígidos do pai, já sabia ler, e foi-lhe ensinada a tabuada, a qual enfrentou com a mesma agilidade e sem enrolar até porque, a disciplina do velho era dura. Castigos com palavras e ameaças e, quando sem resultado, apelação para os corporais. Miguel sabia: “se não desse para as letras, não tinha escapatória, iria como os outros para o cabo da enxada, da foice e do

machado, na derrubada do mato para o plantio de mandioca na “Serra” e para o “arrastamento” da areia do rio, no tempo das vazantes” (MOURA, 2009, p. 25).

Percebe-se que o contexto social, influenciou a formação de Miguel, que viu no ofício de mestre-escola a oportunidade para ter melhores condições de vida, além da que encontrava no trabalho árduo da lavoura.

Sobre os conhecimentos necessários para exercer o ofício de mestre-escola, Moura (2009) afirma que Miguel conhecia as lições de Antônio Trajano, do princípio ao fim, ou seja, a aritmética elementar. Com o passar dos anos, Miguel Guarani foi-se aperfeiçoando, quer por conta própria, quer procurando pessoa mais experiente e já na idade madura destrinchava também a Aritmética Progressiva, passo mais avançado do mestre “Trajano.”

De acordo com Tardif (2002), o saber docente é plural, formado pelo conjunto de saberes provenientes da formação profissional, dos saberes disciplinares, curriculares e experienciais. O saber profissional se dá na formação inicial ou contínua do professor, quando o mesmo entra em contato com as ciências da educação, e ainda quando os mesmos refletem suas práticas, constituindo assim novo saber, o pedagógico. Os grupos sociais, produtores do saber, irão por sua vez, estabelecer os saberes disciplinares, selecionando as disciplinas ou campos de conhecimento que serão incorporados ao saber profissional. E, a partir desses saberes sociais, criam-se os programas escolares, que consistem nos objetivos, conteúdos e métodos, ou seja, são os saberes curriculares. Por fim, os saberes experienciais, que são próprios do indivíduo, adquiridos no dia a dia do trabalho docente.

O saber experiencial é exercido no ofício tanto do mestre-escola ou do professor leigo quanto do professor habilitado, pois, parte das suas experiências individuais e coletivas, ou seja da sua prática. Tardif (2002) explica que o saber experiencial, está baseado no habitus e na habilidade, e indica o saber-fazer e o saber-ser do professor.

Embora, alguns professores, como os que se encontram aqui analisados, não possuam uma educação formal, no âmbito das escolas, tiveram de alguma forma um preparo, mesmo que limitado para exercer o seu ofício, portanto possuem um saber próprio para a profissão, como afirma Tardif, “todo saber implica um processo de aprendizagem e de formação” (TARDIF, 2002, p. 35).

Para exercer seu ofício, mestre Miguel Guarani saía à procura de alunos para alfabetizar, e ainda trabalhava onde era solicitado pelas famílias. Segundo Moura (2009, p. 43), o mestre “lecionou em casas e fazendas, onde era chamado, em toda redondeza de Picos (de Itainópolis a Alagoinha, de Jenipapeiro a Guaribas e o sertão de serras planas e limítrofes com Valença e Pimenteiras)”.

Seu pai, Sinhô de Diogo, era amigo do maior político de Picos e região circunvizinha, o Cel. Francisco Santos. E através dessa aliança política, no ano de 1941, ganha um emprego fixo, no povoado Aroeiras, onde lecionou pela Prefeitura Municipal de Picos, recebendo salário. Mas, por falta de documentação de alistamento militar que era exigido no cargo público, sua irmã, Adélia Rosa de Moura, assinava legalmente o registro como professora, o que o impediu de ser efetivado na função.

Moura (2009) relata ainda que Miguel foi transferido duas vezes por intermédio da ajuda da família Sousa, que tinha grande influência política.

[...] A pedidos de Josefa Maria de Sousa (D. Zefinha) ao seu primo Cel. Santos, Miguel, lá pelo fim de 1941 (ou 1942), fora transferido do povoado Aroeiras do Itaim para Angico Branco [...] E depois foi para Carnaíbas (1945?). Onde consegue sua transferência para Santo Antônio do Rodeador, povoado vizinho a Jenipapeiro (MOURA, 2009, p.43).

Essa prática de apadrinhamento, era comum no Estado neste período, a contratação de funcionários públicos sem concurso ocorriam muitas vezes, por indicação política, numa relação de amizade e troca de favores, entre os eleitores e os coronéis locais.

Miguel recebe o cargo de professor do Estado, arranjado pela família Moura Santos, de Picos, em troca da aliança política que seu pai exercia com eles. Esse fato ocorreu durante o governo de Leônidas Melo (1935-1947). Com a eleição do governador Rocha Furtado (Udenista/ UDN) em 1947, Miguel, perde seu trabalho do Estado e passa a trabalhar na sua escola particular, que montou naquele povoado. Os seus amigos proprietários e comerciantes influentes mandavam os filhos para serem alfabetizados por ele.

Sobre as práticas educativas do mestre-escola, Moura (2009), apresenta algumas características, diz-se que geralmente, o mestre-escola ensinava mais ou menos a metade da escola primária: primeira e segunda série e, em alguns casos

extraordinários como o preparo de alunos para realizar a prova de admissão para o Ginásio, poderia ultrapassar esse limite.

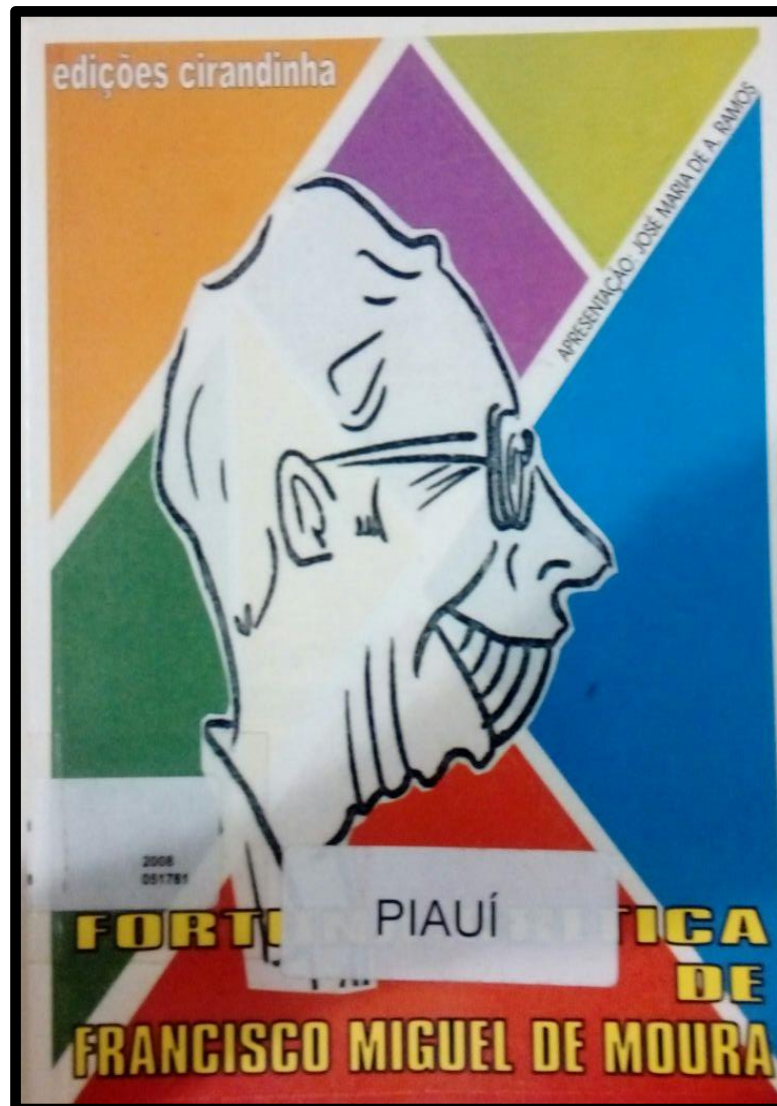
Moura (2009) traz ainda depoimento de um ilustre ex-aluno do professor Miguel, poeta, contista, cronista e romancista João Bosco da Silva, que em sua crônica relata o seu perfil como professor e como ele exercia sua prática e esclarece ainda como era a estrutura da sala de aula.

Autodidata, inteligente, esforçado, também cantador e repentista, o professor Miguel foi, na realidade, quem alfabetizou e ensinou as aritméticas e as gramáticas a toda uma geração de alunos que tiveram a sorte de passar pelas suas mãos. Pelo menos contar e escrever uma carta, todos aprendemos. [...] A escola tinha apenas uma sala para comportar desde criança de 7 anos até o marmanjo de bigode e barba no queixo. Para se lecionar nessa situação teria que inovar [...] Coisa que ninguém pensara fazer antes, o professor Miguel, num vislumbre de rara felicidade, resolveu tentar: separar em blocos a classe mista e multisseriada utilizando os critérios da faixa etária e da escolaridade, ou seja, levando em conta o grau de desenvolvimento do aluno. Feito isto, determinou que as crianças de primeiras viessem às 7 horas, iniciando mais cedo as atividades; e os maiores e mais adiantados, um pouco mais tarde, de forma a conciliar a sua entrada em aula com o horário de recreio dos primeiros. [...] Dessa forma conseguia ministrar uma instrução mais homogênea. E tomava as lições a uns, e a outros aplicava exercícios ou deveres de casa. [...] Foi um lance de bela feitura porque deu ótimos resultados. Tornava-se Miguel Guarani um pedagogo por pura intuição (MOURA, 2009, p. 49).

Percebe-se que ao longo da sua trajetória como mestre-escola, o mestre Miguel Guarani produzia saberes pedagógicos, que facilitavam a sua ação educativa e, ao atestar o resultado, essas práticas intuitivamente passavam a fazer parte do seu cotidiano. Constando-se dessa maneira que o saber experiencial contribui para a construção desse saber pedagógico.

4.2.5 Fortuna Crítica – (Biografia); O Menino Quase Perdido – (Autobiografia) - de Francisco Miguel de Moura

Figura 13– Capa do livro “Fortuna Crítica”



Fonte: Livro “Fortuna Crítica” (2008), 2018.

Correlacionado a obra anterior, foi analisado o livro “Fortuna Crítica” que corresponde a uma coletânea de análises das obras literárias de Francisco Miguel de Moura, e ainda a entrevistas realizadas com o escritor. Na obra, encontra-se o relato biográfico de Francisco Miguel Moura, elaborado por José Maria de A. Ramos, que também é o organizador do referido livro, extraído para análise neste trabalho.

Na biografia produzida sobre o autor, Ramos conta os fatos ocorridos quando Miguel de Moura acompanhava seu pai, o mestre Miguel Guarani no ofício de mestre escola. Chico Miguel, como era conhecido, acompanhava seu pai, primeiramente como aluno, depois como ajudante, até enfim tornar-se um mestre-escola, seguindo o exemplo do seu pai.

O livro vai ainda mostrar as análises sobre as produções do escritor Francisco Miguel de Moura, feitas por diversos autores piauienses, e que foram organizadas na forma de ensaios, artigos e cartas. Segue algumas análises presentes na obra: Francisco Miguel de Moura – Do lado de dentro da poesia (Leontino Filho); Chico Miguel e sua antologia (Herculano Moraes); D. Xicote – o desvendar do fazer literário (Deolinda Marques); Livro: Vir@gens (Fernando Py); Francisco Miguel e a crítica literária (M. Paulo Nunes); entre outras.

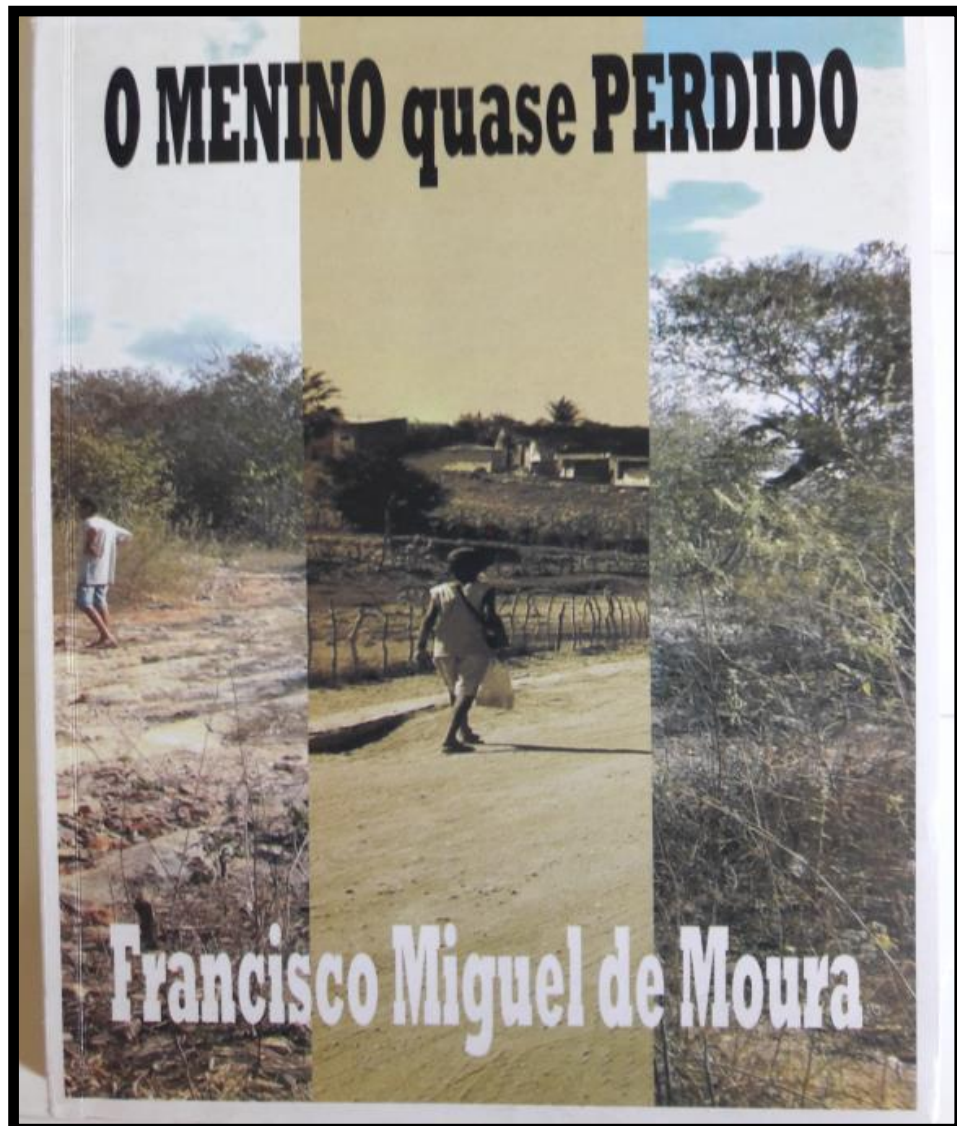
Francisco Miguel de Moura nasceu em 16 de junho de 1933, na fazenda “Curral Novo”, conhecida como Jenipapeiro, por possuir grande quantidade dessas árvores na localidade. Era filho de Miguel Borges de Moura (Guarani), que foi mestre escola em várias vilas da região de Picos: Sussuapara, Bocaina, Aroeiras do Itaim, Angico Branco dos Macedos, Carnaíbas, etc., começando pelos idos de 1939, e a tiracolo ia toda a família. (Ramos, 2008, p. 19).

O relato da infância de Francisco Moura traz informações importantes sobre aulas que o mestre Miguel Guarani ministrava. Em suas memórias ele conta que o pai lecionava muitas vezes de forma improvisada, por exemplo, sob a sombra do juazeiro, ao redor de uma mesa grosseira no “vaquejador” da morada, local onde ficava a turma de aprendizes do ABC e da tabuada. Essas aulas também ocorriam às margens do rio Guaribas, abaixo da hoje cidade de Bocaina. Em relação aos seus primeiros estudos, Ramos (2008) afirma que foram, de certa maneira, irregulares. E que como o pai, é um autodidata. O curso primário foi disciplinado no próprio lar, e nas viagens que o pai fazia quando era contratado para ensinar crianças e jovens nas redondezas. Só estudou em escola quando se preparava para o exame de admissão ao curso ginásial. Os primeiros trabalhos, além da ajuda na lavoura da família, foram de mestre-escola, seguindo aí os passos do seu pai, mestre Miguel Guarani.

Em sua autobiografia, intitulada “O Menino Quase Perdido”, contém relatos da infância e adolescência de Francisco Miguel de Moura, desde o ano em que ele

nasceu 1933, na região conhecida na época como Jenipapeiro, povoado pertencente ao município de Picos, atual município de Francisco Santos.

Figura 14- Capa do livro “O menino quase perdido”



Fonte: Livro “O menino quase perdido”, de Francisco Miguel de Moura (2009), 2018.

A obra traz ainda informações importantes sobre o cotidiano escolar primário, no sertão do Piauí nas décadas de 1930 e 1940, que foram os anos da infância de Francisco Miguel de Moura. Nela é narrada a história de Xicote, como era conhecido Francisco Miguel de Moura quando criança, o título remete à situação de vida difícil do sertão piauiense, em que o menino quase se perdeu, como foi relatado na autobiografia.

O enredo traz as memórias das pessoas que marcaram a infância do menino Xicote, como os seus parentes, vizinhos e amigos de brincadeiras. Nelas o autor apresenta as paisagens do local onde morava, bem como as atividades de lavoura que ali eram realizadas pelos habitantes, incluindo seus pais.

Na obra também são relatados fatos que marcaram a sua trajetória educativa, relacionados à atuação do seu pai, o mestre-escola Miguel Guarani, responsável por seu aprendizado das primeiras letras. Na narrativa, também fala de quando iniciou na atividade docente, como mestre-escola, trabalhando junto com seu pai, nas comunidades por onde era contratado. Pela riqueza de informações sobre a prática educativa do professor leigo e mestre escola, a obra foi analisada em sua totalidade e contribuiu para a construção deste trabalho.

O menino do sertão relata que na sua infância morava com seus pais na zona rural e que sua formação se deu de forma simples, aprendeu com o pai, mestre Miguel Guarani, as primeiras letras e a contar. Moura (2008) descreve em sua obra detalhes do espaço físico onde ocorriam as aulas conduzidas por seu pai, Mestre Miguel Guarani, no sertão do Piauí, e relata como aprendeu a ler, sendo o seu primeiro contato com uma escola debaixo de um juazeiro.

[...] Uma mesa rodeada de bancos e tamboretos onde se sentavam alunos, eis a imagem que lhe ficou. Miguel, seu pai, ensinava a ler, escrever e as quatro operações fundamentais da aritmética. Chico via tudo, mas não participava ainda como aluno. Ora simples observador, ora menino de recado de seus pais – ‘segure aqui’, ‘ponha isto acolá’, ‘traga a lousa’, ‘ponha o peso em cima dos papéis senão o vento carrega’ [...] (MOURA, 2008, p. 83).

Quando aconteceu este episódio estava no ano de 1938. O menino ainda era novo, com apenas cinco anos de idade, mas já acompanhava seu pai em algumas situações. No inverno de 1940, viaja com o pai para frequentar as aulas na casa de Izac Pereira, no lugar conhecido como Diogo (do outro lado do rio). Um dos episódios que o faz lembrar essa escola é relatado por Moura (2009), que a descreve da seguinte maneira: os assentos tinham a cor branca, eram estreitos e insuficientes para acomodar todos os alunos. E por isso ele ficava apertado entre os meninos mais velhos. Conta que alguns alunos mais velhos o beliscavam e mesmo sentindo dor não falava ao pai. Mas não suporta e relata ao pai, que castiga os dois.

O castigo acontecia de maneira com que os alunos eram envergonhados na frente dos demais. O daquele dia o mestre ordenou que ficassem “de pé, olhando

pra parede, durante uma hora. Isto pra ficarem felizes, senão pegariam bolos de palmatória” (MOURA, 2009, p. 84). Outra hora de controlar seus alunos era na saída da sala. Eles tinham que ir um de cada vez e carregando uma pedra que havia em cima da mesa. Quem demorasse muito era caçado pelo mestre.

Quanto ao período que passavam na escola, havia alunos que estudavam pela manhã e outros à tarde, e aqueles que se destacavam mais ficavam apenas um mês. O autor relata que alguns alunos no final do mês, já sabiam ler e escrever uma carta, e ainda a tabuada de “cor e salteada” e, conseqüentemente, as quatro operações. “Era o diploma de doutor, na escola de mestre Miguel”. Enquanto outros “mais fracos de inteligência” demoravam até seis meses para aprender todas essas lições. O mestre agia como o registro abaixo:

Mas o professor Miguel era um desasnador (que eles diziam ‘desarnador’ de meninos e adultos. Quem frequentasse a sua escola, aprenderia, por mais burro que fosse. Chico não se recorda o que foi que aprendeu no mês de escola da casa de Izac Pereira. Talvez tenha aprendido um pouco das primeiras letras. Balançando as pernas, ouvia e cantava com os colegas a carta de sílabas: um b com a = b + a = bá... um b com e = b + e = bé... um b com i = b + i = bi... Depois, a carta de nomes: soletre co-zi-nha. Era o nome maior que conseguiam; Ca-as, o menor. E, em seguida, a carta da tabuada: $2+2 = 4$, $2+3 = 5$; ou $2 \times 2 = 4$, $2 \times 3 = 6$... (tá errado, não?) (MOURA, 2009, p. 85).

Francisco Moura, o filho do mestre, afirma na sua autobiografia que não tem certeza de ter saído dali já sabendo ler e escrever. Mas, quando se encerraram as aulas na casa de Izac Pereira, e passaram-se alguns meses, foram a “Aroeiras do Itaim”, no ano de 1941. Sobre este período de estudo Francisco Moura diz lembrar-se da cartilha *Para todos*, em que havia nomes, frases, começo de historinhas. No ano seguinte, já avançado na leitura, acompanhava o pai na sua nova escola, na localidade chamada “Baixa” (de seu Izídio), onde terminava o baixão do “Angico Branco” (dos Macedos) e era pago pelo município de Picos, como o de Aroeiras do Itaim. Entre os livros que lia, cita o Coração de *Criança*, primeiro duma série de quatro. Fala sobre sua experiência da alfabetização da seguinte maneira:

[...] É como se tivesse aprendido num passe de mágica: dorme-se sem saber nada e acorda sabendo. Pela tabuada de multiplicar, a mais difícil, recebeu castigo do pai. Só deixaria de lê-la quando estivesse toda decorada. Era, assim, o dia todo com a carta de tabuada na mão. Só tirava dos olhos quando ia dormir. ... Com toda essa luta, nunca foi bom de conta [...] (MOURA, 2009, p. 86).

Francisco Moura retorna às suas memórias sobre a educação, já na função de mestre-escola, e descreve o episódio de quando foi trabalhar na mesma profissão do pai, mestre-escola, da seguinte maneira: “Nos anos 1947 e 1948, o menino treinou os melhores lugares: as casas de Manoel Sinhô, Arlindo, Adelson, dos Lima, dos Zingueiras de Riachão e outros” (MOURA, 2009, p.148-149).

Todavia, conta que antes de trabalhar nessas casas, “melhores, de família,” Francisco era mandado pelo seu pai para as comunidades mais pobres, negras, periféricas, que viviam de trabalhar nas roças de mandioca e feijão, cultivo local próprio das serras, que ficavam distante do povoado e do rio.

Em seu trabalho como mestre-escola, passou por algumas situações complicadas, pois não tinha a sabedoria e nem a prática do pai. Mas também houve períodos em que ele ficava satisfeito, como, por exemplo, quando ele viajava para a fazenda de seu Adelson, que era um “paraíso” e lá era muito bem tratado.

4.2.6.O. G. Rêgo de Carvalho – Fortuna Crítica – (Biografia de O. G. Rêgo de Carvalho)

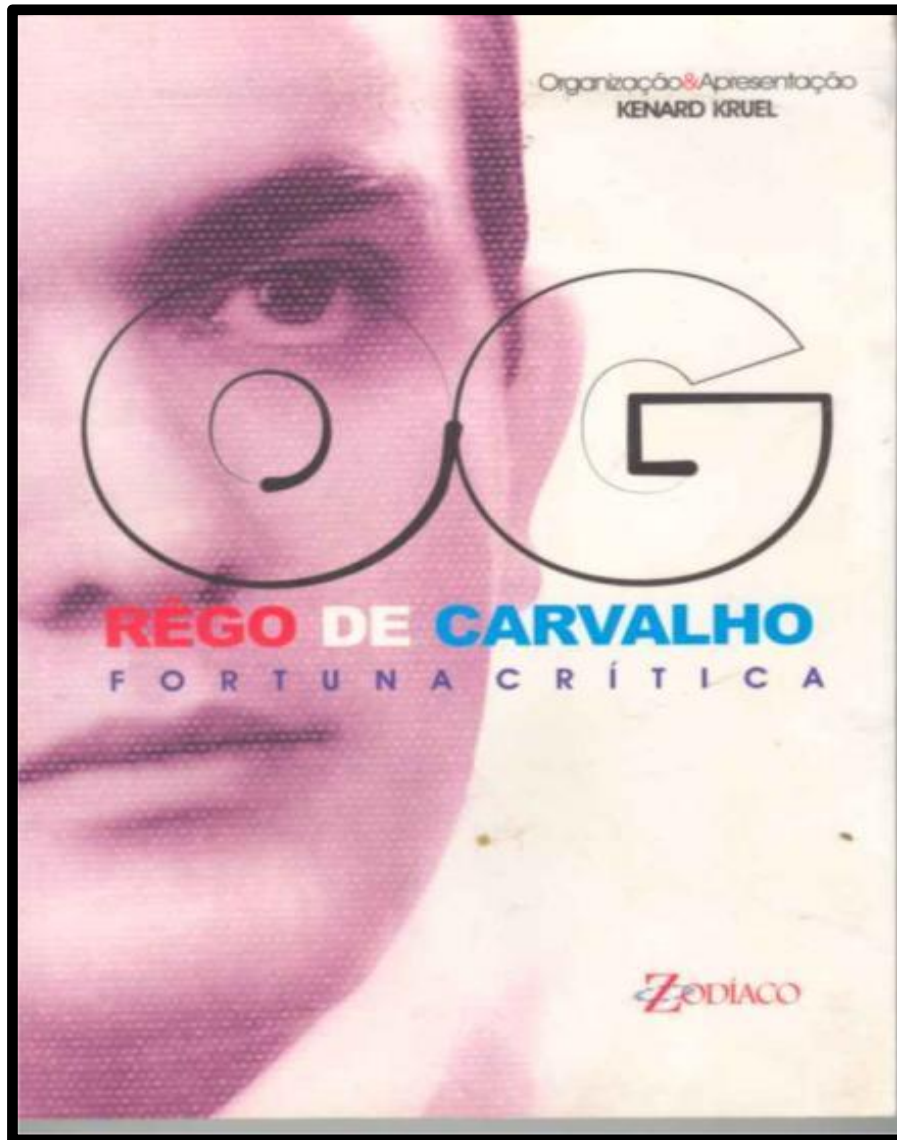
Na biografia de “**O. G. Rêgo de Carvalho – Fortuna Crítica**” é feita uma coletânea de análises sobre a vida e obra de O. G. Rego de Carvalho, organizada por Kenard Kruel, responsável também pela escrita da biografia do escritor, dedicando a ela a primeira parte do livro intitulada “O estranho no Ninho”, nela estão presentes alguns relatos da história escolar primária, do escritor piauiense, os quais foram analisados nesta dissertação.

Além da história de vida de O. G. Rego de Carvalho, o livro apresenta as análises das suas produções, feitas por outros escritores piauienses, entre elas, destacam-se: O. G. Rêgo de Carvalho – Introspecção e Poesia (Vidal de Freitas); Rio Subterrâneo (Sebastião G. Assumpção); Somos Todos Inocentes (Francisco Miguel de Moura); Um Romancista do Piauí (Luís Paula Freitas); O. G. Rêgo de Carvalho (A. Tito Filho); Falando do que escrevi (Francisco Miguel de Moura); O Piauí no mapa literário (Assis Brasil); A coragem de ousar (Cineas Santos); Ulisses Entre o Amor e a Morte (Airton Sampaio).

Além dessas e outras análises da produção literária de O. G. Rêgo de Carvalho, encontram-se reunidas neste livro, várias entrevistas concedidas pelo

escritor, que foram também utilizadas nesta dissertação como conhecimento biográfico do mesmo.

Figura 15– Capa do livro “O.G Rêgo de Carvalho-Fortuna crítica”



Fonte: Livro, “O. G. Rêgo de Carvalho – Fortuna Crítica” (2007), 2018,

Destacam-se, na biografia alguns relatos dos primeiros contatos que O. G. Rêgo teve com as letras, entre estas, o início dos seus estudos aos seis anos de idade (1936), na Escola Armando Burlamaqui (Oeiras), com o auxílio da professora Julinha, sua tia, que era, segundo a narrativa, muito exigente com seus alunos.

Segundo relatos sobre seu primeiro dia de aula, a professora precisou conduzi-lo pela mão até o assento, pois era um menino tímido, mas já sabia ler e

escrever, uma vez que já tinha aprendido em casa. Ao pedir que os alunos escrevessem o nome no caderno, a mestre percebeu que Geraldo estava distraído, e escreveu o seu nome no quadro, Orlando Geraldo Rêgo de Carvalho, e assim o menino seguiu o modelo no caderno. Para surpresa da professora todos os alunos também escreveram o nome de O.G. Rêgo em seu caderno. Essa cena ficou marcada na memória do escritor.

Kruel (2007) explica que em Oeiras era comum dar o nome do avô aos descendentes masculinos, mas só o primogênito tinha o direito de usá-lo, por isso, abreviava-se o seu nome Orlando Geraldo, isto fez com que o escritor ficasse conhecido como O. G. Rêgo de Carvalho.

Desde cedo O. G. Rêgo de Carvalho recebe incentivo da sua tia e professora para desenvolvimento da escrita na imprensa escolar. Dessa forma publica seus primeiros artigos e crônicas.

[...] No segundo ano primário, aos 10 anos de idade, foi estimulado pela professora a escrever no Fanal (o mesmo que Farol), jornalzinho dedicado exclusivamente à publicação de trabalhos dos alunos das duas únicas escolas de Oeiras – Grupo Escolar Costa Alvarenga e Escolas Agrupadas Armando Burlamaqui. [...] (KRUEL, 2007, p. 10-11).

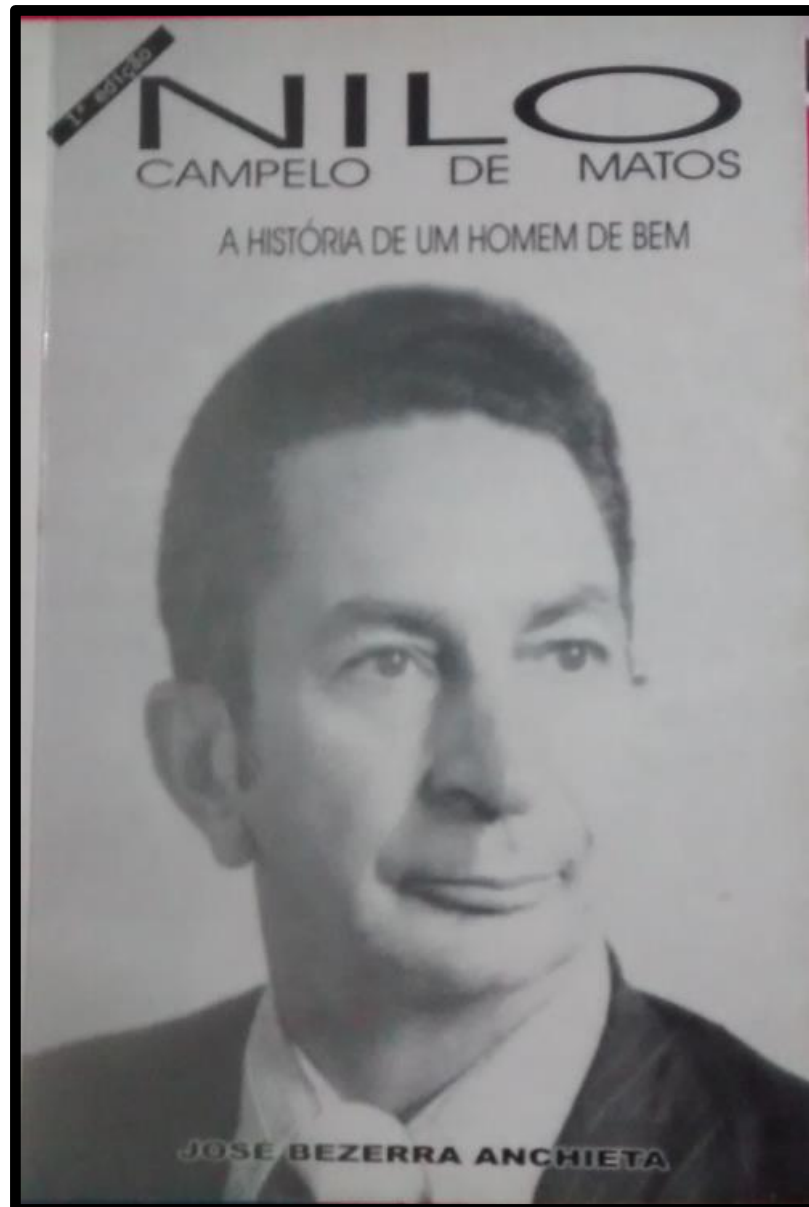
O.G. Rêgo passa a morar em Teresina, no ano de 1942, período em que sua mãe faz a sua matrícula no Grupo Escolar Engenheiro Sampaio, onde O. G. Rêgo de Carvalho conclui o curso primário. Em seu livreto autobiográfico, “Como e porque me fiz escritor, 1989”, reeditado em 2014, O. G. Rêgo de Carvalho, narra como foi seu itinerário pelo mundo das letras, do seu primeiro texto publicado na escola até sua consagração como escritor. No depoimento, fala que na sua vinda a Teresina, aos 12 anos de idades ele tem acesso a leitura do livro “O Guarani”, de José Alencar, o qual segundo o escritor exerceu forte influência sobre ele, a partir daí começou a escrever contos, e aperfeiçoando-os até chegar aos seus romances.

4.2.7 A História de um Homem de Bem– (Biografia de Nilo Campelo de Matos)

Dando continuidade as narrativas de vida, a biografia de Nilo Campelo de Matos presente na obra “**A História de um Homem de Bem**”, trata da vida do

sertanejo de São Miguel do Tapuio, que se destaca na vida adulta, eleito prefeito da sua cidade. Dentre outros fatos biografados está o início da sua vida escolar, que traz informações importantes para o presente trabalho.

Figura 16– Capa do livro “A história de um homem de bem”



Fonte: Livro “A História de um Homem de Bem”(s.d), 2018.

Segue relato do período em que aprendeu as primeiras letras: Em 1939, com 15 anos, seu pai contrata uma professora, mestra Augusta Moreira Bonfim, para alfabetizar parte da família e aprimorar os já alfabetizados. A mestra e auxiliares impunham respeito com o uso da palmatória, feita de miolo de aroeira, usada nas perguntas sobre aritmética e as respostas tinham que ser respondidas rapidamente

e com precisão, se não os alunos levavam “bolos na mão” e ainda tinham que aguentar a vergonha e os risos dos colegas. Há relatos de que naqueles tempos, uma mestra ou mestre, formava uma turma de alunos no tempo de três meses, nos quais aprendiam o ABC (ANCHIETA, 199-?, p. 36-37).

A palmatória, desde a origem da instrução foi utilizada como instrumento disciplinador. No Império, com a promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como Lei Geral do Ensino, o uso da palmatória é proibido, a prescrição que incide sobre a proibição dos castigos físicos, determina sua substituição por outros tipos de castigos, de cunho moral.

Disponha em seu artigo 15 que os castigos serão determinados pelo método Lancaster: “Art 15º Estas escolas serão regidas pelos estatutos actuaes no que se não oppozerem á presente lei; os castigos serão os praticados pelo methodo de Lencastre” (LINS, 1999, p. 89).

O Método Lancasteriano não aprovava o castigo físico, uma vez que o ideal proposto na nova metodologia era a educação para a civilidade, a disciplina era mantida através de outras ações, como: controle rígido do tempo, práticas que visavam estimular o desempenho e a obediência através da emulação e castigos morais, que provocassem vergonha ao aluno (VEIGA, 2003).

Todavia, embora “condenado por lei do império, a palmatória era vista como um mal necessário” (SOUZA, 2000, p. 94). E deste modo, ela continuará a ser usada nas escolas e em aulas particulares ainda por muito tempo.

Aprendia-se primeiramente o alfabeto, soletrando-o, fato curioso era que “muitas letras tinham sons completamente diferentes do pronunciado de hoje”, por exemplo: “F” era “fê”, “G” era “guê”, “J” era “ji”, “L” era “lê”, “M” era “mê”, “N” era “nê”, “R” era “rê”, “W” era “vêdáblio”, e “Y” era “ypisilone”. Em seguida, “aprendia-se a formar sílabas, palavras, elaborar frases, treinar caligrafia, fazer cópias, ditados, escrever cartas e por fim ‘ler e escrever correta e fluentemente’. E ainda aprendiam a tabuada de somar, diminuir, multiplicar, dividir, fazer contas das quatro operações (com direito à famosa prova dos nove)” (ANCHIETA, 199-?, p. 37).

De acordo com Anchieta, os alunos tinham um bom aproveitamento nas provas finais do curso, dentro de 90 dias se tornavam reconhecidos como doutores e intelectuais perante o povo sertanejo daquela região, que em grande parte era analfabeto.

Novamente, os saberes experienciais são encontrados nas narrativas, as estratégias de atuação são criadas para facilitar o aprendizado do aluno, seguindo uma sequência lógica de aproveitamento da leitura, primeiro as letras, depois as sílabas, palavras e frases.

Provavelmente a mestre escola Augusta Bonfim adquiriu, através do seu trabalho cotidiano de ensino das primeiras letras, a prática pedagógica que ela exercia, como foi exemplificado no relato sobre o biografado, e assim como os demais professores leigos, usava-a de acordo com a eficiência do método no aprendizado dos seus alunos.

4.2.8 Conversas com M. Paulo Nunes – (Biografia de M. Paulo Nunes)

O livro **“Conversas com M. Paulo Nunes”** tem feição memorial e bibliográfica, embora tenha sido escrito em forma de entrevista. Nele há relatos das memórias da infância e primeiras letras do escritor, que foram registradas a partir das entrevistas, artigos e dados biográficos.

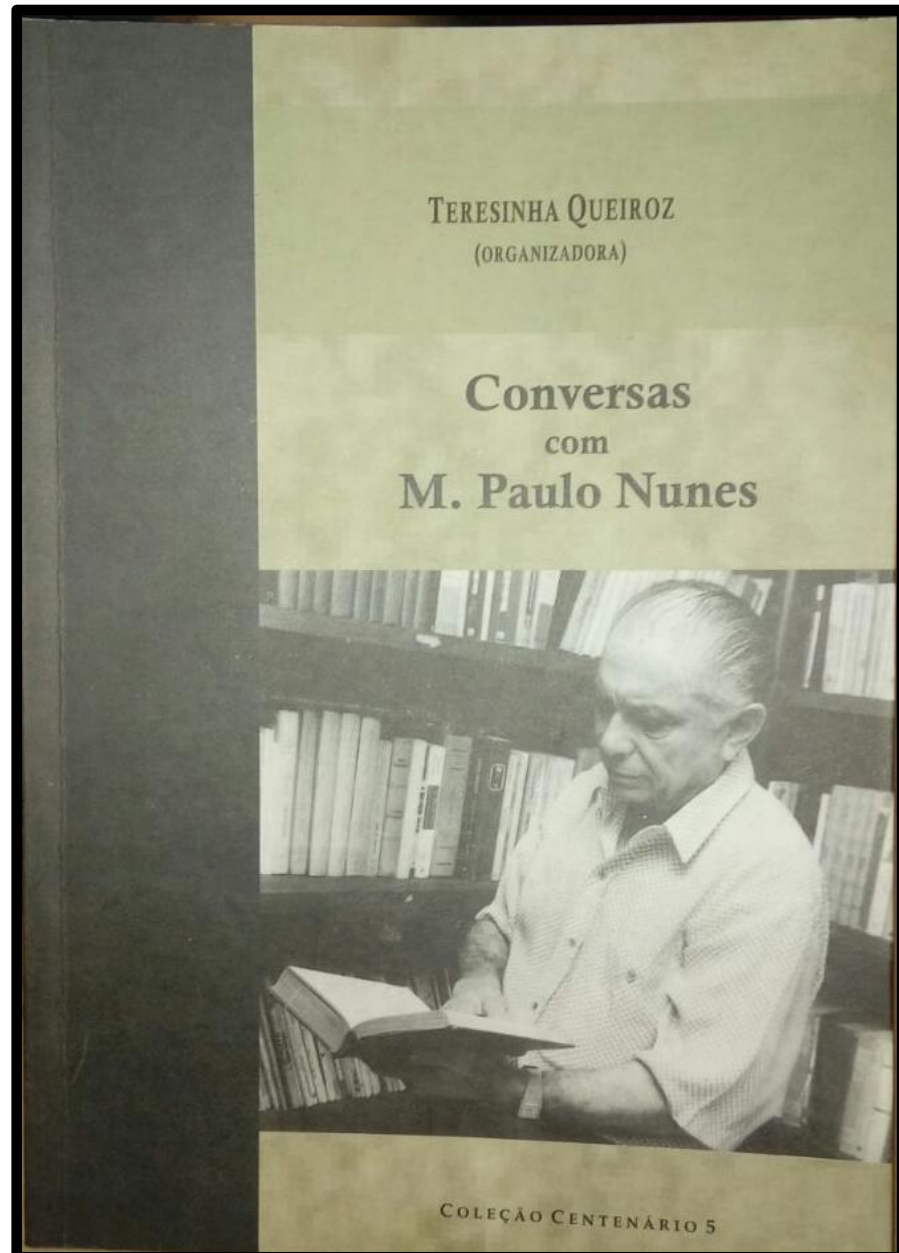
A professora Terezinha Queiroz foi responsável pela organização do livro, que passou pela Editora da Universidade Federal do Piauí, EDUFPI, ao firmar o convênio com a Academia Piauiense de Letras da cidade de Boa Hora – PI.

Segue a estrutura da obra: Na primeira parte é feita a apresentação do livro, e ainda, descrições das principais atuações na educação e na cultura de Paulo Nunes, justificando o porquê de ele ter sido homenageado com a elaboração do livro. O nome do capítulo é “M. Paulo Nunes: um mestre das letras”, elaborado por Reginaldo Miranda. No capítulo seguinte, há uma apresentação de Paulo Nunes, pela lente do ilustre escritor piauiense, Cineas Santos, dando o título de “Um homem em sintonia com seu tempo”.

No terceiro capítulo, encontra-se a entrevista com Paulo Nunes, nomeada “Conversas com M. Paulo Nunes”, realizada no final do ano 2006 e início do ano 2007, pela escritora e pesquisadora Áurea Queiroz. E no quarto capítulo, é exposta sua biografia, organizada pela mestre em História do Brasil da UFPI e professora Vanessa Farias, intitulada “A trajetória de um homem-cultura”.

As próximas seções do livro apresentam o anexo contendo a Escritura Pública de Constituição da Fundação da Universidade Federal do Piauí; e o caderno de fotos com registros da vida profissional e pessoal de Paulo Nunes.

Figura 17 – Capa do livro “Conversas com M. Paulo Nunes”



Fonte: Livro “Conversas com M. Paulo Nunes” (2012), 2018.

Paulo Nunes nasceu em Regeneração, no ano de 1925. Aprendeu as primeiras letras com uma professora amiga de sua mãe, a professora D. Maria Luiza, mestra de uma escola particular, criada por ela a pedido de alguns amigos. Depois, estudou na Escola Agrupada D. João de Amorim, onde fez os três anos primários (porque o grupo escolar só ia até a terceira série), suas professoras nessa escola se chamavam D. Ditosa e D. Florisa.

Nunes relata que D. Ditosa foi boa professora e pessoa, mas às vezes batia em menino, enquanto D. Florisa se destacava pela inteligência e paciência. Havia outra professora, que não fora sua professora, a D. Mariquinha, que era, segundo ele, “terrível” e espancava menino.

Apesar dos castigos físicos terem sido proibidos pelo então diretor da Instrução Pública, Martins Napoleão, no governo de Landri Sales, ele relata algumas cenas de exaltação da professora Ditosa.

D. Ditosa às vezes batia em menino, coisa que não era permitido. Ela havia estudado na Escola Normal, portanto sabia que não podia bater. Mas o Antônio Teixeira, outro colega de minha infância também era muito danado. Filho do tabelião Manoel Isaac Teixeira, um dia escreveu abaixo do nome um “relaxo”. O nome dele era Antônio Teixeira e ele assinou, no fim do exercício: “Antônio Teixeira, pesado das Aroeiras, pintado de branco e preto, Vadio como um carrapeta, Valente como uma cobra preta” . Quando D. Ditosa leu esse negócio, chamou-o lá e deu-lhe uma surra daquelas! Disso eu nunca esqueci (NUNES, apud QUEIROZ, 2012, p. 29).

Segundo Queiroz (2012, p.25), a educação naquele tempo era muito rígida marcada por “castigos e pancadas”. Apesar do ensino já ter passado por várias evoluções pedagógicas, e por ter professoras formadas na Escola Normal, que não previa esse tipo de atitude coercitiva, a indisciplina na escola continuava sendo corrigida com castigos físicos e/ou morais. Havia, como afirma Nunes na entrevista, uma maior preocupação com o ensino e a aprendizagem, e, portanto, poucas brincadeiras. Estudava-se pela manhã. As aulas terminavam com o canto do hino nacional e também se hasteava a bandeira no início e no final das atividades escolares.

A escola Agrupada D. João de Amorim depois passou a ter o nome de Escolas Agrupadas Cônego Batista, em homenagem ao deputado da Vila. Em seguida Paulo Nunes foi estudar no Colégio Cristo Rei, fundado por seu pai, o político, Francisco de Paula Teixeira Nunes, junto com o professor João de Siqueira Paes, conhecido como Salu, no ano de 1936. Este colégio funcionava com o subsídio da prefeitura. Nele Paulo Nunes terminou seu estudo do primário, quarta e quinta séries em um período de dois anos. O professor Salu, era de Angical, conhecido por sua competência e segundo Paulo Nunes, ele adotava a história bíblica para leitura. Todos os alunos tinham que ler a bíblia, livro adotado por ele na escola. A prática educativa de mestre Salu se aproximava do projeto educacional do

período imperial, como pode ser visto na disposição legal no artigo 6º da Lei de 15 de outubro de 1827:

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a Historia do Brazil.

Percebe-se que o método de leitura adotado pelo professor e sua harmonização com o projeto educacional do Império, foge ao previsto no contexto republicano, no qual o Estado é considerado laico, como está determinado no Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890. De acordo com BRASIL (1891), a Constituição de 1891, seguindo os ditames do referido Decreto, torna o Brasil um país leigo, não confessional ou laico, com previsão expressa no texto constitucional. Todavia, embora o Estado seja considerado laico, havia a permanência do imaginário religioso na prática educativa das escolas.

4.3 Intercalando categorias e temáticas das memórias

Nesse momento será apresentado um resumo comparativo das semelhanças e diferenças encontradas no cotidiano escolar das obras (auto) biográficas analisadas. Entre as observações recolhidas das fontes estão os relatos sobre o funcionamento e estrutura física das escolas, o perfil dos professores; a relação professor e aluno, bem como a relação que se dava entre os alunos; como se dava a metodologia do ensino primário naquele período, discutindo-se as práticas educativas dos professores leigos e normalistas.

As categorias citadas não são encontradas de maneira uniforme nas obras, em algumas situações, encontram-se mais informações sobre elas e em outras, ou não há relatos, ou são feitos de maneira breve, não sendo possível uma análise mais profunda daquela realidade. O quadro comparativo das categorias se encontra no Apêndice A desta dissertação.

4.3.1 As práticas educativas e pedagógicas nas obras literárias

Intercalando as categorias práticas educativas e práticas pedagógicas, percebe-se que na autobiografia de **Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves** não há um relato preciso sobre o modo como as mesmas ocorriam no cotidiano escolar, o autor apenas afirma que os métodos pedagógicos estavam evoluídos, no que se refere ao período abordado na obra, anos 1930 a 1939. Para ele os obstáculos eram “mais de ordem material do que do processo propriamente educativo”. Contudo, pode-se perceber que a preocupação primeira do engenheiro era apontar como se encontrava a infra-estrutura dos prédios escolares.

Já na autobiografia de **Leônidas de Castro Mello**, analisam-se dois períodos distintos, o primeiro em que Leônidas foi aluno, entre os anos de 1905 a 1907 e no segundo quando ele foi governador nos anos de 1935 a 1939. Na primeira abordagem o autor relata como foram as práticas educativas e pedagógicas dos seus mestres e professores. Enquanto no período em que esteve envolvido na política, relata o processo de expansão dos grupos escolares e o avanço no ensino.

Nesse segundo momento, o autor descreve essas práticas como métodos pedagógicos evoluídos. Essa informação concide com a encontrada na análise da autobiografia de **Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves**. Isso se dá porque ambas pertencem a um mesmo período histórico e representam um momento em que se investia mais na formação do professorado e conseqüentemente houve mudanças na forma de ensinar.

Na biografia do professor **Felismino Freitas**, o período abordado também, coincide com o período abordado nas duas autobiografias analisadas anteriormente, 1930 a 1939. E sobre as práticas educativas e pedagógicas, pode-se constatar que eram baseadas na visão patriótica; realizavam-se atividades literárias e disciplinares no Ginásio Demóstenes Avelino; havia aplicação de penas disciplinares aos alunos, sendo que o comportamento do alunado era observado diariamente em relação aos hábitos, atitudes, gestos e palavras; também se aplicavam penas disciplinares aos professores relacionadas à pontualidade e ao compromisso no magistério.

O. G. Rêgo de Carvalho foi biografado e sobre sua infância foi mostrada como aconteceu o seu estudo das primeiras letras. As lembranças relatadas são de uma professora exigente, que usava a didática de reprodução do texto, com seus

alunos, escrevendo no quadro negro e pedindo para que os mesmos reescrevessem em seus cadernos.

A professora observava a evolução de O. G. Rego na aprendizagem das primeiras letras e desde cedo, o incentivou à prática da escrita, estimulando o futuro escritor a publicar, aos 10 anos de idade, um artigo no Fanal (o mesmo que Farol), jornal dedicado exclusivamente à publicação de trabalhos dos alunos das duas únicas escolas de Oeiras – Grupo Escolar Costa Alvarenga e Escolas Agrupadas Armando Burlamaqui.

Enquanto o sertanejo, **Nilo Campelo de Matos**, teve sua alfabetização primária na juventude, aos 15 anos de idade, com uma professora leiga particular. Havia ainda a presença de uma auxiliar, e o uso disciplinador da palmatória. Sobre a metodologia do ensino, ocorria com a formação dos alunos dentro de 3 meses; com uso da técnica de leitura por soletração das sílabas; e da escrita pela formação de sílabas, depois palavras e por último da elaboração de frases, a partir de muito treino de caligrafia, cópias e ditados. Por exemplo, a soletração das letras do alfabeto, que tinham sons diferentes dos da atualidade: “F” era “fê”, “G” era “guê”, “J” era “ji”, “L” era “lê”, “M” era “mê”, “N” era “nê”, “R” era “rê”, “W” era “vêdáblio”, e “Y” era “ypisilone”;

De acordo com Souza (2000, p. 95), a memorização mantinha uma “relação com uma cultura que era profundamente oralizada, em que a igreja fizera a escrita ser apresentada sob a perspectiva da oralização, que tanto tinha repercussão na cultura das elites urbanas, quanto na própria percepção popular”. A autora explica que “longe do clero romano, diante da raridade de padres, a vivência religiosa traduzia-se nessa mistura, onde as modas de viola, as rezas, as novenas, os cantos, as ladainhas, tinham lugar primordial. Ladainha que por sua vez, lembra a cantilena do abecedário e da tabuada” (p. 95).

Na biografia de **M. Paulo Nunes**, assim como nas outras obras, a educação foi relatada como muito rígida, marcada por castigos físicos, ensino restrito à aprendizagem e com poucas brincadeiras. Nesta obra relatam-se os momentos cívicos em que as aulas terminavam com o canto do hino nacional e se hasteava a bandeira no início e no final das atividades escolares.

Por fim, os relatos do pai e do filho mestres-escola, **Miguel Borges de Moura**, conhecido por **Miguel Guarani** e **Francisco Miguel de Moura**. As narrativas das três obras estudadas sobre esses sujeitos mostram que o dia a dia do mestre-

escola era árduo e para atender à clientela eles ensinavam de forma itinerante, de localidade em localidade. Nesse caso a profissão de mestre-escola era ensinada de pai para filho no próprio lar e este se utilizava de métodos de ensino rígido, com aplicação de castigos morais e físicos, a fim de alcançar um bom desenvolvimento do aluno em pouco tempo, dentro de 1 a 6 meses. Apesar do ensino irregular, ensinava-se mais ou menos a metade da escola primária: primeira e segunda séries.

Nas obras (auto) biográficas de **Miguel Guarani** e **Francisco Miguel de Moura**, relata-se ainda que a metodologia era a mesma forma utilizada nas demais memórias analisadas em que os professores eram leigos, o ensino da leitura em voz alta (soletração de sílabas depois palavras), a escrita e o ensino das quatro operações fundamentais da aritmética, por repetição, com uso de cartas de tabuada.

Souza (2000, p. 98) esclarece que “memorizar era uma forma de o professor ensinar aquilo que não sabia, de o aluno aprender o que não entendia, de os examinadores avaliarem o que não compreendiam, na esperança de que um dia encontrariam o sentido do que aprenderam de cor”.

Assim, a autora explica que esta prática de leitura em voz alta e a repetição, é na verdade estratégia de memorização mecânica. Os professores a usavam não apenas como método de ensino, mas como recurso, ou seja, um suporte diante da ausência de conhecimento de métodos de ensino, e da escassez de livros, outras vezes o desconhecimento do conteúdo das próprias disciplinas.

4.3.2 Funcionamento e estrutura das escolas

Na autobiografia de **Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves**, as observações do autor sobre o funcionamento e estrutura das escolas, foram recolhidas no exercício de sua profissão, através dos relatórios das inspeções realizadas pelo engenheiro, o qual afirmava haver um desconforto físico e precariedade das instalações escolares uma vez que os Grupos escolares, Escolas Agrupadas e Nucleares continuavam instaladas em casas de aluguel, dentro de salas sem ar e luz adequada, em suas palavras “as alcovas, sem ar e luz diretos, servem de salas de aula”. Outras informações importantes, relatadas em sua obra, são de que havia naquele período um plano de edificações escolares em que se edificavam e inauguravam-se os grupos escolares. Todavia, segundo o autor, algumas escolas construídas nesse período não funcionavam continuamente.

Evidencia-se na autobiografia de **Leônidas de Castro Mello** a continuação do processo de construção dos grupos escolares iniciada no governo anterior ao seu. Entretanto, na autobiografia há relatos de que foi durante o seu mandato que ocorreu um crescimento relativo das matrículas escolares, fazendo com que o Piauí se tornasse vanguardista na educação em relação à consolidação da expansão do ensino primário.

Nos relatos do biografado **Felismino Freitas**, como inspetor de ensino, descrevia-se o funcionamento e a estrutura das escolas públicas e afirmava-se que se davam de maneira simplória.

As informações coletadas na entrevista com **M. Paulo Nunes**, discorreram sobre o funcionamento simultâneo dos sistemas de ensino privado, fornecido pelas aulas particulares para as primeiras letras; e o ensino público das escolas agrupadas com ensino das três primeiras séries. Por conta da demanda, coexistiam ainda escolas particulares com subsídio da prefeitura.

As obras (auto) biográficas do **Miguel Guarani e Francisco Moura** apontam dados peculiares à educação no sertão, em relação ao funcionamento das escolas, as narrativas informam que as mesmas não tinham estrutura física própria e que as aulas ocorriam em locais improvisados debaixo de árvores; vários alunos se sentavam em uma mesa só, rodeada de bancos e tamboretas; algumas vezes estreitos e insuficientes para acomodar todos.

4.3.3 Perfil dos professores

Na maioria das obras (auto) biográficas analisadas, as características dos professores da época firmavam-se em um perfil rígido e comportamento baseado na moral civilizatória. Esse perfil se aplica tanto para o professor leigo quanto para o professor com formação na Escola Normal. Essa característica trazia prestígio aos professores diante da sociedade, principalmente no caso dos professores leigos e/ou mestres-escola contratados pelas famílias para ensinar os seus filhos.

Como se pode ver no exemplo a seguir, nas memórias de Leônidas Mello a palmatória servia como instrumento disciplinador, e mantenedor do respeito ao professor, com apoio da família. Seu pai, ao deixá-los, ele e o seu amigo, na escola de Mestre Freitas lhe deu o livre arbítrio para usar a palmatória, “[...] venho trazer-lhe esses dois “sabagantes”, disse meu pai. [...] Olhe se não andarem direito, meta-lhes

a palmatória. É o que conserta menino. O senhor tem carta branca, disse papai” (MELLO, 1976, p. 64).

Neste sentido, Souza (2000) destaca que no imaginário da sociedade, a palmatória fazia parte da profissão docente, era uma forma de expressar o direito de educar que os mestres recebiam das famílias. Dessa maneira, a disciplina rígida era marca registrada do professor, aceita pelas famílias.

Aprenderam as primeiras letras com professores leigos, Leônidas Melo, Nilo Campelo, Miguel Guarani e Francisco Moura, os dois últimos sujeitos se caracterizavam como Mestres-escola, pois ensinavam em vários lugares, de forma itinerante, viajando e estabelecendo a escola provisória de localidade em localidade. O professor leigo e – ou mestre-escola, geralmente aprendia a profissão através do ensino doméstico de pai para filho no próprio lar. Eram conhecidos como “desasnadores” de alunos – pelo seu modo rígido de ensinar.

Enquanto M. Paulo Nunes teve durante o ensino das primeiras letras, na escola particular uma professora leiga e em seguida nas escolas agrupadas, professoras formadas na Escola Normal, e por fim nas últimas séries um professor leigo. O.G. Rêgo aprendeu a ler e escrever primeiramente no âmbito doméstico com a mãe e depois em grupos escolares, também com professoras formadas. Professor Felismino Freitas, estudou o ensino primário com um professor formado, pela ordenação religiosa.

4.3.4 Relação professor- aluno

A relação dos professores com os alunos em geral era uma relação de medo e/ou respeito. Como foi visto na autobiografia, Leônidas Melo, ao se referir ao Mestre Freitas, seu professor de primeiras letras, descreve-o como um “velho professor, homem pequenino e já grisalho, mancando de uma perna” (MELLO, 1976, p. 64). Segundo o relato do autor, mestre Freitas era uma pessoa tranquila, serena e respeitada pelos pais e alunos, seus alunos tinham o costume lhe pedirem a bênção. “A saudação ao mestre era obrigatória e sempre a mesma: A bênção Mestre Freitas. O velho geralmente respondia com um sinal de cabeça. Às vezes falava: Deus abençoe” (p. 65).

De acordo com Ferro (2010), o ato de pedir a bênção demonstra respeito e ainda dá à pessoa a quem se dirige o pedido o poder de autoridade sobre quem a

recebe. Dessa forma, o professor era uma pessoa importante para o aluno dada a confiança total que o discípulo depositava nele.

A afetividade também estava presente na obra do biografado Miguel Guarani, pois a forma como ele é tratado pelos seus ex-alunos, demonstra o carinho que eles tinham com o mesmo, o qual foi construído a partir do contato familiar que o mesmo tinha com os demais, além dos seus ensinamentos das primeiras letras, como por exemplo, os dias de cantorias, em que o mestre e violeiro cantava nas residências a convite das famílias.

Noutros relatos, havia a situação de respeito imposto pelo uso da palmatória, presentes, tanto na obra de Leônidas, como na biografia de Nilo Campelo e Paulo Nunes. Também eram comuns os castigos morais, presentes nas (auto)biografias de Miguel Guarani e Francisco Moura, como já foi relatado anteriormente.

Um dos exemplos do uso da palmatória, está presente no relato de Nilo Campelo, em que a mestra Augusta Moreira, segundo ele, fazia-se acompanhar de uma temida auxiliar, a palmatória, que impunha o maior respeito ou medo, como ele relata:

A fatídica auxiliar era feita do mais puro miolo de aroeira, verdadeiro terror nas temíveis argüições de aritmética, onde as perguntas verbais eram feitas a queima roupa sobre questões pertinente a (pavorosa) matéria. As perguntas tinham que ser respondidas com precisão e rapidez, sem haver tempo suficiente sequer para uma rápida análise da questão. Não fosse assim, aquela temível e pavorosa terrorista, entrava em ação em forma de terríveis e dolorosos bolos nas mãos [...] (ANCHIETA, 199-?, p.37).

Essas lições quando não respondidas a contento, davam abertura para que os colegas zombassem do aluno sabatinado. Como se pode ver a seguir na categoria relação aluno-aluno.

4.3.5 Relação aluno-aluno

Os (auto) biografados, que sofreram castigos morais, relataram que passavam vergonha perante os colegas presentes, os quais riam da situação vexatória.

Demonstrando uma situação em que o aluno passava vergonha e castigo, os relatos da autobiografia de Moura (2009), da época em que acompanhava o seu pai

nas suas viagens como mestre escola, na escola estabelecida na casa de Izac Pereira, no lugarejo conhecido como Diogo, mostra que os assentos eram brancos estreitos e insuficientes para acomodar todos os alunos. Francisco Moura tinha aproximadamente cinco anos e ficava apertado entre os meninos mais velhos. Alguns o beliscavam, mas mesmo sentido dor, não os denunciava ao pai. Um dia de tanto o importunarem, o menino gritou “Ai!... Foi o Fulano que me beliscou, papai!” (p. 84). O mestre castigou os dois: ele e o outro. De pé, olhando pra parede, durante uma hora e se reclamassem pegariam bolos de palmatória.

Dessa forma, percebe-se que a relação aluno-aluno era marcada por constantes constrangimentos, uma vez que os castigos aconteciam de maneira pública na frente de todos, e principalmente os mais velhos, se valiam desse momento para caçoar os mais novos.

Esses castigos de ordem moral eram praticados há muito tempo, em substituição aos castigos físicos, que já haviam sido proibidos, nacionalmente, ainda no Império, pela Lei Geral do Ensino, em 1827, como já foi discutido anteriormente. Brito (1996), afirma que também foram proibidos os castigos físicos em âmbito estadual, pela resolução de nº13 de 1890, implantada pelo então governador do Piauí, Joaquim Nogueira Paranaguá, que regulamentava a instrução pública e, dentre outras medidas, proibiu os castigos físicos, mas admitia os castigos de ordem moral.

De fato, ambos os castigos continuaram a ser usados por muito tempo nas aulas particulares dos professores leigos, bem como no ensino público, neste último com menor incidência, mas, como foi visto nos relatos das obras, ainda ocorriam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho realizou um resgate da realidade educacional no Piauí, a partir dos relatos presentes nas histórias de vida de piauienses que participaram do processo educacional nos anos 1910 a 1930. Através das narrativas, observou-se que a educação pública primária no Piauí, até o início dos anos 30 acontecia de maneira precária, com a carência de escolas de primeiras letras. O ensino era ministrado de forma suplementar em âmbito doméstico, pelos próprios familiares ou por professores particulares, papel exercido pelos mestres-escolas e/ou professores leigos.

A partir dos anos 1930, inicia-se um processo de expansão do ensino primário, com a construção dos Grupos Escolares, começada em 1919, no governo de Eurípedes Aguiar, sob o comando profissional do engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves. No governo de Leônidas Melo (1935-1945), houve um aumento nos investimentos na área educacional que permitiram a continuação e manutenção dessas edificações. O novo espaço escolar representava a modernização da educação pública presente na ideologia republicana, com vistas à melhoria do ensino, e com isso havia a exigência de um professorado preparado para assumir esta responsabilidade.

A figura do professor normalista é construída a partir do novo paradigma de formação e atuação do professor das séries iniciais. Ele passa a ser peça chave para a salvação da educação pública, uma vez que se atribuía o insucesso do ensino, com altos índices de analfabetismo, à falta de pessoal habilitado ao magistério. Desde sua origem, em 1864, a Escola Normal era vista como a esperança de redenção da instrução primária no Piauí.

Embora o professor formado na Escola Normal assumisse o papel de ministrar a educação primária na rede oficial de ensino, o que de fato vinha acontecendo, era a dualidade do ensino, público versus privado, devido à demanda por escolas e professores não ser suficientemente atendida, principalmente no sertão piauiense, mesmo com o progresso ocorrido nos anos 30, em termos de aumento no número de escolas em todo o Estado.

As circunstâncias sociais e econômicas dessas localidades mais distantes da capital, não favoreciam o suprimento de espaços e locais adequados para o ensino. Então, o pai que podia pagar por aulas particulares, contratava um mestre-escola

e/ou um professor leigo para ensinar aos seus filhos. Este fato também era acentuado, devido à falta de atrativos para a profissão docente, principalmente os baixos salários.

Verificou-se ainda que o ambiente escolar dessas escolas particulares apresentava algumas semelhanças, constituindo-se geralmente de espaços improvisados, em um cômodo na própria residência do professor, ou em lugares alugados, para a execução da aula. No caso das memórias do Mestre-Escola Miguel Guarani, em algumas localidades onde era contratado, não existia um espaço reservado dentro da casa, e as aulas aconteciam em áreas externas às residências, em terrenos abertos, debaixo de árvores.

Percebe-se que tanto na escola, quanto nas aulas particulares, as relações entre professores e alunos eram de respeito e disciplina, com direito a punições, próprias da educação rígida da época que, em algumas situações, se davam por castigos físicos e em outras, morais. Algumas memórias demonstram que o professor causava medo aos alunos, outras narrativas apontam que os alunos obedeciam aos seus mestres e lhe pediam a bênção, evidenciando que havia também uma relação de afetividade entre eles.

Dessa maneira, pode-se dizer que a maioria das metodologias aplicadas pelos professores eram marcadas pela rigidez na forma de educar e que havia uma maneira criteriosa de se ministrar o ensino das primeiras letras e dos cálculos. No caso do mestre-escola ou professor leigo, o objetivo vital era fazer o aluno aprender a ler e a contar nas primeiras séries dentro de um prazo curto espaço de tempo, geralmente variando de um a três meses, dependendo do processo de ensino e aprendizagem empregado.

Os sujeitos das biografias e autobiografias foram intelectuais e/ou exerceram um papel de destaque para o ensino da sua época. Em suas memórias extraídas das fontes (auto) biográficas foram observados, entre outros aspectos da educação primária piauiense dos anos 1910 a 1930, as práticas educativas dos professores que ensinavam as primeiras letras naquele período.

No desempenho de suas funções, os professores leigos realizavam técnicas aprendidas durante sua experiência e em suas práticas pedagógicas utilizavam o exercício da leitura em voz alta, a memorização e a repetição mecânica, enquanto as práticas pedagógicas dos professores normalistas se estabeleciam com base nos ensinamentos da Escola Normal e eram caracterizadas pela reflexão da sua ação

docente, elaborando práticas mais evoluídas do que as realizadas pelos professores leigos.

A leitura em voz alta é descrita como um momento de grande algazarra entre os alunos. Nas memórias dos autores, as sabinas de leitura e escrita são sempre lembradas e associadas aos castigos, principalmente aos castigos físicos, que geralmente eram aplicados com o uso da palmatória, ou a outras formas de punições, de cunho moral.

Apontam-se as principais mudanças ocorridas nas práticas do professor normalista em relação às práticas do professor leigo. Percebe-se que a principal diferença é a existência de uma estrutura mais elaborada nas aulas ministradas pelos professores normalistas, talvez devido ao currículo que lhe foi ensinado na Escola Normal para seguir durante sua atividade docente e, no caso do professor leigo, não havia uma ligação teórica à prática aplicada. Essas mudanças são resultado das transformações na educação, provocadas pela nova ideologia do período republicano, que pregava a modernização do ensino.

Portanto, observa-se que os tipos de escola, o perfil de professor e as práticas metodológicas do período em estudo eram semelhantes em vários aspectos, porém, cada escola, cada professor tinha uma maneira própria de conduzir sua aula, pois, os professores apresentam em sua história de vida e profissão, experiências distintas. Por exemplo, o professor leigo, não teve uma formação específica, tendo sido ensinado muitas vezes no âmbito doméstico, enquanto o normalista passou por um processo de treinamento e desenvolvimento profissional, sob a intervenção curricular e organizacional da Escola Normal.

Este trabalho leva à compreensão de que os professores leigos e normalistas foram figuras de grande importância para a construção dos alicerces da educação primária piauiense. O estudo das fontes literárias (auto) biográficas amplia o campo de pesquisa da história da educação à medida que traz informações sobre os tempos de escola dos sujeitos, tais como do ensino primário. As lembranças presentes nas narrativas trazem novos elementos para a historiografia, que podem servir como complemento para os documentos oficiais na reconstituição dos acontecimentos. Contudo, esta pesquisa não se dá por finalizada, pois se trata apenas de um ponto de vista individual, ficando aberta para novos olhares de quem por ela se interesse.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José Bezerra. **Nilo Campelo de Matos** (A história de um homem de bem). [s.l.; s.n], 199-?

ANDRADE, Evonaldo. A História da Educação em Piripiri - Parte I. **Almanaque de Piripiri**, Piripiri, nov. 2016. Disponível em> <http://piripiricultural.com.br/piri2/colunas/24-historia-da-educacao-em-piripiri>< Acesso em: 05. nov. 2018.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes. (Orgs). **As escolas normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

APL. FRANCISCO MIGUEL DE MOURA. **Academia Piauiense de Letras**. jul. 2009. Disponível em> <http://www.academiapiaiensedeletras.org.br/academicos.asp?id=545&categ=acadeacade>< Acesso em: 05. Nov. 2018.

APL. Manoel PAULO NUNES. **Academia Piauiense de Letras**. jul. 2009. Disponível em> <http://www.academiapiaiensedeletras.org.br/academicos.asp?id=556&categ=acadeacade>< Acesso em: 05. Nov. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BENCHIMOL, Jaime; MARTINS, Ruth B. DEBATE: Narrativa documental e literária nas biografias. História da ciência e saúde. **Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.2 n.2. July/Oct. 1995. Disponível em> http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701995000300007 < Acesso em: 10. dez. 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Digital Source, 2002.

BRUNER E WEISSER (1995). A Invenção do ser: a autobiografia e suas formas. In.: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Orgs). **Cultura Escrita e Oralidade**. SP: Editora Ática, 1995.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____, Peter, **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Básica. **Professor leigo: institucionalizar ou erradicar.** São Paulo: CORTEZ EDITORA, 1991.

BRASIL, Planalto. **DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890.** Disponível em >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm< Acesso em: 7.jan.2018.

BRASIL, Planalto. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891).** Disponível em >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm< Acesso em: 7.jan.2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os professores leigos. **Em aberto**, Brasília, v.5, n. 32, p. 13-15, out-dez. 1986.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da educação no Piauí.** Teresina: EDUFPI, 1996.
BRUNER, Jerome. WEISSER, Susan. **A invenção do ser: autobiografia e suas formas.** São Paulo: Ática, 1995.

CARVALHO, O. G. Rego de. **Como e por que me fiz escritor.** 2 ed. Teresina: Quimera Editora, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Tradução de Mary Del Priore. 2 ed. Brasília: UNB, 1998.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: Literatura e senso comum.** Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do Sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

DOSSE, François. **O Desafio biográfico: Escrever uma vida.** Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa.** Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

_____, Maria do Amparo Borges. Pesquisa em História da Educação no Brasil: Antecedentes, Elementos impulsionadores e Tendências. In: CAVALCANTE, Maria Juraci (Org.). **História da Educação: instituições, protagonistas e prática.** Fortaleza: LCR, 2005.

_____, Maria do Amparo Borges. **Cazuza e sonho da escola ideal.** São Luís: EDUFMA, 2010.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. De enguias e outras metáforas. In: FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Tempos de escola: memórias.** São Leopoldo, RS: Oikos, 2012.

FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org). **Domínios da História.** Ensaios de Teoria e Metodologia. 5 ed. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1997. Disponível em ><http://lelivros.org/book/download-dominios-da-historia-ciro-flamarion-cardos-em-epub-mobi-e-pdf/><Acesso em: 15. Dez. 2017.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Entre práxis e epistemologia: articulando o espaço científico da pedagogia.** 2003. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&id=313:entre-praxis-e-epistemologia-articulando-o-espaco-cientifico-da-pedagogia&Itemid>. Acesso em: 10 dez 2017.

_____, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente.** São Paulo: Cortez, 2012.

_____, Maria Amélia do Rosário Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educação. Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. Disponível em ><http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0601.pdf>< Acesso em: 10. dez. 2017.

FREITAS, Maria Leonilia de; FREITAS, Francisco Newton; SOUSA, Francisco Antônio Freitas de. **Professor Felismino Freitas: educação como missão e vocação.** Teresina: Zodíaco, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliana Marta Teixeira. **Território plural: a pesquisa em história da educação.** São Paulo: Ática, 2010.

_____, **História da escola primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930-1961): levantamento bibliográfico.** Disponível em: <<http://escolaprimaria.fclar.unesp.br/#>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

GONÇALVES, Luiz Mendes Ribeiro. **Impressões e perspectivas.** Brasília: [s.n], 1980.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. In: **Revista Brasileira de História da Educação.** n.1. jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

JOCA, Oeiras. Criador & Criatura: O G Rêgo de Carvalho. **Overmundo.** abr. 2008. Disponível em > <http://www.overmundo.com.br/overblog/criador-criatura-o-g-rego-de-carvalho>< Acesso em: 25. mar. 2017.

KAVERNA, kenard. "**Entrem sem bater**", set. 2009. Disponível em ><http://krudu.blogspot.com.br/2012/02/l-m-ribeiro-goncalves-desenhador-do.html>< Acesso em: 19. abr. 2017.

KRUEL, Kenard. **O. G. Rêgo de Carvalho – Fortuna crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, **Eurípedes Aguiar: Escritos insurgentes: Comentários – Kenard kruel e Genu Moraes.** Teresina: Zodíacos, 2011.

LIBÂNIO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

_____, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LEJEUNE, Philippe (org.). **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVI, Geovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral.** 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LINS, Ana Maria Moura. O método Lancaster. Educação elementar ou adiestramento. Uma proposta pedagógica para Portugal e Brasil no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FILHO, Luciano Mendes de Faria (Org.). **A Escola Elementar no Século XIX**. O método monitorial-mútuo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. A escrita autobiográfica. Os documentos pessoais e a história da educação. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VAINFAS, Ronaldo. **História e Historiografia**. Recife: Bagaço, 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Memória e estudos autobiográficos. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **A Aventura (auto) biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **História da educação piauiense**. Sobral: EGUS, 2012.

MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho**. Teresina: COMEPI, 1976.

MELO, Salânia Maria Barbosa. A construção da memória cívica [manuscrito]: as festas escolares de civilidade no Piauí (1930-1945). Tese de doutorado, 2009.

MOURA, Francisco Miguel de. **Miguel Guarani: mestre e violeiro**. Teresina: Edições Cirandinha/FUNCOR, 2005.

_____, Francisco Miguel de. **O menino quase perdido: Memorial**. Teresina, 2009.

_____, Francisco Miguel de. Biblioteca "MIGUEL BORGES DE MOURA". **Revista Cirandinha**. jul. 2011. Disponível em >
<http://cirandinhapiaui.blogspot.com.br/2011/07/biblioteca-miguel-borges-de-moura.html>< Acesso em: 30. mar. 2017.

NEVES, Oliveira Camila. **A expansão da escolarização primária pública piauiense (1900-1946)**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Disponível em ><https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/851/showToc>< Acesso em: 10. dez. 2017.

NÓVOA, António. Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário: Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV -XX). **Análise Psicológica**, Lisboa, v.3, 1987. Disponível em> http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/1987_3_413.pdf< Acesso em: 29. nov.2017.

_____, António (Org). O passado e o presente dos professores. In.:**Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

PIAUI. **Leis e Decretos do Estado do Piauí do Ano de 1910**. Teresina: Imprensa Oficial, 1910.

PINHEIRO, Cristiane Feitosa. **Entre o giz e a viola: Práticas educativas do mestre-escola Miguel Guarani, no vale do Guaribas/PI (1938-1971)**. 2016. 283 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

PEREIRA, Antônio Sampaio. **Velhas escolas-grandes mestres**. Teresina, COMEPI, 1996.

PROST, Antonie. **Doze lições sobre a história**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do singular ao plural**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

_____, Teresinha.Org. **Conversas com M. Paulo Nunes**. Teresina: EDUFPI, 2012

RAMOS, José Maria de A. **Fortuna crítica de Miguel Moura**. Teresina: Ed. Cirandinha, 2008.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e memória da educação em Oeiras-Piauí: de meados do século XVIII à primeira metade do século XX**. Teresina: Expansão/EDUFPI, 2009.

SENADO. Anais. Verbetes: LUIS MENDES RIBEIRO GONCALVES. **FGV CPDOC**. Disponível em> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/goncalves-luis-mendes-ribeiro>< Acesso em: 05. Nov. 2018.

SENADO. Relação. Verbetes: LEONIDAS DE CASTRO MELO. **FGV CPDOC**. Disponível em> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonidas-de-castro-melo>< Acesso em: 05. Nov. 2018.

SILVA, Maria Solange Rocha da. **História e memória do cotidiano escolar: lembranças literárias de escola (1867-1920)**. 2015. 124 f. Universidade Federal do Piauí. Dissertação (mestrado em História da Educação) Teresina, 2015.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola normal em Teresina (1864 – 2003):** reconstruindo uma memória da formação de professores. Teresina: Unidas, 2008.

SOUSA, Jane Bezerra. **Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX, a história de vida de Nevinha Santos**, Uberlândia: EDUFU, 2015.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **A escola e a memória**. Bragança Paulista: IFAN- CDAPH. EDUSF. 2000.

SOUZA, Elizeu Clementino de; ALMEIDA, Joselito Brito de. Narrar histórias e contar a vida: memórias cotidianas e histórias de vida de educadores baianos. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **Pesquisa (auto) biográfica em rede**. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012.

STEPHANOU, Maria. Nem uma coisa, nem outra ou nenhuma. (Re) invenções e reminiscências escolares. In: FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Tempos de escola: memórias**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. **Sentimentos de vergonha e embaraço: novos procedimentos disciplinares no processo de escolarização da infância em Minas Gerais no século XIX**. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/2cpehemg/arq-ind-nome/eixo7/completos/sentimentos-vergonha.pdf>>. Acesso em: 15 dez 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A- QUADRO COMPARATIVO DAS CATEGORIAS ENCONTRADAS NAS OBRAS (AUTO) BIOGRÁFICAS

Quadro 3-Comparativo das obras (auto) biográficas

Sujeitos (auto) biografados	Perfil dos Professores
Leônidas Mello	- Professor leigo particular e Professores formados.
Felismino Freitas	- Professor formado.
O. G. Rêgo de Carvalho	- Professores formados na Escola Normal.
Nilo Campelo	- Professor leigo particular.
Paulo Nunes	- Professores formados na Escola Normal.
Miguel Guarani / Francisco Moura	- Mestres-escola.
Sujeitos (auto) biografados	Funcionamento e estrutura das escolas
Ribeiro Gonçalves	<ul style="list-style-type: none"> - Desconforto físico e precariedades das instalações escolares; - Grupos escolares, Escolas Agrupadas e nucleares continuavam instaladas em casas de aluguel, onde as alcovas, sem ar e luz diretos, servem de salas de aula; Obstáculos eram “mais de ordem material do que do processo propriamente educativo”; - Existência de um plano de edificações escolares; - Edificação e inauguração de grupos escolares; - Algumas escolas construídas nesse período não funcionavam continuamente.
Leônidas Mello	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação do processo de construção dos grupos escolares; - Crescimento relativo das matrículas escolares; - Piauí se torna vanguardista na educação em relação à consolidação da expansão do ensino primário.
Felismino Freitas	- Escolas simples.
Paulo Nunes	<ul style="list-style-type: none"> - Aulas particulares; - Escolas agrupadas com ensino apenas das três primeiras

	<p>séries;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escolas particulares com subsídio da prefeitura.
Miguel Guarani / Francisco Moura	<ul style="list-style-type: none"> - Os alunos se sentavam em uma mesa só, rodeada de bancos e tamboretas; - Locais das aulas improvisados debaixo de árvores; - Ensino irregular.
Sujeitos (auto) biografados	Prática educativa e prática pedagógica
Ribeiro Gonçalves	<ul style="list-style-type: none"> - Único relato: Havia Métodos pedagógicos evoluídos.
Leônidas Mello	<ul style="list-style-type: none"> - Prática pedagógica: Mestre Freitas - Usava a metodologia de ensino do aprendizado por repetição, e usava a cartilha do ABC Método monitorial ou mútuo - Prática educativa: Colégio do professor Arimathea – divisão do tempo escolar, livro didático, festividades e atos cívicos
Felismino Freitas	<ul style="list-style-type: none"> - Baseada na visão patriótica; - Uso de atividades literárias e disciplinares no Ginásio Demóstenes Avelino; - Aplicação de penas disciplinares aos alunos. Seus hábitos, atitudes, gestos e palavras; - Aplicação de penas disciplinares aos professores relacionadas à pontualidade e compromisso no magistério
O. G. Rêgo de Carvalho	<ul style="list-style-type: none"> - Prática da aprendizagem por memorização e repetição. - Estímulo pelas professoras à escrita dos alunos.
Nilo Campelo	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização primária de jovens; - Formação dos alunos dentro de 3 meses; - Aprendizagem da leitura por soletração das sílabas; - Sons das letras eram diferentes dos da atualidade: “F” era “fê”, “G” era “guê”, “J” era “ji”, “L” era “lê”, “M” era “mê”, “N” era “nê”, “R” era “rê”, “W” era “vêdáblio”, e “Y” era “ypisilone”; - Aprendizagem da escrita pela formação de sílabas, depois palavras e por último elaboração de frases, a partir de muito treino de caligrafia, cópias e ditados.
	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação com o ensino e a aprendizagem;

(conclusão)

Paulo Nunes	- Poucas brincadeiras; - Aulas pela manhã; - As aulas terminavam com o canto do hino nacional e se hasteava a bandeira no início e no final das atividades escolares.
Miguel Guarani / Francisco Moura	- Ensinava-se mais ou menos a metade da escola primária: primeira e segunda séries e, em casos excepcionais ultrapassava esse limite. Algumas vezes estreitos e insuficientes para acomodar os alunos; - Ensino da leitura, escrita (soletração de sílabas depois palavras) e das quatro operações fundamentais da aritmética com uso de cartas de tabuada; - Castigos morais; - Formação dos alunos dentro de 1 a 6 meses.
Sujeitos (auto) biografados	Relação aluno - aluno
Leônidas Mello	- Colaboração através do método mútuo.
Nilo Campelo	- Quando algum aluno era castigado, os demais mangavam.
Miguel Guarani / Francisco Moura	- Os meninos mais velhos caçoavam os mais novos.
Sujeitos (auto) biografados	Relação professor - aluno
Leônidas Mello	- Respeito.
Felismino Freitas	- Marcada pela disciplina e punições.
O. G. Rêgo de Carvalho	- Obediência.
Nilo Campelo	- De respeito e/ou medo.
Paulo Nunes	-Educação muito rígida marcada por castigos e pancadas;
Miguel Guarani / Francisco Moura	- Relação de respeito e afetividade.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.